

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**"Meu filho bichológico": Cães e gatos como membros das famílias
contemporâneas**

Ialê Pires de Moraes

2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**"MEU FILHO BICHOLÓGICO": CÃES E GATOS COMO MEMBROS
DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS**

IALÊ PIRES DE MORAES

Sob a Orientação da Professora

Dr^a. Ana Paula Perrota

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre(a)** em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2026

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IALÊ PIRES DE MORAES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25 / 02 / 2026

Dr^a. Ana Paula Perrota
UFRRJ
(Orientadora)

Dr^a. Alessandra de Andrade Rinaldi
UFRRJ
(Examinadora Interna)

Dr^a. Andréa Barbosa Osório Sarandy
UFF
(Examinadora Externa)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827" Moraes, Ialê Pires de, 1998-
"Meu filho bichológico": cães e gatos como membros
das famílias contemporâneas. / Ialê Pires de Moraes. -
Rio de Janeiro, 2026.
116 f.

Orientadora: Ana Paula Perrota.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2026.

1. Família. 2. Cuidado. 3. Moral. 4. Mercados. I.
Perrota, Ana Paula, 1981-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais III. Título.

RESUMO

MORAES, Ialê Pires de. **"Meu filho bichológico": Cães e gatos como membros das famílias contemporâneas**. 2026. 116p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

A chamada “família multiespécie” é formada pela relação entre humanos e seus animais de estimação, que constroem laços e cultivam vínculos. A ideia de construir parentesco com cães e gatos e a reivindicação do uso de novos termos são desdobramentos das transformações de sensibilidade com relação ao animal de estimação, que passou a ter sua vida considerada como moralmente valiosa. O novo status moral de cães e gatos nos permite compreender as características desse arranjo familiar através do comparativo com os estudos de família e parentesco sobre a família humana. Junto a essas mudanças vieram as novas obrigações e responsabilidades que devem ser cumpridas por meio de uma “guarda responsável”. Tal relação inscreve os pets em uma lógica de “cuidado” em que as dinâmicas de alimentação, atenção à saúde, higiene e lazer devem promover o “bem-estar” do animal. O consumo de produtos e serviços se apresenta então como um dos desdobramentos dessa forma de “cuidar”. Nesse sentido, a análise do mercado pet nos ajuda a compreender o desenvolvimento da participação dos animais de estimação na vida social como membros da família e consumidores. Este mercado ocupa a terceira posição no mundo, assim como o Brasil possui a terceira maior população pet, com cerca de 150 a 160 milhões de animais de estimação. Nesse sentido, o objetivo desta dissertação é compreender como as transformações morais, o modelo de “cuidado” e as noções de “bem-estar” e “guarda responsável” são apropriados pelo mercado pet, que desenvolve sua própria interpretação dessas categorias e institui um imperativo moral de consumo aos membros da “família multiespécie”. Frente a isso, reflexões morais e econômicas são efetuadas para decidir quais produtos e serviços deverão fazer parte da rotina da família. A análise das mudanças do status moral dos animais de estimação foi construída através de pesquisa bibliográfica sobre antropologia das relações entre humanos e animais e pesquisa documental. O embasamento teórico para a comparação entre o modelo de “família multiespécie” e a família humana foi realizado a partir de estudos antropológicos sobre família e parentesco. Já a pesquisa empírica envolveu a descrição etnográfica de uma feira de adoção de cães e gatos e entrevistas informais e formais com pessoas que consideram seus animais como parte da família, voluntários da ONG que organizou a feira e uma protetora que atua no município de Seropédica. Para compreender a presença do mercado pet nesse processo foi produzida a descrição etnográfica de uma visita a uma loja pet para mapeamento e análise qualitativa das descrições dispostas nas embalagens dos produtos oferecidos.

Palavras-chave: família multiespécie, cuidado, moral, mercados.

ABSTRACT

MORAES, Ialê Pires de. MORAES, Ialê Pires de. **"Meu filho bichológico": Cães e gatos como membros das famílias contemporâneas.** 2026. 116p. Dissertation (Master's in Social Sciences) Institute of Human and Social Sciences, Department of Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

The so-called "multispecies family" is formed by the relationship between humans and their pets, who build bonds and cultivate ties. The idea of building kinship with dogs and cats and the claim to use new terms are unfoldings of the transformations in sensitivity towards pets, whose lives have come to be considered morally valuable. The new moral status of dogs and cats allows us to understand the characteristics of this family arrangement through comparison with studies of family and kinship concerning the human family. Along with these changes came new obligations and responsibilities that must be fulfilled through "responsible guardianship." This relationship inscribes pets in a logic of "care" in which the dynamics of feeding, health care, hygiene, and leisure should promote the animal's "well-being." The consumption of products and services then presents itself as one of the unfoldings of this form of "care." In this sense, the analysis of the pet market helps us understand the development of the participation of pets in social life as family members and consumers. This market occupies the third position in the world, just as Brazil has the third largest pet population, with approximately 150 to 160 million pets. In this sense, the objective of this dissertation is to understand how moral transformations, the "care" model, and the notions of "well-being" and "responsible ownership" are appropriated by the pet market, which develops its own interpretation of these categories and establishes a moral imperative of consumption for members of the "multispecies family." In light of this, moral and economic reflections are made to decide which products and services should be part of the family's routine. The analysis of the changes in the moral status of pets was constructed through bibliographic research on the anthropology of human-animal relations and documentary research. The theoretical basis for the comparison between the "multispecies family" model and the human family was based on anthropological studies on family and kinship. The empirical research involved an ethnographic description of a dog and cat adoption fair and informal and formal interviews with people who consider their animals as part of the family, volunteers from the NGO that organized the fair, and an animal rights activist working in the municipality of Seropédica. To understand the presence of the pet market in this process, an ethnographic description of a visit to a pet store was produced for mapping and qualitative analysis of the descriptions on the packaging of the products offered.

Keywords: multispecies family, care, morality, markets.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço aos meus familiares e amigos que me ajudaram a completar mais uma etapa da minha vida e que me deram todo apoio para seguir minha trajetória acadêmica. O mestrado é uma conquista profissional, mas completar esse ciclo me trouxe inúmeras transformações e realizações pessoais. Fico feliz de ter ao meu lado pessoas que me fazem acreditar no meu potencial e me incentivam a seguir em frente, amigas rurais que permanecem e aprofundam suas raízes.

Agradeço imensamente à minha maravilhosa orientadora, Ana Paula Perrota, pela paciência em ensinar e me auxiliar na construção dessa dissertação. É uma alegria poder continuar aprendendo e trabalhando ao lado de uma profissional incrível, que tenho como grande referência e inspiração acadêmica.

Não posso deixar de agradecer a todos meus colegas pesquisadores do SOMAH que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa através dos comentários e reflexões debatidas a cada encontro. Participar deste grupo de pesquisa é uma experiência enriquecedora no sentido acadêmico e pessoal.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: Debates e transformações morais sobre o animal de estimação e seus impactos na consolidação da chamada “família multiespécie”.....	10
Capítulo 2: A invenção do animal de estimação como membro da família.....	22
2.1 Por que os estudos sobre família humana nos ajudam a refletir sobre a família multiespécie?.....	24
2.2 Adoção, cuidado e expectativa de vida na família multiespécie.....	28
2.3: O “fazer a diferença”: Dinâmicas sobre uma feira de adoção e o trabalho de proteção animal.....	41
Capítulo 3: “Com amor e carinho!”: A construção de imperativos morais para o consumo do mercado pet e sua influência nas práticas cotidianas da família multiespécie.....	64
3.1 Etnografia em um pet shop: Abertura mercadológica e animais de estimação como consumidores.....	71
3.2 O que nos dizem as embalagens? Uma análise da construção do significado de “cuidado” nos produtos pet.....	82
Considerações finais.....	100
Referências Bibliográficas.....	104

Introdução

Esta dissertação trata sobre a relação entre humanos e não humanos no contexto da chamada “família multiespécie”¹, assim identificada nos meios acadêmicos e jurídicos. A partir da investigação da construção de vínculos afetivos neste modelo familiar, é possível observar como as práticas cotidianas produzidas e estabelecidas entre humanos e seus animais de estimação influenciam no desenvolvimento de relações afetuosas, pautadas em sentimentos ditos de amor e carinho. A construção desse parentesco envolve a problematização de termos e ações: o “dono” se torna “tutor”, “pai” ou “mãe” de pet; o cão deixa de ser apenas “melhor amigo” e juntamente com o gato se torna “filho” ou “filho de quatro patas”; a prática de comprar é substituída pela adoção como meio de aquisição moralmente aceito. O termo “tutor” aparece com frequência, tanto nas falas dos meus entrevistados quanto no referencial teórico consultado e por isso será utilizado aqui para se referir às pessoas em relação de posse com animais de estimação.

A família multiespécie é um modelo emergente (Rinaldi et. al, 2024) fruto de diversos debates em nossa sociedade tanto por setores da sociedade civil quanto políticos e jurídicos no sentido de questionarem a legitimidade dessas relações que se constituem entre humanos e não humanos e também no sentido de criar fundamentos legais e morais para sua existência. Alimentação, cuidados de saúde e higiene, atendimento médico-veterinário, entre outros, fazem parte da rotina da família multiespécie. Por isso, são elementos importantes para entender as dinâmicas desta relação entre espécies.

O parentesco na família multiespécie é pautado tanto nos hábitos cotidianos estabelecidos entre a “mãe de pet” e outros membros da família com cães e gatos, quanto no cultivo da ideia de vínculo familiar². Assim como nos aponta Maria Helena Lima (2016, p. 281) “Nas últimas décadas, cães e gatos entraram nos quartos, subiram nas camas, penetraram o ambiente íntimo, tornaram-se parte da rotina e do planejamento familiar e até foram incluídos nas listas de parentes e amigos a presentear no Natal.”. Vemos então que a

¹ Existe um extenso debate nos estudos sobre relação humano e animal sobre a terminologia a ser empregada para se referir à esse arranjo familiar contemporâneo. Nesta pesquisa, o conceito “família multiespécie” não foi utilizado pelos tutores entrevistados, mas é categoria mobilizada pelo referencial teórico consultado (LIMA, 2016). Sem me aprofundar na discussão sobre as origens e particularidades de cada conceito, tomei a decisão metodológica de manter a categoria “família multiespécie” no decorrer da pesquisa. A escolha foi guiada pela compreensão de que este termo acolhe as diferentes configurações observadas em campo (humano - cão; humano - gato; humano - cão - gato).

² Essa informação apareceu nos resultados da pesquisa de monografia.

demonstração dessa relação de parentesco é feita e intermediada pelas práticas de consumo voltadas ao animal de estimação, sendo o mercado pet brasileiro o terceiro maior do setor³. Ao se tornarem membros da família, cães e gatos passam a ter suas “necessidades” e “vontades” levadas em consideração. Mas quais são elas? É possível definir objetivamente essas noções? Quem tenta determiná-las e como pretendem fazer isso? Essas perguntas expressam a complexidade da participação dos animais na vida social. Mais do que isso, vemos também que não podemos ignorar a indissociabilidade entre humanos e essas espécies de animais de estimação.

Pesquisar sobre a relação entre humanos e seus cães e gatos faz parte da minha trajetória acadêmica desde a graduação. A monografia defendida em 2023 trata sobre as controvérsias sobre a figura “mãe de pet”, a partir da análise qualitativa de comentários disponíveis nas redes sociais acerca das mulheres que se auto intitulam mães de seus cães e gatos. Um ponto importante que ficou constatado nesta pesquisa foi a importância da rotina cotidiana para a construção dos laços afetivos com cães e gatos, fato que me levou a identificar o impacto do mercado pet – por meio de seus produtos e serviços – nas relações entre humanos e seus animais. Diante disso, minha intenção se tornou analisar não apenas as “mães de pet”, mas os cães e gatos enquanto membros da família e a adoção desses animais. Nessa mudança de foco, o mercado pet se torna essencial para compreender a construção desse vínculo entre os membros humanos e não humanos.

O interesse pela análise da família multiespécie despertou a partir de paralelos feitos entre as dinâmicas de criação dos animais da família durante minha infância e as que observo atualmente. Em contraposição à experiência que tive em meados dos anos 2000 na cidade de São Paulo, em que as três cadelas criadas pela família tinham acesso restrito a determinados ambientes da casa – sempre tendo uma diferenciação entre o ambiente “delas” e o “nosso”. Diferentemente, hoje vivo em uma casa em que podemos dizer que o dono é o gato.

³<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/especial-publicitario/drogamax/noticia/2024/12/12/brasil-e-o-terceiro-maior-mercado-pet-do-mundo.ghtml>



Imagem 1: Tula, a primeira adotada pela família ao aparecer no portão de casa e interagir carinhosamente comigo e meu irmão. O nome foi escolhido pela minha mãe que vetou a opção de nome levantada pelo meu pai, pois nas palavras dela “Bianca é nome de gente!”.
Fonte: Arquivo pessoal. [s.d.].



Imagem 2: Raika, a segunda adotada. Ainda filhote foi entregue de presente aos meus pais com a promessa de que não cresceria muito. Minha mãe gostava de brincar falando que era presente de grego, já que fazia muita bagunça e roía tudo que via pela frente.
Fonte: Arquivo pessoal. [s.d.].



Imagem 3: Thaila, a terceira adotada pela família. Sua descrição foi encontrada no balcão da casa de ração. Já era considerada idosa, então era a mais tranquila dentre as 3.
Fonte: Arquivo pessoal. [s.d.].

Os gastos com os animais eram orientados por uma lógica de economizar. Mesmo as cachorras estando em estágios de desenvolvimento diferentes, a ração era a mesma. Sempre era comprada na casa de ração de confiança dos meus pais. Foi nesse estabelecimento inclusive que encontramos o contato para adotar Thaila – no balcão de atendimento ficavam expostos bilhetes que anunciavam animais para adoção. Além da ração que era base alimentar diária, minha mãe às vezes dava para elas sobras de arroz, feijão ou macarrão e fazia uma polenta com os ossos de frango que sobravam. Gastos veterinários não fizeram parte da nossa dinâmica com elas, somente um remédio para pulgas nos primeiros meses de contato com os animais e vacinas nas campanhas públicas anti rábicas. Não me recordo se eram promovidas pelo governo Municipal, Estadual ou Federal, mas ocorriam com regularidade. As decisões sobre os gastos veterinários decorreram da situação financeira da família, que não tinha condições de priorizar visitas periódicas para exames de rotina. Os banhos eram sempre realizados em casa. Os itens de alimentação, higiene, saúde e lazer eram sempre comprados em casas de ração e adquiridos a partir da lógica custo x benefício, já que seriam divididos entre animais e precisavam durar o máximo possível. Além da ração, eram comprados “palitinhos” de petisco e vez ou outra os brinquedos de osso e bolinhas para distraí-las. Para o banho era comprado o shampoo para cães, mas se no momento não tivesse o produto minha mãe improvisava com sabonete comum.

A maior alteração que precisamos fazer ao levar em consideração os animais era a possibilidade de separação das duas de porte maior, que brigavam entre si. Ao mudarmos de casa uma das características essenciais era um quintal que possibilitasse separá-las e

trancá-las no momento em que o portão da garagem estivesse aberto. Embora considerássemos que eram muito bem cuidadas e tivessem uma relação próxima e ciumenta com minha mãe – ela que fazia toda a rotina diária com elas – elas eram proibidas de subir no sofá ou nas camas e só acessavam o ambiente interno da casa quando permitidas e supervisionadas. O carinho e o afeto pelos animais na minha família eram perceptíveis, mas as dinâmicas estabelecidas entre os humanos e os animais são diferentes em comparação com o período atual. E é justamente essa transformação das configurações das relações entre humanos e não humanos que me provoca.

Acredito que pensar e escrever sobre nossas relações com os cães e gatos coloca em questão a capacidade deles de agir e participar das interações que se estabelecem. Nesse sentido, trago o texto do João Biehl (2020) para refletir e questionar sobre o que compreendemos como a capacidade de agir sobre o mundo:

Em vez de teorizar sobre as pessoas em termos de princípios fundamentais ou como totalmente condicionadas por estruturas e formas, a antropologia do devir atenta, assim, às agências negociadas e a possíveis transformações das pessoas. (BIEHL, 2020, p. 4)

Essa sensibilidade enquanto pesquisadora para perceber as formas de afetar e agir sobre o outro na relação é importante ao tratar da família multiespécie, tendo em vista que é comum comentários em que as pessoas que constituem essa relação com seus cães e gatos são deslegitimadas e ridicularizadas por outros (Moraes, 2023). Reconhecer a capacidade de agir sobre o outro nas relações que se constituem significa compreender a agência como mais do que realizar uma ação, algo que pode se apresentar de maneiras diversas. Para essa reflexão, podemos utilizar o texto de Saba Mahmood (2019) que traz uma nova forma de perceber a agência. A autora compreende a ação como algo que não se resume às tomadas de atitudes diretas, podendo a ação ser percebida na “não ação”:

[...] sugiro que pensem na agência não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas. Este entendimento relativamente abrangente de agência inspira-se na teoria pós-estruturalista da formação do sujeito, mas também se afasta dela, no sentido em que exploro modalidades de agência cujo significado e efeito não se encontram nas lógicas de subversão e resignificação de normas hegemônicas. (MAHMOOD, 2019, p. 139)

Mesmo que o meu tema de pesquisa esteja distante do apresentado pela autora (o movimento feminino das mesquitas), essa nova forma de perceber o conceito de agência/ação pode ser aplicada ao caso dos animais. Ao se distanciar da agência como uma “tomada de

atitude”, observamos uma aproximação de Mahmood com Bruno Latour que propõe o conceito de “actante” em sua teoria. Ambas perspectivas se complementam ao pensarmos sobre os cães e gatos na família multiespécie, pois a partir disso podemos compreender esses animais de estimação como seres actantes na medida em que possuem a capacidade de intervir e interferir na vida dos seus parentes humanos:

[...] São apenas formas diferentes de induzir os atores a *fazer* coisas, cuja diversidade se patenteia sem necessidade de separar por antecipação as ações “verdadeiras” das “falsas” e sem necessidade de presumir que sejam todas traduzíveis para o idioma repetitivo do social. (LATOURE, 2012, p. 87)

De acordo com essa perspectiva, a capacidade de agir⁴ desses animais seriam expressas, por exemplo, nas maneiras em que a sua personalidade influencia nas dinâmicas cotidianas da relação com os humanos ou em como e em quais situações os cães e gatos chamam a atenção. A possibilidade de agir pode ser pensada no caso de alterações na residência que são feitas pelo e para o animal, como a instalação de portões para limitar espaço, designar um espaço para ser ocupado pelas tigelas de água e comida ou pelas caixas de areia no caso de gatos. Esses são bons exemplos que expressam o aspecto relacional do processo de domesticação, assim como já foi abordado em trabalho anterior (Moraes, 2023). Trata-se de refletir sobre a domesticação como “[...] a possibilidade de pensar na existência benefício mútuo entre a convivialidade multiespécie.” (PERROTA, 2022, p. 184). Adotar essa concepção do processo de domesticação significa utilizar a definição antropológica da domesticação empreendida por Digard (2012), que diz respeito a um processo que “é entendido como “interação” e não como “ação unívoca ou unilateral” do homem sobre animais ou plantas” (SEGATA, 2012, p. 70)

Nesse sentido, ao se transformar a sensibilidade com relação aos cães e gatos, transformam - se também as práticas de criação. O animal que um dia se alimentou dos restos de comida dos humanos, hoje têm à disposição rações das mais variadas (Oliveira, 2006). O hábito dos tutores de alimentarem seus animais de estimação, um dos principais no que diz respeito a essa relação já que é realizado diariamente, faz parte do processo de construção do parentesco entre espécies.

A análise do parentesco na família multiespécie e sua relação com os pressupostos de “cuidado” mobilizados pelo mercado pet parte de uma perspectiva que compreende o “social”

⁴ Vale a pena ressaltar que embora esses autores (Mahmood, 2019; Latour, 2012) façam parte de correntes teóricas diversas, suas contribuições são importantes para pensar as relações entre humanos e não humanos. A diversidade teórica não se torna um problema para o decorrer da presente análise, na medida em que não faz parte das minhas pretensões entrar no debate clássico sobre agência e estrutura.

como algo que é composto não apenas por seres humanos. Para isso, se faz necessária a desnaturalização de categorias utilizadas pelas ciências sociais, pois o questionamento de conceitos tomados como auto evidentes nos permite uma melhor compreensão da realidade.

Nesse sentido, as reflexões propostas por Bruno Latour (2012) são relevantes para a presente discussão, pois além de apresentar uma nova roupagem para o conceito de “social” – que nos permite enquadrar outros mais que humanos como figuras protagonistas em nossas pesquisas – também aborda de maneira crítica a produção científica nas Ciências Sociais. Latour propõe o alargamento da categoria “social” para comportar o caráter dinâmico e relacional das redes híbridas:

O senso de integração entrou em colapso. Mas para registrar a percepção da crise e acompanhar as novas conexões, outra noção de social tem de ser descoberta: *bem mais ampla* do que a usualmente chamada por esse nome e, ao mesmo tempo, *estritamente limitada* à busca de novas associações e ao esboço de seus agregados. Este é o motivo pelo qual definirei o social, não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação. (LATOUR, 2012, p. 25)

Essa abordagem busca complexificar o sentido do “social”, na medida em que o que é compreendido enquanto social/sociedade não está isolado de outras esferas do mundo da vida. Através de sua teoria, Bruno Latour atribui aos não humanos o papel de actantes, deixando para trás seu valor enquanto meras projeções simbólicas e colocando em análise a composição heterogênea do social. Em “Jamais Fomos Modernos” (1994) as considerações levantadas pelo autor são feitas em crítica à tendência de naturalização da classificação de categorias em lados opostos. Dessa maneira, ele discorre sobre os problemas decorrentes do processo de purificação incentivado pelo pensamento moderno.

Segundo Latour, o processo de purificação é o responsável pela separação dos conhecimentos que, conseqüentemente, leva à criação das dicotomias presentes na ciência e no mundo moderno (natureza/cultura; objeto/sujeito). Entretanto, para alcançarmos o objetivo de alargar o social, precisamos nos desfazer destas separações. É nesse sentido que Latour reflete sobre como os não humanos ajudam a moldar a realidade em que vivemos, evidenciando as diversas misturas criadas pelo processo de tradução e que compõem as associações. Assim como existe a ligação entre os processos de tradução e purificação, existem múltiplas ligações entre as associações que formam as redes híbridas. Isso nos ajuda a pensar as relações de parentesco criadas na família multiespécie.

A problemática que guia a discussão proposta nesta dissertação são os aspectos morais que constituem tais transformações com relação aos animais de companhia no Brasil. Atualmente vistos como membros da família, os cães e gatos participam dessas relações afetivas com os humanos e têm sua rotina organizada pelos momentos de alimentação, higiene, lazer, etc. Ao se tornarem membros da família, as demandas são reformuladas e novas percepções são criadas sobre o que esses animais vão comer, com o que vão brincar e o que eles precisam em seu dia a dia. A maneira que o tutor deve “cuidar”, prezar pelo “bem-estar” e exercer uma “guarda responsável” não são noções objetivas, assim como observado a partir do trabalho de Andréa Osório (2011) que organiza essas categorias através da pesquisa com protetores. Em vista disso, o mercado pet constrói uma interpretação sobre essas práticas que são adaptadas pelas famílias. Nesse debate a pergunta do terceiro capítulo é: Quanto o mercado pet está presente nessas relações familiares multiespécie? Como são produzidas as influências mútuas entre esses atores?

Com o objetivo geral de observar as transformações na maneira de se relacionar com os animais de estimação que servem de base para a construção de um arranjo familiar multiespécie, será feita uma comparação entre os dados levantados no decorrer da pesquisa e as discussões do referencial teórico. Para isso serão mobilizados tanto trabalhos que discutem sobre as famílias entre espécies (Lima, 2016; Oliveira, 2006; Pessanha e Carvalho, 2014; Abonizio e Baptistella, 2016; Gaedtker, 2017, Osório, 2011, 2013, 2019) quanto os que versam sobre transformações morais na relação entre humanos e não humanos no âmbito jurídico e acadêmico.

Com o objetivo específico de analisar o conceito de “família multiespécie” a partir da comparação com os estudos sobre família e parentesco produzidos nas ciências sociais, a presente dissertação tratará dos elementos centrais que estruturam essa instituição, tais como o impacto do campo jurídico na determinação sobre “o que é família” que envolve a consolidação do arranjo pela parentalidade. Levando em consideração que a ideia de família multiespécie envolve construção cotidiana de vínculos afetivos e que as dinâmicas do dia a dia envolvem produtos ofertados pelo mercado pet, também faz parte do objetivo específico a análise da presença desse setor econômico nesse modelo familiar.

No primeiro capítulo serão discutidas as mudanças com relação ao status moral dos cães e gatos nas sociedades contemporâneas, principalmente no contexto urbano. Nesse sentido, pretende-se observar as movimentações de ordem moral e legal que versam sobre

esses animais, tais como projetos de lei, políticas públicas e manifestações da sociedade civil que dizem respeito aos cães e gatos. Essas ações são possibilitadas pela mudança da sensibilidade com relação aos animais de estimação, que passam a ser tratados como sujeitos que possuem uma vida valiosa. Com isso os elementos discutidos na primeira seção, como o direito dos animais e a “guarda responsável”, por exemplo, são importantes para compreender a participação dos cães e gatos como membros da família multiespécie. Neste capítulo a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica que serviu para articular as principais referências teóricas da antropologia da relação entre humano e animal na discussão sobre transformação do status moral dos animais de estimação e as mudanças produzidas na forma como são considerados diante das leis e políticas públicas. A pesquisa documental foi utilizada como recurso metodológico para apresentar exemplos dos desdobramentos desses processos em nossa sociedade.

O segundo capítulo desta dissertação foi reservado para pensar sobre a discussão dos elementos que permitem identificar esse novo arranjo familiar multiespécie. A partir da comparação deste modelo de família com os estudos sobre a família humana, observamos a recorrência de determinados fatores que permitem a construção da ideia de parentesco entre humanos e seus cães e gatos. Na medida em que ações como adoção e legitimação de diferentes modelos familiares permitem desafiar noções puramente biológicas sobre a família e promovem uma diversidade de formas de parentesco, compreende-se que a família multiespécie se torna mais uma possibilidade. Serão desenvolvidas discussões sobre noções importantes para a compreensão da ideia de família multiespécie, levando em consideração as transformações históricas, sociais e políticas que impactam os modelos de famílias nas sociedades modernas. Serão mobilizados elementos específicos desse debate em relação à família e parentesco entre humanos e não humanos, tais como a centralidade do afeto nessas relações. Neste capítulo também serão discutidos os dados coletados durante etnografia realizadas em uma feira de adoção de animais. As entrevistas realizadas com “tutores”, voluntários da ONG e com uma protetora do município de Seropédica apresentaram aspectos sobre as relações cotidianas com os animais de estimação, sobre a adoção e compra de animais, responsabilização do tutor e gastos relacionados ao novo membro que é recebido na família.

O terceiro capítulo é reservado para a análise do mercado enquanto construção social e sua relação com cães e gatos enquanto membros da família. Nessa perspectiva, analisar a presença do mercado pet nas relações da família multiespécie ultrapassa noções puramente

econômicas, na medida em que proponho uma análise de aspectos morais que constituem o mercado, desenvolvida a partir de autores do campo da sociologia econômica, pois assim como enunciado por Ricardo Abramovay (2004, p. 58) “Mercados devem ser estudados sob o ângulo institucional, sociológico, histórico, como construções sociais.”. Portanto, observar o mercado pet como uma construção social, para melhor compreender os parâmetros morais que o englobam, é partir do princípio de que as dinâmicas sociais, morais, políticas e jurídicas com relação aos cães e gatos em nossa sociedade impactam e são impactadas pelo mercado.

Além da discussão teórica, o terceiro capítulo apresenta os desdobramentos da pesquisa empírica. Foi utilizada a descrição etnográfica como ferramenta metodológica para realizar o mapeamento dos produtos comercializados em uma loja pet. Com base no levantamento realizado, foi feita a análise de rótulos e embalagens dos produtos para investigar como as descrições expostas em determinados itens são capazes de influenciar as práticas cotidianas da família multiespécie.

Capítulo 1: Debates e transformações morais sobre o animal de estimação e seus impactos na consolidação da chamada “família multiespécie”

O primeiro capítulo desta dissertação é voltado para a discussão das transformações de ordem moral com relação aos cães e gatos, que são importantes para compreendermos melhor as relações que se constituem no modelo familiar multiespécie. Tais transformações estão presentes tanto em ações que partem da sociedade civil quanto em vias institucionalizadas, como em proposições de projetos de leis e políticas públicas, por exemplo. Os dados analisados foram levantados a partir de pesquisa bibliográfica e documental com articulação entre os exemplos e as principais discussões teóricas da ciências sociais sobre a relação entre humanos e animais em contexto urbano (Osório, 2011, 2013; Perrota e Helene, 2024; Mazon, 2021). Também contribuem para a discussão autores que tratam sobre a perspectiva histórica da construção das relações com os não humanos nas cidades (Thomas, 2010) e das principais discussões sobre processos políticos de lutas pelos direitos dos animais (Perrota, 2015; Carman e Berros, 2018).

Ao lançar um olhar socioantropológico para as relações constituídas dentro do modelo de família multiespécie, percebemos a importância do processo histórico, político e epistemológico que perpassa a relação entre humanos e não humanos nas sociedades ocidentais. Tal mudança nos ajuda a analisar o novo lugar ocupado pelos cães e gatos dentro da família, seu novo estatuto moral e sua nova condição de existência nas relações que

estabelece com os humanos que constituem vínculos. Neste trabalho, não humano refere-se aos animais de estimação, mais precisamente cães e gatos, que coabitam as residências brasileiras com seus parentes humanos e que formam um novo arranjo familiar contemporâneo.

Para chegarmos ao objetivo final deste trabalho de compreender o fenômeno chamado de família multiespécie precisamos em primeiro lugar estabelecer o ponto de partida. Esse início diz respeito à ideia de que os cães e gatos participam das relações sociais enquanto sujeitos, considerados e amparados pelos dispositivos morais. Tal pressuposto considera o impacto da moral nas transformações das relações entre espécies, na medida em que a forma de construir relações sociais não é uma ação puramente objetiva.

Diariamente nos deparamos com notícias e matérias de jornais que tratam sobre os acontecimentos que envolvem não só humanos, como também animais que ocupam uma posição importante na vida das pessoas, como companheiros e membros da família. Se ampliarmos nosso escopo para outros animais como silvestres encontramos ainda mais ocorridos que demonstram o quanto as vidas humanas estão conectadas às vidas animais. Entretanto, para manter o foco no presente objeto de pesquisa, ou seja, nas transformações nas formas de se relacionar com os cães e gatos, decidi restringir a alguns exemplos que trazem histórias que envolvem animais domésticos e de estimação.

De maneira similar à reflexão proposta por Bruno Latour (1994) de procurar a presença dos não humanos e das misturas híbridas nas notícias diárias, pesquisei em páginas dos veículos de comunicação matérias que trazem como foco os animais de estimação. Também busquei na memória acontecimentos recentes que me chamaram atenção e que são exemplos das relações híbridas que constituem o mundo em que vivemos.

No início de 2024, cidades da região Sul do país, mais especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, passaram por mais um evento de desastre. Dentre as notícias sobre o momento enfrentado pela população, ganharam relevância também as informações sobre os animais de estimação.

Diante deste momento de crise humanitária, foram mobilizados esforços diversos para o resgate, alocação e realocação dos animais de companhia. Assim como descrito pelo site Agência Brasil⁵ mais de 10.000 animais foram resgatados em meio às fortes chuvas que afetaram a região. Dentre as ações desenvolvidas, a reportagem aponta a atuação do Grupo de

⁵ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/mais-de-10-mil-animais-ja-foram-resgatados-das-enchentes-do-rs>

Respostas a Animais em Desastres (GRAD) – composto por profissionais voluntários de diversas áreas que atuam na defesa dos animais.

Um dos animais resgatados foi apelidado de cavalo “Caramelo” pelas pessoas que acompanhavam o caso que repercutiu nacionalmente pela situação do animal, que ficou ilhado em cima de um telhado durante quatro dias. O resgate do animal se tornou polêmico no debate público, na medida em que as discussões sobre os valores de vidas humanas e animais entraram em disputa em cenários de desastres. Além dos debates sobre a utilização de recursos para os resgates de animais, foi recorrente o questionamento sobre as doações, na medida em que algumas entidades mobilizaram campanhas para arrecadação de mantimentos para os não humanos.

Além dos acontecimentos concomitantes às enchentes, no período do pós desastre também ocorreram mobilizações em prol dos animais de estimação. Depois de resgatados e cuidados em abrigos, as ações de instituições públicas, grupos de defesa dos animais e de voluntários se voltaram para realocar esses animais em novos lares⁶:

Quase 13 mil animais foram resgatados durante as enchentes no Rio Grande do Sul. A maioria, cães e gatos. Muitos foram parar em abrigos mantidos por órgãos públicos e também por entidades de defesa dos animais e por voluntários. Canoas chegou a ter mais de 30 espaços que abrigavam animais de estimação durante a enchente. Hoje são apenas 7. Mas esse aqui, ainda tem 900 cachorros à espera de um lar. Até agora, eles podiam ser levados para lares temporários. E eram devolvidos se os tutores aparecessem. A partir de amanhã, a adoção será definitiva. (G1, 14/06/2024)

Momentos como esse servem de exemplo para compreendermos as mudanças do status moral dos animais de estimação em nossa sociedade. Assim como discutido por Ana Paula Perrota (2022b) as ações voltadas aos animais de companhia em contexto de desastres se transformaram com o passar dos anos. Se hoje vemos a mobilização para resgate desses animais, no contexto do furacão Katrina que atingiu os Estados Unidos no ano de 2005, a política era de abandono:

Os animais de estimação foram então deixados para trás, uma vez que não puderam ser levados nos transportes utilizados (barcos, helicópteros, veículos de emergência), nem poderiam ser mantidos nos abrigos em que os moradores removidos foram alojados (pois também não eram ali aceitos). Ao longo de seis dias após a passagem do furacão, como relata Irvine (2006), grupos interessados em resgatá-los, incluindo voluntários e tutores, foram proibidos de entrar em Nova Orleans, devido a bloqueios policiais e militares. Em decorrência dessa situação, a autora aponta que cerca de 2000 animais foram mortos, pois não haveria estrutura

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/06/14/animais-de-estimacao-resgatados-nas-enchentes-do-rs-vao-poder-ser-adotados-definitivamente.ghtml>

para acomodá-los, sem contar o risco de propagação de doenças zoonóticas. O que observamos, então, a respeito das medidas que incidem sobre as populações animais em situações de desastre é que a busca por evitar uma crise sanitária fez deles possíveis disseminadores de doenças zoonóticas, de modo a que os animais domésticos, considerados “outros humanos” e “membros da família” (Segata, 2012; Lima, 2016), fossem vislumbrados pelo Estado como “vilões epidêmicos” (Lynteris, 2019). (Perrota, 2022b, p. 6)

Entretanto, não é só nos contextos de desastres que os animais de estimação ganham relevância nos debates públicos. Além deste primeiro caso, outro que me vem à mente foi o caso do Joca, um cachorro da raça Golden Retriever que morreu durante um trajeto de avião, em decorrência de um erro operacional.⁷ O trajeto que deveria ser de São Paulo ao Mato Grosso levou o cão ao Ceará, aumentando de 2h30 para 8h a permanência do animal no porão do avião. Esse caso ganhou espaço nos noticiários e provocou a comoção de setores da população que, indignados com o acontecimento, promoveram um protesto.⁸ Tutores e ONGs de defesa dos animais promoveram manifestações nos aeroportos de Guarulhos e Congonhas (SP), com faixas que exibiam as frases “Justiça por Joca” e “Não somos bagagem, somos o amor de alguém”.

Além de demonstrar a dimensão moral dos animais de estimação que repercutem no debate público pela consideração e respeito às suas vidas, o caso Joca vai além conforme foi levado aos debates jurídicos acerca do transporte dos animais de estimação em voos nacionais⁹. A proposta da “Lei Joca” é de permitir o transporte de animais de estimação na cabine do avião a depender do peso e tamanho e de responsabilizar as companhias aéreas pela morte ou lesão dos animais, com a obrigação de pagar indenização aos tutores.

As transformações de ordem moral afetam a sociedade que passa a reordenar suas práticas, a partir de novas demandas. Nesse sentido, para pensar as relações de parentesco que se constituem na família multiespécie partimos, primeiramente, da transformação na forma com que esses animais participam das relações sociais com os seres humanos. Tal transformação retirou os cães e gatos de uma condição de objetificação, passando para a consideração moral de suas vidas. Isso se torna perceptível nas maneiras como a sociedade e suas instituições são transformadas continuamente para dar conta dessas novas formas de socialidade.

⁷ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/04/caso-joca-cao-da-raca-golden-retriever-morreu-em-voo-da-gol-por-choque-cardiogenico-diz-laudo.ghtml>

⁸ Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/grupo-protesta-aeroporto-cao-joca>

⁹ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lei-joca-senado-aprova-projeto-sobre-transporte-de-pets-em-avioes/>

Quando o assunto diz respeito aos animais de estimação é frequentemente acionada a categoria “guarda responsável” por protetores, tutores, profissionais da medicina veterinária e também pelas mídias e produtos voltados para esses grupos. A “guarda” ou “posse responsável” é mais um exemplo de como o tratamento designado aos cães e gatos tem sido cada vez mais vigiado do ponto de vista moral. Essa conduta é incentivada para a diminuição do abandono de animais de estimação, pois como nos explica Osório (2011) “O abandono é criticado muitas vezes de forma emocional, levando a considerações pessoais sobre tristeza, descrédito na humanidade e necessidade de engajamento na causa (da proteção animal)” (p. 55).

A preocupação com o abandono dos cães e gatos por parte dos protetores atualmente revela as características dessas transformações morais no contexto urbano. Essas mudanças ocorreram em nível micro e macro, atravessando as relações individuais e a construção de leis e políticas públicas voltadas a esses animais. Em meio a esse processo, a ideia do cão como melhor amigo do homem – que excluía outras espécies, tais como gatos, peixes ou papagaios – (Mazon, 2021, p. 67) foi ampliada para a consideração dos cães e gatos – dentre outras espécies – como membros das famílias e filhos. Assim como é discutido pela autora, existe a construção dessas noções morais com relação aos animais (amigo ou parente) observada nas formas pelas quais esse animal é considerado dentro de leis, políticas públicas, ações da sociedade civil, etc. Considerando um contexto político maior, a autora discorre sobre o papel desempenhado pela revista *Seleções*:

[...] Ela começa a ser traduzida e publicada no Brasil no início da Segunda Guerra Mundial e ganha reconhecimento internacional nessa década de 1940. Ela serve como instrumento de propaganda dos ideais norte-americanos ao mesmo tempo que aborda alemães e japoneses como inimigos a serem temidos. Os cães aparecem como melhores amigos do homem, mas não só. Também como protetores dos homens contra outros homens, como era o espírito das duas guerras mundiais do século XX. Esse é o encaixe dos casos contados por diferentes publicações e posteriormente animados por cartas de leitores, os quais reproduzem casos épicos com seus animais de estimação. Esse periódico surge dentro do projeto de política de boa vizinhança dos EUA num movimento de aproximação da América do Sul a fim de evitar a influência da Alemanha. *Seleções* opera como um manual de boas maneiras no qual a melhor forma de viver é, entre outras sugestões, tratar os cachorros como o “melhor” amigo do homem, expressão que significa secundar humanos. (Mazon, 2021, p. 71-72)

Ao refletirmos sobre a diferença entre o tratamento dado aos animais de rua no passado e atualmente, principalmente sobre as ações negativas voltadas a eles, percebemos como a preocupação atual com os animais de companhia que ocupam as ruas das cidades se trata de uma construção histórica. Keith Thomas (2010) tratou sobre o processo de alargamento e encurtamento da proximidade com os animais – principalmente os de produção

(aves, porcos, bois e vacas) – que fez parte da construção das cidades europeias. Ao se afastarem dos animais de produção no convívio humano, os animais de companhia ou de estimação passaram a fazer parte da paisagem urbana:

Diante da melancolia das relações com a natureza que se desenvolveu nas grandes cidades europeias, ao longo dos séculos em que os animais foram afastados da convivência humana civilizada, algumas espécies, cuja companhia parecia interessante, foram mantidas em proximidade e passaram a ocupar um lugar exclusivo de animais de estimação. (LIMA, 2016, p. 41).

No contexto brasileiro, observa-se também essa dinâmica de afastamento dos animais das cidades, na medida em que se inspiraram nos modelos europeus de construção das cidades como sinônimo de civilidade, modernidade e limpeza, de maneira que eram “ora permitidos ora proibidos a partir da dicotomia rural e urbano e conforme os diferentes contextos socioambientais.” (Perrota e Helene, 2024, p. 26).

Um dos grandes momentos dessa perspectiva modernista das cidades, foi a reforma “bota-baixo” na cidade do Rio de Janeiro, que tirou das cidades os animais considerados de “uso rural”. Essa estratégia de afastamento dos animais também foi discutida por Andréa Osório (2013):

Os animais têm sido parte da paisagem urbana há muitos séculos. Contudo, a partir do processo de modernização das cidades eles foram progressivamente expulsos do meio urbano, tornando-se mais propriamente visíveis em meio rural (Aprobato Filho 2006). Mas de quais animais está-se falando? Aparentemente de muitos, diversos e diferentes em suas relações com os humanos. Esse processo é bastante visível para os animais de criação com potencial econômico, como os de abate e tração, mas também para os cães, caçados pela famigerada “carrocinha” que os levava, via de regra, para a morte (Aprobato Filho 2006). (Osório, 2013, p. 144)

Ao citar a legislação contra maus tratos de 1895 a partir do trabalho de Aprobato Filho (2006), a autora demonstra as diferenças de tratamento com relação aos animais domésticos, especificamente cães, e nos apresenta as ações estabelecidas pelo poder público, que eram normalizadas com relação à população canina de rua, como recolhimento e morte de cães que eram vistos como um problema público:

Além disso, tal legislação indicava modo próprio de abate sem sofrimento para os animais de consumo; proibia a caça de animais inofensivos que não servissem ao consumo; regulava a viviseção, impondo uso de anestésicos; indicava recolhimento e morte instantânea de cães “vagabundos”; obrigava os proprietários de animais domésticos a dar de comer e beber em intervalos mínimos de doze horas e a tratá-los quando doentes, não impondo jornada de trabalho superior a 6 horas sem água; e determinava a ordenha das vacas de doze em doze horas. Esta legislação específica preza pelo bem-estar dos animais usados em tração, animais que trabalham, e animais de consumo alimentar. Entre os animais de estimação, gatos não são mencionados. Os cães, por outro lado, aparecem como um problema público. (Osório, 2013, p. 146)

Com relação à “morte de cães vagabundos” a autora remete à chamada política da carrocinha, prática popularizada nas cidades brasileiras. Seu propósito era de recolhimento e extermínio de animais de rua, vistos como um problema sanitário e impedimento às ações de modernização urbana. Atualmente, contra essa prática que foi tida como política pública, a Lei Federal nº 14.228/2021 dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres.

Aliado a isso, contra o crime de maus-tratos a animais – que inclui também o abandono – temos a lei Lei Federal nº 9.605/1998; no caso de maus tratos a cães e gatos temos a Lei Federal nº 14.064/2020, assim como foi encontrado na notícia disposta no site do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima¹⁰:

Maltratar animais é crime no Brasil, conforme a Lei nº 9.605/1998, a qual prevê sanções penais e administrativas, com penas que variam de três meses a um ano de detenção, além de multa. Para maus-tratos a cães e gatos, a Lei nº 14.064/2020 aumenta a pena para reclusão de dois a cinco anos. A Resolução CFMV nº 1236/2018 define crueldade, abuso e maus-tratos, destacando a responsabilidade de veterinários e zootecnistas em identificar e denunciar esses atos, e inclui orientações sobre práticas como eutanásia e transporte de animais, sempre visando minimizar o sofrimento. (Brasil, 2024)

Nesse movimento de promoção da proteção cães e gatos, ações de maus tratos são moralmente e juridicamente condenadas. Não posso deixar de citar o recente caso do Orelha, um cão comunitário que foi morto em Florianópolis em janeiro de 2026. Esse episódio de violência repercutiu na mídia e gerou comoção na sociedade civil, que manifestou e pressionou para que os responsáveis pelo crime fossem punidos. Esse tipo de mobilização é exemplo desse processo de mudança de sensibilidade com relação aos cães e gatos, que abre espaço para a contestação da violência contra o animal ao mesmo tempo em que demanda a aplicação das leis de proteção vigentes.

Nesse contexto de “volta dos animais à cidade”, os animais de estimação se distinguem de tantos outros. Tal distinção é observada a partir da “intensidade de investimento financeiro, emocional e cultural em animais de estimação” (Nast, 2006a, 2006b *apud* Pessanha e Carvalho, 2014) mas também pela valoração atribuída a eles pelos seus respectivos humanos, que os mantêm por perto pelos sentimentos desenvolvidos nas relações constituídas:

Se as previsões se concretizarem, é provável que os humanos passem a conviver apenas com um pequeno extrato de espécies sobreviventes, eleitas como dignas de proteção e certamente os pets estarão entre os bichos que fizeram jus a permanecer

¹⁰ Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/direitos-animais/maus-tratos-a-animais>

entre nós. Seu espaço estaria garantido, não por critérios como utilidade ou capacidade de adaptação às condições ambientais adversas, mas por terem encontrado um lugar nos corações humanos; afinal, enquanto a maioria dos animais tem suas condições de vida precarizadas, ou até mesmo inviabilizadas, quando entra em conflito com o bem estar humano, os bichos estimados muitas vezes chegam a ter ascendência sobre outros membros das famílias e adquirem, assim, um tipo de poder sobre seus donos. (Abonizio e Baptistella, 2016, p. 2)

Diante das ferramentas jurídicas voltadas à proteção das vidas de animais domésticos, percebemos a mudança de atitudes com relação aos cachorros e gatos. Se um dia estes foram “expulsos” da vida urbana, atualmente existem as ações que partem da sociedade civil e jurídica que pretendem lidar com essas vidas animais a partir de uma perspectiva de consideração moral de existência. E é dentro desse contexto que atuam os grupos de proteção animal, assim como evidenciado por Osório (2011; 2013). O manejo desses animais abandonados nas ruas das cidades é um processo complexo que demanda recursos de tempo e dinheiro:

O esquema do manejo é complexo: o animal tem que ser capturado in loco, levado para lar temporário, despugnizado, vermifugado, vacinado e esterilizado antes de encaminhado para adoção. Esse processo é efetuado tanto com filhotes quanto com adultos. A escassez de lares temporários e de vaga nos mesmos impossibilita que todos os animais sejam retirados da praça ao mesmo tempo. Em novembro de 2009, havia uma colônia de 70 gatos quando do início dos resgates que totalizaram 152 animais em consulta feita ao website em 06 de março de 2012. Observa-se, portanto, que o trabalho de retirada dos gatos diminui o contingente, mas não o extingue. Ao mesmo tempo em que uns são retirados, outros são abandonados e esta é a razão pela qual a OMS considera tal método ineficaz na contenção da população de rua animal (Who 1992). (Osório, 2013, p. 154)

Existe uma ligação entre as práticas de manejo dos animais de rua, o combate ao abandono desses animais e a promoção da “posse” ou “guarda responsável”. A discussão sobre “posse responsável” continuará no segundo capítulo. Com as informações dispostas até o momento, é possível perceber como as ações de ordem jurídica estão intimamente ligadas à moralidade com relação aos cães e gatos que ocupam a cidade.

Nesse sentido, trago o argumento proposto pela antropóloga Ana Paula Perrota (2015) de que as ações dos defensores do direito animal estão localizadas no pensamento moral e utilizam dos pressupostos da própria moralidade para subvertê-lo. Isso nos serve de base para a análise proposta, pois:

[...] Para incluir os animais nessa dimensão, os defensores alargam a fronteira do que entendemos como humanitário e contam com as disposições básicas da moralidade para nos convencer a agir com responsabilidade sobre a vida dos animais. (Perrota, 2015, p. 17)

Essa discussão envolve também a reflexão epistemológica acerca da construção do pensamento ocidental moderno, que ao operar por meio de dicotomias – natureza/cultura,

indivíduo/sociedade, humano/animal – solidificou a ideia de superioridade humana. Esse debate produziu efeitos nos arranjos familiares que serão discutidos no segundo capítulo. A chamada família multiespécie é um fenômeno social que representa o momento atual em que as relações desenvolvidas entre humanos e animais de estimação desafiam essa premissa, na medida em que cães e gatos são vistos como sujeitos membros das famílias. Vemos hoje desdobramentos do que foi abordado por Perrota (2015) no que diz respeito à consolidação do parentesco entre espécies deste novo arranjo familiar, que segue no sentido de “uma nova ordem social, capaz de unir humanos e animais segundo a perspectiva de proteção moral e jurídica.” (p. 88)

Seguindo o olhar crítico das ciências sociais de desnaturalizar as categorias sociais, acredito que a discussão proposta por Marcel Mauss (2003) sobre a categoria de “pessoa” nos interessa ao tratar sobre as relações com os animais de estimação, principalmente no contexto familiar. Assim como veremos no decorrer deste trabalho a consolidação de modelos de família multiespécie envolve a análise moral, histórica, política e social sobre a categoria de “pessoa”, na medida em que os pets agora passam a ser interpretados como indivíduos. Assim como apresentado por Mauss:

Todos a consideram natural, bem definida no fundo da sua própria consciência, perfeitamente equipada no fundo da moral que dela se deduz. Trata-se de substituir essa visão ingênua de sua história e de seu atual valor por uma visão mais precisa. (MAUSS, 2003, p. 69)

Por este motivo, o autor faz uma análise das transformações que a categoria “pessoa” sofreu até a constituição da noção utilizada pelo pensamento ocidental. Tais mudanças partiram da noção da pessoa mascarada que evoluiu sucessivamente, passando primeiro pela ideia de máscara, depois personagem até chegar ao conceito da pessoa que é formado por um nome; um indivíduo que passa a ter um valor metafísico e moral possuidor de uma consciência reflexiva sobre si.

A intenção do autor é oferecer ao leitor uma sistematização das formas que essa noção adquiriu em diversos pontos da história para mostrar como ela ganhou corpo, matéria e forma até o presente momento em que se tornou uma categoria recentemente utilizada pela civilização ocidental:

De que maneira, ao longo dos séculos, através de numerosas sociedades, se elaborou lentamente, não o senso do "eu", mas a noção, o conceito que os homens das diversas épocas criaram a seu respeito? O que quero mostrar é a série das formas que esse conceito assumiu na vida dos homens, das sociedades, com base

em seus direitos, suas religiões, seus costumes, suas estruturas sociais e suas mentalidades.” (MAUSS, 2003, p. 371)

Ao discutir o desenvolvimento desta categoria a partir das abordagens de variadas sociedades, Mauss (2003) demonstra a passagem de uma noção coletivizada de pessoa, que exercia uma função específica em cada estrutura social para a compreensão moderna em que a ideia de pessoa é individualizada pelo direito. De maneira geral, o autor demonstra que o conceito – tal como é utilizado pelo pensamento ocidental moderno – é formado pela união das concepções religiosa, jurídica e moral na categoria de “pessoa”.

Ao final do texto Mauss (2003) estabelece que por se tratar de uma categoria construída socialmente através da história, a noção de “pessoa” pode sempre sofrer transformações:

Quem pode mesmo dizer que essa "categoria", que todos aqui acreditamos estabelecida, será sempre reconhecida como tal? Ela só se formou para nós, entre nós. Mesmo sua força moral — o caráter sagrado da pessoa humana — é questionada não apenas por todo um Oriente que jamais chegou às nossas ciências, mas até mesmo em países onde esse princípio foi encontrado. (MAUSS, 2003, p. 397)

Essa “predição” de Marcel Mauss (2003) é importante para pensar sobre como no contexto das famílias multiespécie, os cães e gatos são cada vez mais integrados na categoria de “pessoa” junto com os humanos. André Vicente (2024) discute como o processo de nomeação indica uma mudança de status moral do animal de estimação, na medida em que o nome é um elemento de distinção dos animais que são família:

Na literatura antropológica, temos reflexões sobre processos de nomeação de animais. O antropólogo britânico Tim Ingold (2015, p. 243), por exemplo, expõe que há uma presunção nas sociedades ocidentais modernas de que ter um nome é “ser humano”. Dessa forma, “o fato de que, muitas vezes, damos nomes a animais domésticos, ou a personagens animais em histórias infantis, só dá apoio a esta presunção, pois estes são comumente entendidos como casos de antropomorfismo” (ibidem)¹¹ em que marcamos a subjetividade do animal atribuindo-lhe um nome. Para o autor (2015, p. 244) há, na tradição ocidental do pensamento, uma doutrina da singularidade do indivíduo e uma separação entre a sociedade humana e o domínio da natureza. Portanto, os seres humanos, enquanto seres sociais, devem realizar sua autoidentidade. Dessa forma, o nome próprio emergiria como um marcador dessa identidade e aquilo que indexaria “o que é pensado como uma capacidade distintiva dos seres humanos enquanto pessoas de intervirem na natureza [...]”, demarcando, ao fim, estatutos desiguais entre os seres, ou melhor, entre o humano e a natureza. Escolher “Avelã”, “Mandioca” ou “Fernanda”, ou até mesmo conjugar os nomes, como fizemos para nomear a gata, trata-se de um investimento ritual de a tornar inteligível e de transformar o estatuto do animal, atingindo justamente essa divisão humano-natureza na qual o nome, na leitura ingoldiana, seria elemento importante de distinção. Escolher nomear e disputar as práticas deixa entrever uma inclinação moral, afetiva e de criação de vínculo – semelhante ao que acontece com a nomeação de humanos, como busquei argumentar em um trabalho anterior (Vicente, 2024). (Vicente, 2024, p. 8)

Observamos então como essa categoria antes exclusiva para os seres humanos vêm deixando de ser restrita a uma espécie. Isso está presente na identificação nacional de cães e gatos (SinPatinhas) também chamada de “RG Pet”, política pública desenvolvida pelo governo federal.



IDENTIDADE PET

Um RG para cães e felinos

Sistema Nacional de Animais Domésticos permitirá que tutores cadastrem cães e gatos para obter uma identidade através de um microchip com informações sobre castração, vacinas e que ajudará a encontrá-los em caso de desaparecimento. **PÁGINA 14**

Imagem 4: Reportagem sobre SinPatinhas
Fonte: Capa do Jornal O Globo. 18/04/2025

Essa forma de identificação foi batizada de “SinPatinhas”, um Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos, disponibilizado de maneira gratuita para gerar um RG Animal único que valerá durante a vida do pet. Tal ação foi desenvolvida dentro do programa federal de controle populacional de cães e gatos, de maneira que se constitui uma política pública criada para o combate das práticas de abandono e maus-tratos.

Como vai funcionar o sistema COMO FAZER O CADASTRO? De forma eletrônica, pelo endereço sinpatinhas.mma.gov.br . QUANTO CUSTA? O registro é gratuito e gera um RG Animal único.	O REGISTRO É OBRIGATÓRIO? Não. O cadastro é voluntário. Só existe obrigatoriedade de cadastro para quem usa recursos do governo federal para castração e microchipagem. COMO FUNCIONA O MICROCHIP? O dispositivo eletrônico é do tamanho de um	grão de arroz e é implantado sob a pele do animal. O aparelho possui um número único que pode ser lido por scanner ou aplicativo. QUEM TEM DIREITO A RECEBER UM MICROCHIP DE GRAÇA? Pessoas de baixa renda. As outras têm de pagar	pelo dispositivo e podem escolher qualquer marca. QUAL A VANTAGEM DE COLOCAR O MICROCHIP? A principal é facilitar que o animal perdido seja identificado e devolvido ao tutor, por meio de um número de contato que será informado no registro do animal.
---	---	---	--

Imagem 5: Informações sobre o “SinPatinhas”.
Fonte: Jornal O Globo. 18/04/2025

Questionar a eficácia desta política pública não é o objetivo deste trabalho. O que nos importa é pensar como o animal, diante desta ação governamental, é considerado. Além

disso, é necessário pensar no empenho das pessoas que passam a utilizar tais serviços para seus animais. Este passa a ser considerado de um ponto de vista legal e participa das relações familiares enquanto um parente, que tem seus direitos considerados e em alguns casos, previstos em lei (como as disputas jurídicas sobre pensão alimentícia e guarda compartilhada, por exemplo). A ideia dos animais enquanto sujeitos e membros das famílias embaralha as categorias de humanidade e animalidade na medida em que compreende o animal enquanto um ser que é protegido do ponto de vista moral e jurídico, podendo ser interpretado como um indivíduo.

Além disso, diversos exemplos de ações que partem da esfera jurídica demonstram como novas demandas surgem e influenciam reorganizações institucionais para lidar com a participação dos animais nas relações sociais. Tais demandas partem de um movimento político que é acompanhado de um processo epistemológico para repensar categorias utilizadas pelas Ciências Sociais. Exemplo disso é a possibilidade de concessão de *habeas corpus* para animais. Na pesquisa de María Carman e María Berros, as autoras abordam os debates sobre esse recurso jurídico para primatas mantidos em zoológicos, laboratórios ou em propriedades privadas:

El debate por el reconocimiento de los animales no humanos como sujetos de derecho ha asumido, en las últimas décadas, un espacio relevante en la agenda de discusión. Confluyen los aportes provenientes de la academia —en particular del campo conocido como animal rights—, así como la multiplicación de movimientos animalistas de heterogéneo tipo y escala que recurren a estrategias judiciales con el fin de obtener la libertad de algunos animales, en particular, de los grandes simios. Con un primer antecedente en Brasil, y más cerca en el tiempo en Argentina y Estados Unidos, la presentación de habeas corpus para obtener la liberación de grandes simios que se encuentran encerrados en zoológicos, laboratorios y propiedades privadas se ha incrementado. (CARMAN; BERROS, 2018, p. 1145)

A partir dessa discussão sobre as ações de proteção moral e jurídica da vida dos animais de estimação, podemos observar como ações individualizadas (compor um núcleo familiar com animais de outras espécies) são influenciadas pelas transformações das instituições sociais e da sociedade de maneira geral ao mesmo tempo em que as influenciam. Ao mesmo tempo, a proliferação da ideia de família multiespécie e do animal enquanto sujeito que é familiar promove reformulações nas estruturas sociais que não podem ignorar a expansão da presença dos não humanos nas relações sociais. Essa expansão é vista no número de animais de companhia no Brasil, estimado em cerca de 160 milhões. Também pode ser observada na inclusão dos animais nas logísticas familiares em casos de viagens ou adoecimento, por exemplo.

Neste sentido, o animal que é parente não é qualquer animal: ele tem um nome, é tratado enquanto membro da família, tem direitos, tem uma rotina específica para atender a uma personalidade específica. Neste capítulo discutimos sobre a presença dos animais de estimação no debate público e jurídico e sobre a consideração moral de suas vidas como elementos que influenciam na maneira como os animais participam da vida social. Partimos então para a discussão centralizada neste arranjo familiar multiespécie. As reflexões serão feitas a partir de estudos sobre família e parentesco.

Capítulo 2: A invenção do animal de estimação como membro da família

Como veremos no decorrer deste capítulo, a chamada família multiespécie constitui um novo modelo de núcleo familiar, formado a partir das relações entre humanos e seus animais de estimação. Esse arranjo contemporâneo além de ganhar cada vez mais relevância nos debates propostos pelas ciências sociais, é identificado como um fenômeno expressivo na sociedade brasileira. A reportagem veiculada pelo G1¹¹ em 29 de setembro de 2025 demonstra o impacto dessa reformulação familiar no desenvolvimento do mercado pet brasileiro:

Nos últimos anos, o perfil das famílias brasileiras vem passando por uma mudança significativa: menos filhos e mais animais de estimação dentro de casa. E essa transformação tem impacto direto no crescimento acelerado do mercado pet no país. É o que aponta uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em economia aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP). (G1, 29/09/2025)

A problemática que guia esse capítulo são as transformações morais que possibilitaram a construção da adoção como uma das vias de formação desse parentesco, na medida em que a prática de compra e venda são problematizadas. Tais mudanças provocaram também a construção de novas práticas de “cuidado”, “bem-estar” e “guarda responsável” que vêm acompanhadas de novas responsabilidades atribuídas aos adotantes. Neste segundo capítulo também serão discutidos os elementos que contribuem na definição da chamada família multiespécie em comparação com a família humana, tendo como base uma breve revisão bibliográfica sobre um debate clássico presente nos estudos de família e parentesco nas ciências sociais acerca dos elementos formativos da família e das transformações nas possibilidades de constituir família (Fonseca, 2004; Rinaldi et al. 2024; Schneider, 2016;

¹¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2025/09/29/com-menos-filhos-e-mais-animais-novo-perfil-familiar-impulsiona-mercado-pet-aponta-pesquisa.ghtml>

Ariès, 1986). Esse debate é importante, para pensar a controvérsia presente nas relações entre humanos e animais de estimação, como é o caso da figura “mãe de pet” e o modelo de família multiespécie. Nesses dois casos as relações com cães e gatos são interpretadas pelos tutores como construção de parentesco, mas muitas vezes são desconsideradas. Ao observarmos essas dinâmicas de negação e aceitação da formação do parentesco entre humanos, cães e gatos, as pesquisas que debatem sobre parentesco e família nos ajudam a pensar sobre a ampliação do sentido do parentesco para além de uma lógica biológica de consanguinidade. Dessa maneira, esse capítulo tratará das transformações que impactam a forma como “família” é definida, tornando possível com que a família multiespécie seja uma configuração também reconhecida.

Ao pensarmos sobre a família multiespécie em diálogo com a bibliografia que versa sobre as famílias humanas, observamos como a constituição desse arranjo híbrido envolve o questionamento dos pressupostos biologizantes da família. Assim como podemos pensar sobre outras formas de família (homoparental, monoparental, etc) a família multiespécie aparece como mais uma interpretação em nossa sociedade. Além de permitir pensar o parentesco não biológico, a família multiespécie representa também uma ruptura que é a possibilidade do laço de parentesco entre espécies diferentes.

A partir deste embasamento teórico será possível identificar nos debates sobre família, os elementos relevantes para a compreensão da família na modernidade. Com isso, será possível realizar uma aproximação entre os aspectos morais das famílias humanas com os presentes na família mais que humana. A presença de semelhanças nos ajuda a compreender a importância atribuída às relações familiares multiespécie em nossa sociedade, bem como a centralidade do animal de estimação nesse modelo de família. Antes de focar estritamente neste arranjo contemporâneo que já vem sendo estudado pelas ciências sociais (Lima, 2016; Osório 2011, 2013; Gaedtke, 2017; Moraes, 2023; Aguiar e Alves, 2021), é importante tratar dos escritos produzidos nas ciências humanas e sociais sobre a família humana. As pesquisas produzidas sobre a família trazem elementos importantes e que serão retomados na reflexão sobre a família multiespécie, como por exemplo o parentesco pensado fora da lógica biológica. Essa discussão é central para pensar a família multiespécie, na medida em que identifica outras formas de formar família.

O capítulo será organizado a partir da discussão sobre os estudos de família e parentesco nas ciências sociais, para em seguida refletirmos sobre a família multiespécie, retomando os principais elementos que a conecta com a família humana. A terceira seção deste capítulo traz a pesquisa de campo realizada em uma feira de adoção, assim como as entrevistas formais e informais com os tutores. A etnografia deste espaço voltado para a adoção de cães e gatos nos permite refletir sobre a construção da noção de “cuidado” com os novos membros da família e compreender como essa tecnologia de parentesco é atravessada por reflexões morais e econômicas por parte dos tutores, que se tornam figura responsável pelo animal de estimação que é central nessa configuração familiar.

Durante a etnografia da feira de adoção no shopping, foram conduzidas entrevistas informais com Natália e Mário, dois voluntários da ONG que organizou o evento. Nessa mesma ocasião também conversei com os tutores Beatriz, Rosa e Alef e Anderson. Em decorrência do evento o contato com esses interlocutores foi breve, apenas no momento da feira. Além dessas interações realizei entrevista semi estruturada com a tutora Fabiana que me permitiu compreender as dinâmicas cotidianas com sua cachorrinha “Mia” e a história por trás dessa relação. Para ter uma outra perspectiva sobre a adoção de animais de estimação, foi feita uma entrevista com a protetora Lilianny que faz um trabalho de resgate e adoção de animais de maneira “itinerante”¹², mas que é figura conhecida pela atuação no município de Seropédica. Além do viés de resgate e proteção, a entrevista de Lilianny também apresentou dados sobre a tutela de seus próprios animais de estimação, que contribuíram para a discussão sobre família multiespécie.

2.1 Por que os estudos sobre família humana nos ajudam a refletir sobre a família multiespécie?

A família é tema central nas ciências sociais e podemos considerá-la como um conceito essencial no desenvolvimento e consolidação da disciplina. Confinada à noção de “família nuclear” nos estudos clássicos, podemos observar atualmente múltiplas formas de formação da família no que diz respeito aos indivíduos que a constituem e nos papéis que figuram. Para compreender a diversidade familiar, a análise histórica e social da família foi importante, na medida em que mudaram as concepções sobre o que pode ser interpretado

¹² De acordo com a entrevistada, significa que ela vai a outros municípios para auxiliar na adoção de animais resgatados. Em sua própria residência casos específicos são acolhidos como lar temporário, geralmente gatos, pois já teve problemas com reclamação de vizinhos.

enquanto família e quais os deveres entre os membros dessa instituição. Ao considerarmos novos arranjos familiares permitimos o distanciamento de noções homogeneizadoras da família, pois:

[...] Falar de família é evocar um conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Além dessa função simbólica, a noção de família -- ligada à organização da vida cotidiana -- ainda desempenha um papel pragmático na formulação de políticas públicas. Precisamos, portanto, de uma linguagem para falar desse conjunto de valores e práticas familiares sem cair no erro do passado -- de imaginar um modelo homogêneo, coerente, hegemônico. Procuramos, por conseguintes, instrumentos para pensar as diferentes formas familiares numa perspectiva comparativa -- perspectiva essa que recusa hierarquias etnocêntricas (famílias “avançadas” versus famílias “atrasadas”, etc.) e, ao mesmo tempo, resgata a especificidade de cada configuração. (Fonseca, 2004, p. 5)

Como veremos adiante, um elemento importante trabalhado nos estudos sobre família e que será recuperado na discussão envolvendo outras espécies é a construção do “sentimento da família” e o “sentimento da infância” já discutidos em trabalho anterior (Moraes, 2023):

[...] Nesse sentido, podemos utilizar o autor Philippe Ariés (1981) a partir da sua discussão acerca das transformações que ocorreram na unidade familiar durante a passagem de um contexto medieval para uma sociedade moderna. Um elemento central que institui essa diferença é a modificação das relações internas com relação às crianças através da construção de uma ideia de afeto e cuidado. (MORAES, 2023, p. 40)

O reconhecimento do valor sentimental dos laços familiares é central para pensar dinâmicas contemporâneas de parentesco, principalmente no que diz respeito à adoção que é fundamental para compreender as relações familiares entre humanos e não humanos, na medida em que permite a construção de um parentesco para além da lógica biológica, pois “[...] ainda que o parentesco biológico se apresente no senso comum como a forma “oficial” de se constituir família e criar laços de parentesco; entre os seres humanos existem diversas alternativas aceitas socialmente” (Moraes, 2023, p. 42) e que serão abordadas adiante.

Com relação à legitimação de diferentes maneiras de formar família, é interessante pensar sobre o lugar das conformações jurídicas para gerar essa legitimidade. Assim como é abordado por Rinaldi et al. (2024), a família enquanto instituição social historicamente construída passa por constantes transformações impactadas pelas esferas social e jurídica. De maneira similar ao que ocorre em outros arranjos familiares (homoparentais, monoparentais ou até famílias que são formadas sem pais ou mães) a consolidação de novas formas de constituir família passa pelos debates acerca do reconhecimento de sua existência.

Por meio da análise histórica da família enquanto instituição social, pode-se perceber que houve uma mudança sobre a ação que legitima a existência de um grupo familiar. Antes

reconhecida a partir da possibilidade de casamento, a validação da família passou a ser pela pretensão de ter filhos:

É a partir da criança que se organizam os “laços familiares”, ou mais exatamente, as relações que se desenvolvem na esfera privada. A criança se torna, portanto, o centro dessa parentalidade. De maneira que o seu bem-estar e seus direitos se tornam o motivador maior dessa dinâmica de vigilância e cuidado (*surveiller e veiller sur*) sobre os pais. (Rinaldi *et al.*, p. 4, 2024)

O deslocamento da centralidade do casamento para os filhos permite pensar que a consolidação de uma unidade familiar se daria pela parentalidade do casal, na medida em que “não é mais o casamento que define família, mas a chegada do filho.” (Rinaldi *et al.*, 2024, p.3). Podemos pensar sobre a relação entre a definição da família a partir da figura infantil e a vigilância do Estado sobre a criação das crianças, também abordada por Rinaldi *et al.* (2024). A centralidade da criança na família trabalhada pelas autoras se liga à construção da infância como um momento importante da vida privada familiar na modernidade discutida por Philippe Ariès (1986). Em “A história social da criança e da família” o autor aponta para a construção da ideia de infância nas sociedades modernas a partir da análise das transformações nas representações das crianças nas pinturas e fotografias. Em um primeiro momento ele identifica que a noção de infância foi construída historicamente na medida em que o sentimento pelas crianças se transformava nas sociedades:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (Ariès, p. 50, 1986)

Ariès (1986) argumenta sobre a construção gradativa da importância da criança dentro da estrutura familiar, processo que durou séculos. Para refletir mais a frente sobre a invenção do animal de estimação enquanto membro da família, tomarei como ponto de partida essa discussão proposta por Philippe Ariès (1986). A consolidação da família na modernidade passou pela “descoberta da infância”, assim como enunciado pelo autor. O desenvolvimento pelo interesse da criança enquanto indivíduo foi atravessado por fatores sociais, religiosos e demográficos¹³ das sociedades do século XII. Em um primeiro momento, a infância não era uma etapa da vida reconhecida e por isso não possuía importância na construção dos indivíduos, o que tornou comum a caracterização das crianças enquanto “homens de tamanho

¹³ Podemos pensar que no caso da família entre espécies, aumenta o número de animais nos lares e diminui o número de crianças. De acordo com o Censo de 2022 em duas décadas, as famílias integradas por um **casal sem filhos** foram a composição que mais cresceu: de 13% para 24,1%. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/11/05/censo-2022-familias-casais-filhos.ghtml>

reduzido”. (Ariès, 1986, p. 51). Nesse sentido, a infância deixou de ser um período de transição para se tornar uma etapa formativa importante.

A importância tanto da infância quanto da criança na família é acompanhada de uma lógica protetiva por parte da esfera jurídica que desempenha papel fundamental na legitimação da família em dois momentos específicos: na “vigilância e cuidado” das crianças e na normatização do processo de adoção. No contexto de famílias adotivas exclusivamente humanas, Rinaldi et al. (2024) apresenta o papel desempenhado pelo direito nesta dinâmica:

A adoção, assim como as diversas configurações relacionais contemporâneas, tanto tensiona o ideal da consanguinidade quanto interroga a natureza mesma das relações entre pais e filhos (Martial 2006). Na filiação adotiva, como bem lembra Martial (2006), o direito apaga a relação advinda da concepção da criança para lhe substituir por uma relação social que se esforçará para parecer “tão verdadeira” quanto um laço biológico. (Rinaldi *et al.* p. 4, 2024)

A formação de laços de parentesco sem vínculo biológico também foi trabalhado por David Schneider (2016) ao pensar tais relações no contexto euro americano:

[...] É possível descrever um relacionamento de um filho adotivo com seus pais adotivos, ou um relacionamento de um enteado com seu padrasto. Esse relacionamento, em linhas gerais, é um relacionamento pai-filho no sentido de ser um padrão para como as relações interpessoais devem proceder. A base natural e material para o relacionamento está ausente, mas parentes desse tipo têm um relacionamento no sentido de seguirem um padrão de comportamento, um código de conduta. (SCHNEIDER, 2016, p. 38).

Além disso, o autor também observa a relação entre lei e parentesco nas relações construídas sem a hereditariedade biológica, quando parentes que não possuem consanguinidade desenvolvem relações que permitem o tratamento pelo parentesco gerado a partir de um padrão de comportamento (Moraes, 2023). Essa relação pode ser pensada tanto no sentido do casamento quanto na filiação, ambos amparados por processos jurídicos para regulamentar e legitimar tal vínculo. Dessa maneira, ainda que o parentesco biológico se apresente no senso comum como a forma “oficial” de se constituir família e criar laços de parentesco, existem diversas alternativas aceitas socialmente:

Resumindo, o universo cultural dos parentes no parentesco americano é construído a partir de elementos de duas grandes ordens culturais: a ordem da natureza e a ordem da lei. Os parentes por natureza compartilham hereditariedade. Os parentes por lei são ligados apenas pela lei ou por costumes, pelo código de conduta, pelo padrão de comportamento. Eles são parentes em virtude de seu relacionamento, não por seus atributos biogenéticos. (SCHNEIDER, 2016, p. 40)

Outro ponto interessante para pensar sobre a construção do parentesco é a nomeação dos filhos, pois assim como é discutido por André Vicente (2024b) “[...] a nomeação é parte do processo sempre inconcluso de se (re)produzir pessoa e parentesco” (p.3). Ao tratar de

dois “causos” sobre processo de decidir o nome de um novo membro da família, o autor cita possibilidades presentes nas negociações, como por exemplo o nome “Vitória” para as crianças que nascem de uma gravidez vitoriosa:

Apesar de “Vitória” despontar como um dos nomes fortemente escolhidos nestes contextos, ele não é restrito (pois “Vitória” pode ser o nome já inicialmente escolhido e sem se relacionar a tais contextos de saúde), nem mesmo são os únicos de um “estoque” sempre expansível de nomes dados às crianças gestadas e paridas sob complicações; há, por exemplo, os nomes “de promessa” com fundo religioso – oriundos de processos de saúde gestacional e obstétrica em que os relacionados à criança prometem nomeá-la com nomes do léxico religioso. (Vicente, 2024b, p. 5)

Além dessa possibilidade, são citados também a categoria “ter cara de”, ou a proibição da repetição de nomes entre as crianças da família e a utilização de nomes de parentes nos animais domésticos. Outro caminho escolhido pelo autor para pensar a nomeação como parte formativa do parentesco é a atribuição de nome RN (recém nascido) por parte de juízes em procedimentos de entrega voluntária.

As reflexões realizadas demonstram a importância do parentesco não biológico, das dinâmicas de nomeação, da construção da importância da infância e da família como ambiente de valorização dos laços afetivos e da normatização jurídica para compreender aspectos que definem a família humana. A partir disso prosseguimos para pensar como eles se encaixam no arranjo familiar multiespécie. A intenção é analisar esse modelo contemporâneo sem se esquecer das particularidades de cada família, propondo um distanciamento de uma visão homogênea desse tipo de parentesco.

2.2 Adoção, cuidado e expectativa de vida na família multiespécie

A chamada família multiespécie é um arranjo contemporâneo que envolve o vínculo de parentesco entre humanos e seus animais de estimação. Assim como define Maria Helena Costa Lima (2016):

Inicialmente, é possível definir uma família multiespécie como todo arranjo familiar em que os animais de estimação ocupem o status de integrantes, ou seja, que figurem como indivíduos e sejam tomados como membro da família, não apenas como companhia (tampouco como propriedade). (LIMA, 2016, p. 314).

Nesse sentido, vemos cães e gatos ocuparem uma posição de membros das famílias e até de “crianças não humanas” que têm suas “necessidades” e “vontades” levadas em consideração pelos parentes humanos. Sobre esse aspecto, é interessante pensarmos sobre a disputa entre determinados termos dentro dessa lógica de parentesco: é filho ou membro da família? Criança ou animal filhote? “Posse” ou “Guarda responsável”? “Pai” e “mãe” de pet

ou tutor/dono? Cada família decide os termos a serem usados, mas é importante não deixarmos de lado os conflitos que existem no emprego de cada um deles.

A produção dessa forma contemporânea de se relacionar com os animais revela que o interesse pelos animais de estimação em nossa sociedade, especialmente cães e gatos, se constitui enquanto um fenômeno historicamente localizado, podendo variar de cultura para cultura (Oliveira, 2006, p.48) e que está intimamente relacionado às dimensões sociais e políticas:

[...] Pensar que humanos e animais são simétricos do ponto de vista do valor da vida significa que agora o pensamento que correlaciona humanos e animais se faz no sentido oposto, pois não se trata mais de estabelecer uma fronteira rígida, mas justamente de fazê-la ruir. E, no caso do especismo, aproximando-os enquanto pertencentes a mesma comunidade moral. (Perrota, 2022, p.195)

Ao definirmos a família multiespécie como um modelo emergente que permite a construção de relações de parentesco entre humanos e não humanos, podemos classificá-la como um elemento híbrido (Latour, 1994) interligado por esferas distintas, tal como a social, biológica, política, etc. Isso é possível na medida em que a construção da família multiespécie segue a mesma lógica da consideração da maternidade de animais de estimação. Em trabalho anterior (Moraes, 2023) discuti sobre como o reconhecimento de laços de parentesco entre humanos e não humanos depende do questionamento do biológico enquanto uma ideia pertencente a um sistema cultural ocidental que separa natureza e cultura.

A problematização da separação entre natureza e cultura é importante para pensar o parentesco na família multiespécie, na medida em que a consideração moral da vida desses animais e o reconhecimento desses sujeitos como membros da família representam a superação da classificação dos animais não humanos como objetos. Assim como acontece com as “mães de pet”, a família multiespécie faz parte dos híbridos tão repudiados pela constituição moderna; elas são exemplos que demonstram como o processo de purificação não se concretiza quando olhamos para as interações sociais, que são socionaturais. O hibridismo presente nas relações das “mães de pet” e dos demais membros da família multiespécie com seus cães e gatos pode ser pensado também a partir de sua associação às noções morais, levando em consideração que humano e animal são categorias que servem enquanto dispositivos morais que especulam o valor da vida. Neste modelo familiar existem diversos contextos que devem ser levados em consideração. O animal pode tanto ocupar a posição de filho exclusivamente quanto dividir este posto enquanto “filho de quatro patas” da

família. Em ambos os casos, existe um tratamento esperado do tutor com relação a esse animal, visando a proteção de suas vidas.

Para compreender melhor o arranjo familiar multiespécie proponho analisar os elementos discutidos na seção anterior que reaparecem quando falamos sobre parentesco entre humanos, cães e gatos (estimativa de vida / perda eventual, vigilância e cuidado, adoção) apresentaremos dados que expressam essas similaridades entre famílias humanas e famílias multiespécie.

A possibilidade de formar parentesco fora da lógica biológica é um dado importante para a presente discussão na medida em que a família multiespécie configura um parentesco entre espécies diferentes, que adiciona uma nova camada ao debate. Ao olharmos para o fenômeno da chamada família multiespécie, identificamos aspectos biológicos, sociais, políticos e jurídicos que influenciam na criação de um vínculo afetivo entre humanos e seus animais de estimação.

Com base na análise de David Schneider (2016) sobre o parentesco euro-americano e assim como foi assinalado na sessão anterior é possível pensar sobre a construção de parentesco sem consanguinidade. Podemos pensar na adoção de animais como uma via que possibilita a produção do parentesco na família multiespécie, arranjo definido como “um sistema familiar emocional, que permite incorporar não só pessoas da família estendida ou sem grau de parentesco, mas membros de outras espécies, como cães, gatos ou outros.” (GAEDTKE, 2017, p. 72). Além disso, podemos pensar em como a adoção se apresenta enquanto uma tecnologia reprodutiva, na medida em que:

[...] as tecnologias reprodutivas impactaram as relações de parentesco na medida em que contribuíram para a possibilidade de vínculos familiares mesmo sem as relações sexuais entre os indivíduos. Ao considerarmos a possibilidade de adoção como uma das tecnologias reprodutivas existentes, essa é a que mais se assemelha ao processo constitutivo das relações familiares interespecíficas. Nesses casos, tanto com relação aos humanos quanto com os não humanos é formada pela “família por escolha”, que dá centralidade para o cuidado e a constatação de que “mãe é quem cuida”.(Moraes, 2023, p.41-42)

Ao mesmo tempo em que é uma possibilidade de produção do parentesco entre humanos e animais, a adoção é também uma prática que reflete as mudanças morais com relação aos cães e gatos, na medida em que compra e venda são problematizadas. Nesse novo universo moral, ainda que exista a possibilidade de comprar animais – a compra também pode ser vista como uma tecnologia de parentesco nas famílias multiespécie – essa prática tem sido problematizada como na Lei Estadual 17.972/2024 que dispõe sobre a proteção,

saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de São Paulo e pet shops que pararam de vender animais em seus estabelecimentos, por exemplo. Essas ações decorrem de uma luta política motivada pela nova consideração moral reivindicada para os animais, assim como discutido no primeiro capítulo. Nesse novo momento comprar é mal visto e se institui a adoção como prática moralmente correta para a formação do parentesco na família multiespécie.

Se tratando de um parentesco entre espécies diferentes, podemos pensar em como a relação entre humano e não humano se estabelece para além da consanguinidade, mas ao mesmo tempo é capaz de acionar argumentos biológicos para reafirmar o animal de estimação enquanto parente. Um bom exemplo para pensarmos sobre isso é a comprovação científica sobre a liberação de ocitocina (“hormônio do amor”) na relação entre humano e animal, reação hormonal similar à que ocorre entre mãe e filho. Esse fenômeno biológico é utilizado como argumento para justificar a relação maternal desenvolvida entre as “mães de pet” e seus animais (Moraes, 2023).

A tutora Rosa entrevistada na feira de adoção me descreveu sua relação com seu cachorro. Ela me informou que trata o animal como filho, independente das opiniões dos outros: “Eu não ligo para o que os outros dizem... Inclusive se falarem alguma coisa eu digo “por favor, nem venha na minha casa”, pois não impede que seu cachorro circule pela casa mesmo quando há visitas. Já a tutora Beatriz, também entrevistada na feira, tem uma “salsicha” (apelido dado aos cães da raça Dachshund) chamada “Sani”. Não sabia dizer a idade exata dela, pois ela era do marido e “se tornou da família quando casaram”. Durante a conversa, ela mostrou vídeos e contou histórias. Em um dos vídeos, mostrou “Sani” em seu colo, próximo à sua barriga. Segundo a tutora que está grávida, a cadela é capaz de sentir o filho que está a caminho e comentou que gosta de brincar falando que “Sani” é a irmã mais velha, pois consegue sentir a criança e futuramente vai ajudar a protegê-la.

A entrevista com a protetora Liliany também revelou sua consideração pelos animais de estimação que são parte da família. Para ela existe uma separação entre os animais que são dela e aqueles que serão adotados. A história construída com os próprios animais impede que ela os coloque para adoção e demonstra que o afeto voltado a eles vêm acompanhado de uma moral do “cuidado” que é traduzida em certos “sacrifícios”.

[...] Eu tenho um cão aqui que é o Duke. Se a água dele tiver quente ele late pedindo gelo. Se eu chegar do trabalho e não falar com ele, ele late até eu ir lá. Se chover, eu tenho que ficar na casa pra ele não dar as crises loucas dele. E esse cão me escolheu. Ele era do pai da minha amiga lá de Paracambi. Tinha toda a mordomia dentro de casa e o pai da minha amiga veio a

óbito. Nisso a minha amiga ficou tentando cuidar dele, mas ele é um cão ciumento porque aqui em casa ele não gosta de ninguém, ele só se dá comigo. E aí ele mordeu a minha amiga. E minha amiga pra desfazer dele levou ele pro centro de recuperação que hoje a gente tem um trabalho de “cãoterapia”. Lá ele mordeu 17 pessoas e aí o pastor queria eutanasia-lo. E aí eu cheguei e o cão me escolheu, ele me viu e ele veio pedir socorro pra mim. Me abraçou e todo mundo dizendo: “sai fora, ele morde! Mordeu 17”. E eu vi que ele gostou de mim, me pediu socorro só faltou falar “me leva pra sua casa”... e eu trouxe. Ele tem 5 anos comigo e já me mordeu duas vezes pq ele tem muito ciúme de mim. Ele tem ciúme de mim com os meus netos. Mas assim, eu tenho um afeto com ele tão grande... porque além de eu ter salvado a vida dele pra ele não morrer, eu vejo o carinho, amor e a gratidão que ele tem comigo. Ele me olha com aquele olhar assim, sabe? Apaixonado...

P: E aí você citou que tem alguns animais que você não consegue colocar pra adoção porque você sabe que outras pessoas não vão cuidar do jeito que você cuida. Mas o que é esse “cuidar” pra você que as pessoas não fariam igual?

R: Então, olha só... eu tenho uma que ela foi resgatada no Canto do Rio, ela veio com o buco maxilo quebrado, ela veio com a terceira vértebra da cervical também quebrada e o fêmur. Foi laudada na Universidade Rural que não andaria mais. Eu tenho todo o prontuário dela. E eu batalhei... Fiz campanha, eu vendi tupperware, gastei salário e eu consegui com o pessoal do Elos que operasse. Hoje ela anda toda torta, mas anda! Ela tem dificuldade pra poder se alimentar, então eu tenho aquele amor de tá ali fazendo, entendeu? E eu tenho certeza que por mais bonitinho que seja, por mais amável que seja, ninguém quer ter trabalho.

[...] Então assim, essa gata eu não boto ela pra adoção nunca, porque eu jamais colocaria algo que eu batalhei pra ela estar viva hoje... ela foi laudada que ia ser tetraplégica, que não ia andar e hoje ela anda, torta ou não ela anda. Eu não botaria ela nunca, pelo amor e eu sei que ninguém teria o cuidado que eu tenho.

Quer ver outra: uma “Shih Tzuzinha” que eu peguei e ela tem 15 anos de idade agora. Quando eu peguei ela tinha 8. Então ao todo ela já está com 15 pq ta na minha mão. Ela veio com aquele “olhinho cereja”, eu consegui uma operação gratuita, porém ela era literalmente deficiente visual. Então ficou estético? Ficou, ela ficou linda! Só que ela não enxerga, ela tem muita dificuldade. Então quando eu vou colocar comida tem que ficar guiando ela até a comidinha, esperar ela comer senão o outro coleguinha que ta com ela vem e come a comida dela e ela fica com fome. Talvez se eu pusesse ela pra adoção, não teriam o cuidado, o amor e o carinho que eu tenho. (Entrevista com protetora Liliany realizada em 18/12/2025)

A tutora Fabiana também expressa sua consideração por “Mia”, que é vista como filha e que para ela ocupa esse lugar também pela rotina de “cuidados” e afetos desenvolvida entre elas. Além disso, mesmo que tenha sido adquirido via compra, existe um discurso sentimentalista sobre sua chegada à família:

P: Como a sua cachorrinha chegou na sua vida? Como foi esse processo de decidir que você queria ter uma cachorrinha?

R: O cachorro pra mim sempre foi muito essencial em questão psicológica mesmo, sabe? Sempre foi uma parte que me fez muito bem psicologicamente e eu sempre quis pegar uma cachorrinha, mas aqui em casa era meio difícil porque eu to na casa dos meus pais. Só que há uns 3 anos atrás apareceu uma cachorrinha de adoção pra eu pegar, só que infelizmente ela já tinha sido adotada... Então aflorou mais ainda essa questão de pegar uma cachorrinha. E aí

eu perdi minha tia, minha vó e isso me deu mais vontade ainda de ter um bichinho de estimação. E aí acabou aflorando a ansiedade, a depressão e eu acabei indo atrás pra pegar ela (Mia). Foi sempre um afeto, não só a questão de ter uma cachorrinha, mas é mais porque me ajuda na questão emocional mesmo. Foi um processo até pegar ela, eu vinha pesquisando há muito tempo... Uma vez eu fui em um mercado e em baixo tem um lugar que eles vendem uns cachorrinhos lá e eu me apaixonei por uma, só que era muito caro... surreal o preço. E acho que foi um gatilho de “realmente eu quero, vou atrás” e aí eu comecei a pesquisar e deu certo.

P: E vocês veem ela como parte da família?

R: A gente vê ela como uma filha, com certeza como uma filha. Ela é tratada como a princesinha da casa. Sempre foi assim, com todos os animaizinhos. Porque eles me ajudam muito psicologicamente. Então eu sempre vi ambos como filhos (Além de Mia a família também tem um outro cachorro que é considerado dos pais). Nunca colocamos eles no quintal e deixou eles lá. A casa é deles, se eles quiserem sentar na frente do ventilador a gente sai do ventilador, não tem problema! Mas eles são os primordiais aqui em casa.

P: E além desse fator psicológico, o que mais faz você ver a Mia como parte da família?

R: Ah, acho que o amor que cria né, a rotina... vê ela vindo pra dar beijinho, brincar com você. Acho que é tudo. Você vai criando um amor de um jeito que não tem explicação né... vai criando aquela rotina, aquele contato... Então não só questão emocional, mas a rotina mesmo. Eles tão ali. Não é uma coisa, objeto que você pode colocar ali do lado e tá tudo certo. É o tempo todo a rotina... sair com eles, dar comida pra eles... acho que é isso. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

As entrevistas realizadas com tutores revelaram aspectos similares ao que é apresentado por Renata Toma (2021) com relação ao seu campo de pesquisa sobre as relações de parentesco entre humanos e seus animais em São Paulo. Ou seja, os dados que emergem das entrevistas nos auxiliam na interpretação das relações íntimas entre tutores, cães e gatos como uma forma de convivência familiar:

Para meus interlocutores, cães fazem parte de suas famílias. Isso ocorre não apenas na linguagem ou nos discursos, de forma que o parentesco aqui expressado não é apenas um modo de falar. A fim de desenvolver o argumento dos cães dentro do parentesco do grupo que abordo neste artigo, aponto aqui duas interpretações de parentesco como algo social. Carsten (2004) aponta situações em que o parentesco é feito na casa e através dela, a partir do compartilhamento de espaço, intimidade, comida, memórias, práticas corporais e de nutrição emocional dentre aqueles que convivem no ambiente. Sahlins (2011), por sua vez, aborda o parentesco pelo seu conceito de “mutualidade do ser”. Para ele, a essência do parentesco é a mesma em todos os seus modos de constituição: a participação na vida do outro. O autor afirma que o componente genealógico não é essencial e que o parentesco é sobre a participação intersubjetiva entre os parentes, que são pessoas presentes e participantes nas vidas umas das outras, com vidas interligadas e dependentes e que se pertencem e são membros entre si. O parentesco é, para Sahlins, culturalmente estabelecido mesmo em sociedades que prezam o sangue, de forma que a amizade, adoção, afeto e co-residência, por exemplo, são formas pelas quais o parentesco é construído. (Toma, 2021, p. 195)

A construção do parentesco na família multiespécie também passa pelo processo de nomeação. Vicente (2024b) trata sobre a variedade de possibilidades de nomeação que demonstra uma característica da produção de parentesco humano que também é ramificada para a família multiespécie, na medida em que observamos que a escolha do nome dos animais também é um ritual presente na família multiespécie. Esse foi um elemento presente na entrevista da tutora Fabiana que após comprar sua cachorrinha a nomeou de “Mia”, nome dado em homenagem a uma personagem da novela favorita de Fabiana.

No caso dos animais de estimação, o processo de nomear também é atravessado pela moralidade do que seria um nome *de* animal. Assim como expressei na introdução deste trabalho o momento em que minha mãe impediu que a cachorra se chamasse “Bianca” por ser “nome de gente” ou no caso da “Mia” que representa uma homenagem, André Vicente (2024) apresenta as negociações sobre os nomes dos animais:

Ora, se não é evidente o que seriam os “nomes de gente”, porque os processos de nomeação envolvem mais elementos que uma lista – inexistente no Brasil – de nomes possíveis, também não é evidente o que seriam os “nomes de bicho”. No entanto, apesar da imprecisão de tais categorias, ainda as mobilizamos para compreender um conjunto de termos utilizados como nomes. Interpelações do tipo: “isso não é nome de gente!” e seu correspondente “isso não é nome de bicho!” acabam ganhando uma vida social importante para que pensemos processos nada estáveis de nomeação. É nessa vida social que localizamos os “nomes” significando na interação, servindo mais ou menos a cada caso de nomeação, e a depender, inclusive, das normas burocráticas vigentes.

Como cada termo se torna, dentro de um contexto sociocultural e de práticas de interação e de burocratização, “nome de gente” e/ou “nome de bicho” é um terreno instável de investigação, justamente por causa da série de agenciamentos que fazemos de cada termo/nome, aumentando ou diminuindo seu leque de referência. O que significa, por exemplo, dar “nome de gente” a um animal? E quais “nomes de bicho” – ou de qualquer outra natureza – podem se tornar “nomes de gente”? Poderíamos pensar dinâmicas de tensão, brigas, homenagens e vinculações culturais em ambas as práticas de nomeação. (Vicente, 2024, p. 3)

Já na entrevista com a protetora Liliany, a nomeação aparece como uma demarcação entre os animais que são dela e aqueles que estão abrigados em sua residência como lar temporário. A divisão afetiva feita por Liliany e sua relação com os seus animais demonstra como o “cuidado” nem sempre cria a filiação ou parentesco:

[...] Os de lar temporário se eu conseguisse uma feira de adoção eu levava eles, porque por mais amor que eu tenha por eles, eu não tenho história. Foi um resgate e eu dei um lar. Agora os meus não... os meus tem história, os meus tem nome e sobrenome. Eu chamo eles de “bichológico”. É o meu filho “bichológico”. (Entrevista com protetora Liliany realizada em 18/12/2025)

Além da discussão sobre parentesco não biológico, observa-se outros elementos sobre a família que reaparecem no parentesco entre humanos, cães e gatos. Podemos citar as diversas movimentações legislativas e jurídicas voltadas tanto à temática dos animais de estimação enquanto parentes, quanto ao conceito de família multiespécie. Se no caso das famílias exclusivamente humanas a centralidade recai sobre as crianças, na família multiespécie o animal de estimação se torna elemento importante para a consolidação desse arranjo, se tornando o recebedor de “atenção” e “cuidado” que constituem a família. A reportagem da Folha de Pernambuco veiculada em 2023 aponta para o crescimento do número de pessoas que consideram os pets como membros da família comparado ao ano de 2019.¹⁴ Os números foram divulgados pela pesquisa realizada pela Comissão de Animais de Companhia (Comac) do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan). A consideração de cães e gatos como membros da família é influenciada também pela humanização moral dos animais de estimação, processo que culmina na interpretação dos animais enquanto sujeitos (Perrota, 2015).

Em comparação ao debate sobre a proteção da infância, podemos pensar sobre a noção de proteção e vigilância das vidas dos animais de estimação a partir do conceito de “posse” ou “guarda responsável”. Este é amplamente mobilizado por protetores de animais (Osório, 2011) e profissionais da medicina veterinária. De maneira resumida, a ideia de “posse responsável” versa sobre a forma correta de manejo dos animais de estimação, assim como aponta Andréa Osório (2011):

[...] A posse responsável é, portanto, um protocolo de manejo que orienta e guia as necessidades básicas do animal e o seu controle pelos humanos. Estas necessidades são, de maneira sintética, a alimentação, o abrigo, o acesso a cuidados de saúde e o afeto. O controle é exercido basicamente de três formas: pela castração (controle reprodutivo), pelo confinamento (controle no acesso à rua e dependência de humanos) e pelo adestramento (controle do comportamento). (Osório, 2011, p. 59)

Pode-se dizer que existe uma ligação entre a noção de “posse responsável” e a luta contra o abandono de animais (Osório, 2011). Assim como discutido pela autora, o discurso presente no grupo de protetores pesquisado enfatiza a importância do combate ao abandono de animais, pois: “A população de animais de rua é vista, assim, como proveniente do abandono (Santana; Oliveira, s/d). São os animais abandonados que, reproduzindo-se nas ruas, criam um contingente de animais errantes e sem donos.” (Osório, 2011, p. 60). Podemos pensar em como essa relação entre “posse responsável” e abandono está ligada às relações

¹⁴ Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/columnistas/folha-pet/de-animais-de-estimacao-a-familia-pesquisa-identifica-novo-perfil-de-relacao-entre-tutores-e-pets/41444/>

domésticas estabelecidas entre humanos, cães e gatos e exerce influência na forma de “cuidar” dos animais.

Me recordo de uma amiga que ao adotar um gato para sua prima precisou assinar um documento que pretendia firmar a promessa de conduzir os “cuidados” com o animal a partir dos princípios da “posse responsável”, se comprometendo inclusive com atualizações recorrentes do animal por meio de fotos ou vídeos. Nota-se então que houve uma tentativa de vigiar o comprometimento do adotante com a vida do animal, um esforço realizado de maneira individual. Mas em nível coletivo e institucionalizado, relembramos sobre as leis discutidas no primeiro capítulo desta dissertação, que pretendem coibir e punir os crimes contra os animais de companhia.

De maneira geral, vemos como dispositivos legais impactam na conformação desse arranjo familiar, pois para além das normativas relacionadas ao combate à prática de abandono e maus tratos, vemos diversas outras que atravessam agora a família multiespécie. Nesse sentido, assim como previamente citado sobre as famílias humanas, o direito aparece novamente para cumprir o mesmo papel com relação à família multiespécie. Me refiro ao projeto de Lei 179/2023 de autoria dos Delegados Matheus Laiola - UNIÃO/PR e Bruno Lima - PP/SP que “Reconhece a família multiespécie como entidade familiar e dá outras providências.”. Este projeto de lei determina aspectos fundamentais que regulamentam juridicamente o que é a família multiespécie e apresentam também os direitos que os animais de estimação possuem:

[...] Art. 2º Os animais de estimação, no âmbito das famílias multiespécies, têm os seguintes direitos fundamentais:

I – à vida, como direito inviolável, e à proteção contra a eutanásia ilegal e arbitrária;

II – à alimentação e à dessedentações adequadas;

III – a um abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de protegê-lo da chuva, do vento, do frio, do sol e do calor, com acesso a espaço suficiente para que possa exercer seu comportamento natural;

IV – à saúde, inclusive pelo acompanhamento médico-veterinário periódico e preventivo e pelo tratamento curativo imediato em caso de doença, de ferimento, de maus-tratos ou de danos psicológicos; [...]

A partir dos trechos do projeto de lei supracitado, percebe-se o foco nos direitos e “bem-estar” do animal que se encontra neste conceito de família. Nesse sentido, o animal de estimação ao ser considerado membro da família recebe a atenção do Estado e se torna o elemento central que legitima este arranjo familiar multiespécie.

Entretanto, cabe a reflexão sobre a diversidade de configurações no que diz respeito à forma de se relacionar com o animal de estimação, na medida em que nem todo tutor se relaciona e vê o animal enquanto membro da família. Dessa maneira, assim como aponta Osório (2013) as dinâmicas desenvolvidas entre humanos e seus animais de estimação não podem ser generalizadas. No caso da ideia de “posse responsável” ela discute:

Não obstante, se a adoção do protocolo da posse responsável fosse realmente tão compatível com nossas percepções sobre casa, rua e animais de estimação, ela não deveria ser tão rara como atestam os protetores pesquisados. Nesse sentido, creio que a sociedade brasileira apresenta concepções distintas sobre os animais de estimação. A ideia de que o animal de estimação é um bebê membro da família não pode ser universalizada. (Osório, 2013, p. 164)

Podemos então pensar em como a normatização de diversas práticas propostas pelo projeto de lei se trata de um fenômeno recente: a consideração do valor da vida animal aproximada ao valor da vida humana. Diante dessa novidade moral, o projeto não dá conta da multiplicidade de contextos em que os humanos estabelecem família com seus cães e gatos. Pois muitas configurações familiares podem escapar a algumas dessas normativas, como por exemplo aquelas que são atravessadas por questões financeiras. Cada parente humano tem uma forma de interpretar o que é “bem-estar”, “cuidado” e as “necessidades” do seu animal. De maneira similar, Rinaldi et al. (2024) ao discorrer sobre famílias humanas aponta para o fato de que as normas de “boa parentalidade” variam de acordo com fatores de classe, raça, gênero e religiosidades.

A discussão sobre as ideias de “posse” ou “guarda” é abordada por Osório (2011) que apresenta a “posse responsável” como um conceito polifônico. Nesse sentido, compreendo que ambos os termos podem ser usados como equivalentes, na medida em que propõem as normas de manejo e obrigações para com os animais, assim como é discutido por Osório (2011): “Uma pretensa alternativa à posse responsável é a ideia de guarda responsável, definida segundo os mesmos critérios da posse responsável (Santana; Oliveira, s/d). O conteúdo é o mesmo, mas, para alguns, “posse” não é a palavra apropriada.” (p. 62). Nesse debate é difícil estabelecer quantitativamente qual dos termos é mais aceito e utilizado. Essas diferentes terminologias demonstram o caráter novo desse fenômeno que ainda está aberto a diferentes possibilidades.

O mesmo ocorre com os outros termos citados acima (filho, parente, tutor, pai, mãe). A escolha de qual será utilizado no cotidiano da família está em disputa, na medida em que não há um consenso sobre a terminologia “correta”. Ainda assim, devemos evidenciar que há controvérsias com relação ao uso de alguns por parte das pessoas que não concordam, como é

o caso de “filho”, “bebê”, “mãe” ou “pai” de pet. Essa discussão já foi feita em trabalho anterior (Moraes, 2023) com base nos debates públicos em redes sociais, reportagens e blogs acerca do uso da categoria “mãe de pet”. Os argumentos contra a utilização deste termo enfatizavam a diferença de espécies e criavam uma distinção entre a criação de animais de estimação e de filhos humanos. Esses comentários partem do princípio de que a criação de uma criança é a forma pela qual a mãe molda esse indivíduo para o futuro, ao mesmo tempo em que reflete na qualidade dessa mulher enquanto mãe. Ou seja, o comportamento do filho é um dos parâmetros de julgamento moral da maternidade, fato que produz pressão às mulheres que estão nessa condição. Por essa perspectiva, a comparação da criação dos animais de estimação como um exercício da maternidade aparece como “falta de empatia” e até “crueldade”. Por outro lado, a posituação da figura “mãe de pet” passa pela reivindicação da legitimação desses laços de parentesco, por meio da exaltação do afeto constituído entre essas mulheres e seus animais de estimação. A controvérsia moral também pode ser vista no emprego da palavra “filho” aos animais de estimação, assim como é discutido por Aguiar e Alves (2021):

[...] Além disso, com muita frequência percebe-se que o animal de estimação é visto ocupando o lugar de um filho, e às vezes os humanos modificam sua vida em função dos companheiros de estimação, assim como seria se eles tivessem filhos.

Outro estudo internacional, realizado por Volsche (2018), procurou compreender como se dava a paternidade em relação aos animais de estimação. O autor constatou que os participantes da pesquisa se intitulam “pais de animais de estimação”, porém conseguem reconhecer a diferença entre criar um filho humano e um animal de estimação. Foi identificado que muitos dos entrevistados chamam seus animais de estimação por “bebês”, “as crianças” e “as meninas”. Porém, quando eles estão em um lugar público, não usam esses nomes, devido ao estigma que a sociedade tem sobre considerar os animais de estimação como “bebês de pelos”. Contrariando a pesquisa citada anteriormente, esse estudo relata que muitos pais de animais reconhecem que seus animais de estimação não são crianças ou filhos substitutos. Sendo assim, as palavras parentalidade e pais de animais de estimação, são usadas para mostrar o profundo afeto que essas pessoas têm por seus animais e a importância dessa relação (Volsche, 2018). (Aguiar e Alves, 2021, p. 21)

É interessante pensar também sobre como a linguagem de parentesco empregada na família multiespécie não segue necessariamente a mesma lógica como da família humana – avós, pais, tios, filhos. Como já foi discutido (Moraes, 2023) a intitulação das “mães de pet” envolve a construção histórica, política e social da mulher no “lugar de mãe”, ou seja, na ocupação do cuidado dos membros da família. Esse título diz respeito aos sacrifícios que as mulheres fazem pelos seus filhos, moralmente louvável, elevando a importância dessas mulheres nas relações sociais. Sabemos também que o lugar de mãe não diz respeito apenas ao tratamento com os filhos, mas também às dinâmicas que ocorrem no espaço privado da

sua família, com relação à organização e manutenção do lar. Mesmo em momentos contemporâneos em que existe uma discussão maior acerca de uma participação mais ativa do pai nas relações familiares, o trabalho doméstico é majoritariamente feminino, atribuído à mãe.

Entretanto, a análise da família multiespécie sugere que por mais que as figuras responsáveis se identifiquem como “pai” ou “mãe” dos animais, isso não determina que os filhos do casal sejam os “irmãos” ou que os outros parentes reproduzam as funções de parentesco (avós, tios, primos, etc). O emprego desses termos é feito pelo próprio membro da família e pode tanto seguir a lógica de parentesco em que os responsáveis são os pais, os filhos humanos são irmãos e assim sucessivamente, quanto se desprender dela, assim como é apresentado por Toma (2021):

Noto que, em seu âmbito, os cães podem assumir, nos discursos e concepções, papéis tradicionalmente humanos ou não. Por vezes seu lugar se assemelha ao de filhos ou irmãos mais novos, pela relação de cuidado e proteção para com eles – uma vez que, restritos dentro de casas, eles precisam de um ser humano que supra suas necessidades, caracterizando uma relação de dependência. Eles podem também ser entendidos como um ser da família, que ocupa um lugar que é só seu, com interações, contribuições e necessidades específicas. (Toma, 2021, p. 195)

Portanto, observa-se os aspectos morais sobre o emprego de determinados termos, o que reflete as mudanças no modo de relação entre humano e animal de estimação. Assim como assinalado acima e constatado nas entrevistas realizadas na monografia (Moraes, 2023), a escolha das palavras para se referir aos membros de outra espécie se modificou e o uso dessas palavras não é homogêneo, mas reflete as tensões das transformações atuais. Essa dinâmica se diferencia para os termos utilizados em documentos e comunicações oficiais, pois de acordo com a resolução CFMV nº 1653/2025 a expressão “tutor” deve ser substituída por “responsável pelo animal”. Com isso observamos a busca por uma normatização da terminologia no contexto de atendimentos veterinários.

Prosseguindo nos elementos que reaparecem no contexto da família multiespécie, a discussão de Ariès (1986) sobre as mudanças com relação à expectativa de vida das crianças durante a Idade Média é importante para pensar sobre os animais de estimação também, pois o autor discorre: “As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. Isso explica algumas palavras que chocam nossa sensibilidade Moderna [...]” (p.57). No caso dos animais de estimação, o aumento da expectativa de vida pode ser visto também como fator que contribuiu para a mudança de sensibilidade. Assim como abordado por Alexandre Werneck e Ana Paula Perrota (2024), tais atitudes adotadas com relação aos

animais podem ser compreendidos em meio a esse processo permeado pela moralidade, levando em consideração que “A questão do valor da existência da vida animal – que também pode ser compreendida como um modo de cuidado humanitário (evitar o sofrimento, prolongar a vida) – dialoga com os estudos sobre direito animal e com a sociologia e antropologia da moral e das emoções.” (Werneck; Perrota, 2024, p. 6).

Nesse sentido, o desenvolvimento e aprimoramento da medicina veterinária voltada aos animais de estimação tem como pretensão o prolongamento da vida. Com relação a esse aumento de expectativa de vida de cães e gatos, uma reportagem do Fantástico intitulada “Como se preparar para a longevidade dos pets”¹⁵ apresenta dados importantes sobre o avanço da medicina veterinária. A médica veterinária entrevistada durante a matéria cita:

[...] A chave do envelhecimento saudável é a prevenção: uma boa alimentação, um ambiente que respeite as necessidades dos animais. Os gatos então precisam ter um toquinho, um esconderijo que ele possa se refugiar quando ele quiser. Um outro ponto muito importante é a limpeza dos dentes: um animal que tem uma boca saudável ele tem mais anos de vida com mais qualidade de vida. (Transcrição da entrevista exibida no programa “Fantástico” no dia 05/10/2025)

Dentre as especialidades da medicina veterinária são citadas dermatologia, odontologia, oncologia, cuidados paliativos e geriatria. A reportagem também traz uma comparação à 1990 em que os exames eram apenas raio x e ultrassom; atualmente existe ressonância, tomografia computadorizada, ecocardiograma, exames de sangue, análises clínicas, entre outros.

O desenvolvimento da medicina veterinária demonstra o crescimento da intenção pela manutenção da vida dos animais de companhia, ao mesmo tempo que essa possibilidade cria novas demandas e responsabilidades aos tutores que se veem diante do dilema de ter ou não mais gastos para custear tratamentos que antes não existiam. Os tratamentos veterinários como consultas, exames, vacinas e atendimentos especializados, por exemplo, aparecem então como mais uma forma de “cuidado” com os cães e gatos. Estes, por sua vez, se somam às práticas de “cuidados” cotidianos, “bem-estar” e “guarda responsável” que também passaram por transformações e se tornaram partes fundamentais das novas obrigações e responsabilidades demandadas aos tutores.

Com relação aos “cuidados” cotidianos – alimentação e higiene, por exemplo – podemos pensar em como era comum a prática de dar aos cães restos de comida como alimentação principal e que foi substituída pela ração seca industrializada. As práticas de

¹⁵ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=87trhFLvnOo&pp=ygUsY29tbzBzZSBwcmVwYXJhcnBwYXJhIGRlZG9uZ2V2aWRhZGUgZG9zIHBlbHM%3D>

“bem-estar” são definidas por profissionais e protetores como um meio de promover “qualidade de vida” aos animais. A partir dessa perspectiva surgiram novas possibilidades de conduzir as interações com cães e gatos, como atenção ao “enriquecimento ambiental” e o reconhecimento de que também podem sofrer ansiedade e depressão (Segata, 2012b). Já a “guarda responsável”, propõe novas atitudes com relação ao animal de estimação. Dentre as transformações promovidas por essa prática, podemos citar a problematização do acesso do animal à rua, que era atitude comum com cães e gatos. Entretanto, não podemos normatizar essas categorias, pois ainda que essas mudanças façam parte da construção de um novo tipo de “cuidado” elas não extinguiram as demais práticas existentes.

Nesse sentido, participando da mesma comunidade moral, se tornando sujeito de uma vida protegida e membro da família, o animal de estimação passa a ter à disposição uma diversidade de produtos e serviços desenvolvidos para atender seus interesses e os dos demais membros da família, que não são objetivos e são modulados pelo mercado.

2.3: O “fazer a diferença”: Dinâmicas sobre uma feira de adoção e o trabalho de proteção animal.

Atualmente observamos mudanças na maneira de gerir a vida de cães e gatos na esfera pública, na medida em que ações que um dia fizeram parte de políticas públicas, como por exemplo a “política da carrocinha” se tornaram inaceitáveis. Já na esfera privada, vender e comprar animais passa a ser visto no mínimo como uma ação controversa que demanda justificativas e, em contrapartida, ganham força nacional as feiras e campanhas de adoção. Dados de 2022 da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicaram a existência de cerca de 30 milhões de cães (20 milhões) e gatos (10 milhões) abandonados¹⁶ no Brasil. Diante dessa realidade, um levantamento realizado pela GoldeN (marca da Premier pet) com pessoas de todos os estados brasileiros aponta a adoção como a principal maneira de retirada desses animais das ruas e dos abrigos. A notícia veiculada pela CNN Brasil ¹⁷ discorre sobre esta pesquisa:

A adoção de animais de estimação se apresenta como uma realidade nos lares brasileiros. Segundo a pesquisa GoldeN/Opinion Box, 80% dos tutores de pets no país adotaram seus animais. As formas mais comuns relatadas são por doações de pessoas próximas (37%), resgate direto da rua (29%) e adoção através de ONGs e abrigos (21%).

[...] Dentre os desafios, o principal apontado pelos entrevistados é realmente a

¹⁶ Disponível em:

<https://caesegatos.com.br/apesar-de-ser-crime-brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados/>

¹⁷ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/80-dos-pets-nos-lares-brasileiros-foram-adotados-indica-pesquisa/>

adaptação dos animais de estimação ao novo lar, citada em 26% das respostas. Outros 22% também trouxeram os gastos inesperados como fatores negativos. Apesar disso, 41% disseram não ter dificuldades após a adoção. (CNN Brasil)

Assim como noticiado pela reportagem, a pesquisa apontou que atualmente a adoção se apresenta como o principal meio de aquisição de um animal de estimação e isso não é por acaso. A consideração moral das vidas animais foi processo que impactou também na compra e venda dos animais, na medida que essa mudança de sensibilidade permitiu o olhar crítico de tutores, protetores e ONGs, tanto por conta das condições que as matrizes¹⁸ são criadas em canis quanto pelo fato reivindicado de que animais não são propriedade. Nesse sentido, ainda que seja possível comprar animais de estimação em sites, lojas e criadores, virou algo moralmente condenável. Além da crítica à situação das matrizes, a condenação moral passa também pelo argumento do número de cães e gatos abandonados no Brasil. Isso também apareceu na entrevista realizada com a protetora Liliany:

P: O que você acha dessa questão de venda de animais? De quem prefere comprar ou quer uma raça específica?

R: Eu particularmente não compraria, primeiro porque não gastaria meu dinheiro comprando animal sendo que tem vários precisando de um apoio, de uma família, de um amor verdadeiro. Ou seja, se for pra comprar adote quem tá na rua. Eu não compraria. Porém, tem canil legalizado né?! Tem canil legalizado literalmente com aqueles Lulu - da - pomerânia, Shih Tzu, York... tem um monte de canis legalizados. Então assim, eu Liliany não compraria, mas se fosse pra dizer pra alguém que “ai eu quero comprar, não quero adotar”: procure um canil legalizado, não vai onde você vê que é clandestino, que tá fazendo os animais de matrizes, explorando, dificultando a vida do bichinho, né?! Então assim, essa é a minha opinião, quer comprar que compre em um lugar que seja legalizado. Porque se é legalizado, tem alvará de funcionamento então é o trabalho da pessoa... quem sou eu pra ficar julgando o trabalho da pessoa. Agora, não perderia meu dinheiro comprando animais não... (Entrevista com a protetora Liliany realizada em 18/12/2025)

Comparado com as famílias humanas, podemos pensar em como o parentesco da família multiespécie vai se ajustando aos moldes do arranjo familiar humano, conforme reivindica-se a proibição de compra e venda de animais como forma legítima de aquisição. Em meio ao debate moral que envolve as práticas de adoção e compra de animais de estimação, observa-se a “plasticidade” do parentesco euro-americano, ou seja, a capacidade de se transformar e ajustar a novos contextos. Esse debate é apresentado por Cláudia Fonseca (2013):

[...] Como pesquisadores já demonstraram (Fons, Piella e Valdés, 2010), o parentesco euro-americano se caracteriza – não menos que o parentesco em outros contextos – por sua habilidade em se desdobrar, se re-localizar e se ajustar a novas

¹⁸ Nome dado às cadelas de canis ou criadouros que são utilizadas para reprodução de filhotes.

situações (Thompson, 2005). Em uma palavra, ele se caracteriza por sua “plasticidade”.¹ Entretanto, pesquisadores fazem bem de nos lembrar que, na prática, encontramos uma aplicação “partidária” desta plasticidade. Existem algumas situações em que afastar-se de modelos hegemônicos de família é aceitável – talvez até mesmo celebrado. Em outras, parece que encontramos políticas de tolerância zero. (Fonseca, 2013, p. 271)

Assim como é abordado por Fonseca (2013) existe um incômodo em misturar assuntos de adoção de crianças com compensação monetária, mas à luz do pensamento de Viviana Zelizer a autora destaca como esse medo levou a criação de mecanismos de proteção e regularização das práticas de adoção:

[...] Assim, testemunhamos o desconforto (ora manifesto por desgosto, ora por ultraje) que pessoas envolvidas com a adoção sentem ao ver crianças – encarnação do afeto familiar – misturadas com assuntos financeiros. Observando, contudo, que estes domínios supostamente separados efetivamente se misturam no decorrer da maioria das atividades cotidianas, Zelizer nos leva a pensar como este “consenso moral” é variavelmente acionado.² Seguindo este tema, eu interrogo o medo enorme de “comercializar” crianças adotadas (evidente na legislação internacional bem como no tratamento midiático de escândalos em outras partes do globo), examinando como ele serve para justificar uma forma particular de adoção nacional, imprimindo contornos politicamente corretos ao princípio da “ruptura limpa” (clean break) – que postula uma cisão completa das relações entre a criança adotada e sua vida pré-adotiva. (Fonseca, 2013, p. 272)

Podemos dizer o mesmo com relação aos animais, já que além de se tornar um problema moral a compra do “novo membro da família” observamos em nossa sociedade números exorbitantes de abandono de cães e gatos. A influência da mudança de sensibilidade torna mais palpável a comparação entre o contexto de adoção de animais de estimação e de crianças. Fonseca (2013) discute como essa transformação levou também ao desenvolvimento de profissionais especializados no “bem-estar” e “proteção” das crianças:

[...] Com a nova sensibilidade familiar, veio uma mudança no perfil das famílias adotantes (profissionais abastados ao invés de operários ou fazendeiros) e das crianças desejadas (“meninas de olhos azuis e cabelos dourados” ao invés de meninos robustos). [...] Uma classe emergente de profissionais encarregados do bem-estar do “menor” (assistentes sociais, psicólogos etc.) tomou para si a tarefa de proteger essas crianças (agora) “sagradas” contra a poluição de um mercado comercial, mas eles também enfrentaram certo dilema. (Fonseca, 2013, p. 273)

Mesmo em casos de compra dos animais de estimação, é possível observar uma reflexão moral sobre a tomada de decisão, como por exemplo escolher um canil regularizado. Isso ficou evidente na entrevista com a tutora Fabiana ao justificar sua opção pela compra de sua cachorrinha “Mia”, que foi assim adquirida pela falta de animais para adoção da raça procurada por ela.

P: E o que fez você comprar ao invés de adotar?

R: Essa cachorrinha que eu falei de 3 anos atrás também era uma Shih Tzu e ela chegou como uma forma de adoção, mas infelizmente quando ela chegou pra mim já tinha sido adotada. E a gente chegou a conversar com esse casal pra quando eles tivessem cria – porque eles tem um monte de cachorro lá. Não pra fazer cria, às vezes eles se cruzam e dá cria e eles acabam doando os cachorrinhos. Eles tem muito dinheiro, não fazem pra venda – pra eles entrarem em contato comigo que eu ia pegar. Só que desde aquela época nunca mais entraram em contato... então eu tentei procurar outros cachorrinhos de adoção, só que eu precisava de uma cachorrinha que não crescesse porque a gente (ela e o noivo) vai morar em apartamento. Então a gente sabe, um apartamento pequeno não dá pra ter cachorro grande pra ficar latindo lá dentro... tem todas essas questões. Então eu precisava de uma raça mais específica por conta disso: evitar transtornos futuramente no apartamento. E aí uma das raças que é bem quietinha, que não de latir é Shih Tzu. Então eu já tinha essa raça em mente por conta disso. Por isso acabamos tendo que comprar ao invés de adotar porque a gente não conseguia achar Shih Tzu pra adoção.

P: E onde que vocês encontraram um lugar que vendia essa raça de cachorro? Como que decidiram onde iam comprar?

R: Eu comecei sempre pela internet né. então eu cheguei a pesquisar bastante lugares, cheguei a entrar em contato com uma pessoa que era York (raça conhecida como Yorkshire) e eu cheguei até a pegar o cachorrinho no colo mas eu desisti. Porque infelizmente esse lugar fazia a criação mais pelo dinheiro, sabe? Porque eu vi a situação dos cachorrinhos lá e eu não gostei nada e desisti. Não tive coragem. E aí eu comecei a pesquisar, encontrei uma moça. Ela fez videochamada comigo, ela mostrou o contrato comigo (de certificação da raça), ela mostrou tudo: a mãe, o pai. E foi aí que eu senti mais segurança pra comprar. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

Na medida em que a adoção se transformou em uma prática frequente para a aquisição de cães e gatos, se tornaram comuns campanhas que visam dar visibilidade ao trabalho de doação de animais. Além da emblemática campanha em que foi projetado no Cristo Redentor a imagem de um “vira lata caramelo” sendo abraçado (imagem 6), foi observado no ano de 2025 outras campanhas que tiveram como objetivo incentivar a prática de adotar um animal abandonado e/ou resgatado.



Imagem 6: Campanha em prol da adoção animal
Fonte: CNN Brasil

Um exemplo foi a campanha feita na partida de futebol entre Fluminense e São Paulo pelo campeonato brasileiro no dia 27 de novembro de 2025, em que os jogadores entraram em campo acompanhados de cachorros disponíveis para adoção¹⁹. Outro é o “Deu Petch!” quadro da Xuxa no programa Fantástico. Além de ações que recebem mais visibilidade como as citadas acima, é comum no Brasil a realização de feiras de adoção de animais por parte de ONGs e de protetores dos animais. Assim como noticiado pela revista Veja em sua seção de “Saúde”, a adoção de animais cresceu no período da pandemia de Covid-19: “[...] ONGs e protetores dos animais afirmam que a procura por adoção de cães e gatos teve um aumento de até 50% nos primeiros meses de pandemia. Mas, segundo a Ampara Animal, o abandono cresceu 61% entre junho de 2020 e março de 2021.”²⁰

O combate ao abandono envolve a produção de eventos como as feiras de adoção, que se constituem enquanto um espaço no qual muitas relações familiares de humanos e animais de estimação se iniciam. A centralidade teórica do tema da adoção e sua relevância empírica me levou a etnografar uma feira realizada no mês de novembro de 2025 em um shopping em Campo Grande (RJ), apontado como bairro mais populoso do Brasil de acordo com o censo de 2022. A escolha de fazer o evento no shopping é estratégica, assim como é apontado por Osório e Cunha (2018) em uma pesquisa sobre feiras de adoção:

[...] Os espaços de adoção, analisados aqui a partir dos eventos, estão localizados em áreas próximas a centros comerciais ou gastronômicos, onde se percebe uma clara preponderância de camadas médias e incentivo ao consumo. Num extremo, percebe-se um imaginário de retorno do animal à natureza e, no outro, o animal é circulado em meio a outras mercadorias efetivamente vendidas (pelos projetos ou no entorno do evento de proteção animal), embora seja um sujeito. (Osório e Cunha, 2018, n.p.)

A feira etnografada foi organizada pela ONG “Casa Diolanda” que atua na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e tem um perfil com mais de 21 mil seguidores na rede social Instagram. As conversas que tive com voluntários da ONG e tutores que ocuparam aquele espaço ressaltaram noções sobre adoção, responsabilidade com relação ao animal de estimação e os potenciais gastos que existem ao adotar um animal. A decisão por adotar ou não, qual raça escolher, o que deve ser feito de adaptação na casa ou quais as consequências ao adquirir um novo animal demonstram a complexidade das relações estabelecidas entre humanos e seus cães e gatos nas famílias multiespécie.

¹⁹ Similar à campanha “Adote um pequeno torcedor”, lançada pelo clube Sport em parceria com a 2ª Vara de Infância e Juventude do Recife em 2015.

²⁰ Disponível em:

<https://saude.abril.com.br/vida-animal/adocao-de-animais-aumenta-na-pandemia-mas-abandono-tambem/>

A feira ocorreu em um shopping localizado no bairro de Campo Grande, das 14h às 18h. Foi montada em um espaço de loja pequeno que estava disponível no shopping que possuía um banner de divulgação montado na entrada da feira, que também estava sendo divulgada nos totens de publicidade espalhados pelo shopping. Estavam disponíveis para adoção cães e gatos, de maneira que os cães filhotes foram acomodados em dois cercados de madeira, vestidos com roupas e adereços. Já os gatos ficaram reunidos em uma gaiola posicionada em cima de uma mesa²¹. No fundo do espaço disponibilizado para a realização da feira ficava uma mesa de plástico em que os voluntários conduziam a entrevista pré adoção e a assinatura do “contrato” de adoção.

A primeira percepção que tive a partir da observação da feira de adoção foi que por ser realizada em um shopping, o fluxo de pessoas que passavam era contínuo. A maioria das pessoas passam e param para ver e interagir com os animais, mas não pensam em adotar de fato. Por esse motivo, selecionei para conversar as pessoas que estavam ali há algum tempo ou pareciam ter interesse real em adotar algum animal. O espaço atraiu bastante crianças que brincavam brevemente com os animais.

Pelo fluxo de pessoas e dinâmica de entrevistas pré-adoção, tive receio de abordar os organizadores e voluntários e atrapalhar seu trabalho. Mesmo causando interferência, Natália e Mário – dois voluntários da ONG – foram muito solícitos em responder às minhas dúvidas. Natália está na ONG desde sua legalização em 2016, mas já atuava com resgate de animais desde 2014. Mário começou a ser voluntário na ONG há aproximadamente um ano e meio, após adotar um animal da própria ONG..

²¹ Não tive acesso ao número exato de cães e gatos que foram levados ao evento



Imagem 7: Banner de divulgação da feira de adoção
Fonte: Arquivo pessoal



Imagem 8: Acompanhando a feira de adoção
Fonte: Arquivo pessoal

Com relação à realização da feira, Natália me informou que sempre dão preferência para levarem animais filhotes que, segundo ela, são adotados com mais facilidade e por isso optam por levar no máximo 1 ou 2 adultos. A limitação do número de animais adultos ocorre pela logística de transporte dos animais e da estrutura da feira. Essa decisão leva em consideração também as características dos animais, já que os que são levados precisam ser mais sociáveis, para reagirem melhor às interações com as pessoas. A estrutura levada são cercados e gaiolas que acomodam os animais, potes para água e ração e os banners de informações (imagens 9 e 10).

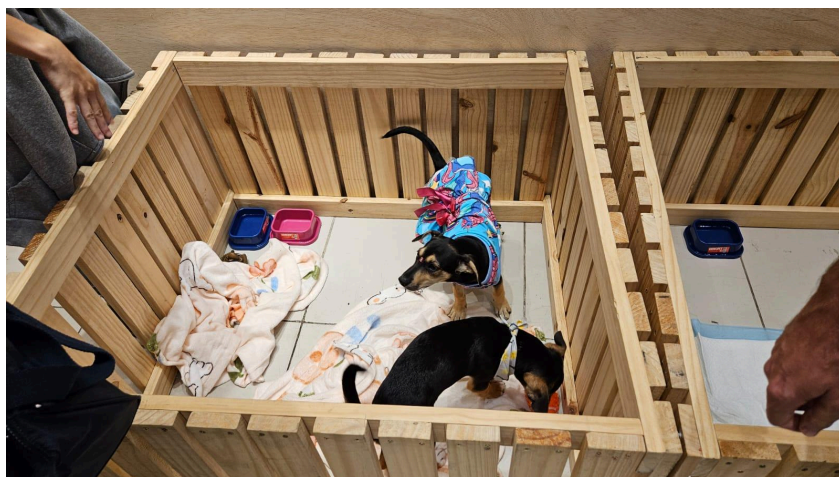


Imagem 9: cercados dos cães disponíveis para adoção
Fonte: Arquivo pessoal

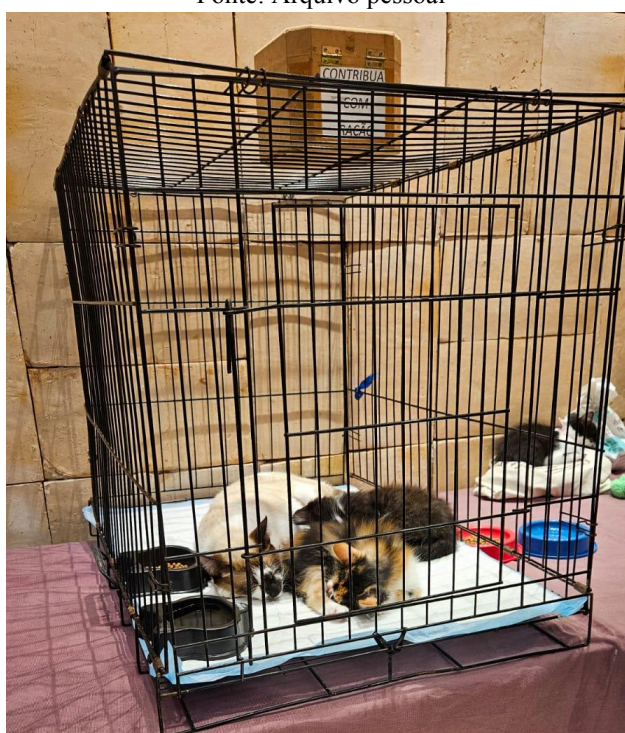


Imagem 10: Gaiola dos gatos disponíveis para adoção
Fonte: arquivo pessoal

Existem também estratégias por parte das ONGs e dos protetores para a manutenção financeira de seus abrigos e pagar as despesas dos animais resgatados. Assim como discutem Osório e Cunha (2018), a venda de itens durante a feira é prática recorrente para a arrecadação de dinheiro pelas ONGs. Esse tipo de ação não ocorreu na feira etnografada, mas a ONG dispunha de um cartaz (Imagem 12) para que os interessados pudessem doar dinheiro, contribuir com a compra de ração ou “apadrinhar” algum dos animais da ONG, prática que implica em auxiliar financeiramente algum animal resgatado pela organização.



Imagem 12: Cartaz para doações
Fonte: Arquivo pessoal

No caso da protetora Liliany que não atua em feiras de adoção, a arrecadação de dinheiro para a manutenção dos animais acolhidos por ela é feita por meio de rifas e apadrinhamentos:

[...] Não tenho ajuda, eu faço rifa de tupperware pra poder conseguir arrecadar um dinheirinho a mais e o meu próprio salário. Pra não dizer q eu nao tenho ninguem por fora, eu tenho uma moça que abençoa com ração para cães, um saco só. E tem essa moça desses 4 gatos que eu adotei sendo meu mas que era da mãe dela que veio a falecer, que me ajuda também com um saco de ração e terrinha (areia). O restante eu pago quase meu salário inteiro na casa de ração. Vivo endividada, mas feliz. (Entrevista com protetora Liliany realizada em 18/12/2025)

No momento da entrevista com Natália (aproximadamente após 2 horas do início da feira) apenas um filhote havia sido adotado. A voluntária comentou que geralmente no final das feiras de adoção todos os filhotes são adotados, pois são mais procurados pelas pessoas. Durante a conversa com uma das tutoras entrevistadas, soube que a Ameixa (Imagem 11), cachorra de um ano e alguns meses havia sido adotada por Anderson e Alef que estavam terminando de assinar o termo de adoção.



Imagem 11: Ameixa
Fonte: Arquivo pessoal.

De acordo com o relato, os novos tutores não sabiam que estava sendo realizada uma feira de adoção naquele dia. De início, tinham se interessado em adotar um dos filhotes da feira, mas sentiram uma conexão com “Ameixa”. A cadela se tornou a quinta integrante não humana da “família”. Me contaram que os outros animais também foram adotados, retirados da rua ou da casa de ração que frequentam. Ao falar sobre a conexão que sentiram com “Ameixa”, o tutor Alef disse que “o cachorro sente”. Me contou que por trabalhar em uma instituição bancária, quando chega em casa seus animais “recarregam as energias, ajudam no estresse”. Segundo ele, a presença dos animais em casa ajuda a deixar a vida mais leve.

Após finalizarem a adoção, os amigos que os influenciaram a irem adiante com a chegaram com coleira e guia comprados na loja de artigos variados “O Amigão”. Mesmo que os voluntários da ONG tenham me dito que não existia nenhuma lista específica de compras, esses foram os primeiros itens necessários para que os dois tutores levassem “Ameixa” para casa, pois aqueles utilizados durante a feira pertenciam à ONG.

Com relação à adoção junto à ONG “Casa Diolanda” podemos ver que se trata de um processo não tão simples. A voluntária Natália me explicou que quando um futuro tutor manifesta interesse, os orienta sobre os filhotes serem “destruidores”. Conforme explica, essa informação é importante para a pessoa se preparar para a dinâmica de ter um animal filhote em casa e promover formas de distração para eles como brinquedos para morder e roer. Com relação à alimentação, indicam aos tutores que utilizem uma “ração de boa qualidade, se possível super premium”. A depender da possibilidade do adotante, também indicam a compra de suplementos e vitaminas para o animal. Esse direcionamento aos novos tutores envolve o questionamento sobre as condições para “cuidar” de um animal, mas também

busca preparar os adotantes para as possíveis dificuldades de convivência. Essa preocupação é uma estratégia para que não exista a possibilidade de um futuro abandono ou desistência por parte dos tutores.

Outra forma de prevenir o abandono de animais adotados é a avaliação para a aprovação ou reprovação do adotante, característica presente na “adoção responsável” dos animais da ONG organizadora da feira e também da protetora Lilianny. Essa avaliação envolve noções como “bem-estar”, “necessidades” dos animais e a prática da “guarda responsável” que em certa medida são executadas através de gastos com serviços veterinários, produtos e possíveis reparos para adequação da casa para receber o animal. A relevância da possibilidade econômica dos tutores para adotar o animal apareceram na entrevista realizada com a protetora Lilianny. Ao ser perguntada sobre a avaliação dos adotantes, ela descreve como os gastos com os animais adotados fazem parte da constituição de um tipo de “cuidado” voltado para o novo membro da família. Na perspectiva de Lilianny, a visita à residência dos adotantes também permite compreender se a decisão por adotar o animal é tomada de maneira responsável, ou seja, se estão sendo considerados os potenciais gastos e responsabilidades:

R: Eu, do “Vida pela vida quem ama cuida” e pelo “Anjo dos pets”, nós temos um contrato de adoção. Antes de levar o animal até a casa da pessoa nós vamos visitar a casa da pessoa, principalmente se for gato. Porque gato tem que dar um lugar bem legal pra que ele não fique visitando a rua. Então a gente vai ver a situação econômica da pessoa também, pra ver se vai valer a pena de fato colocar o animal ali na mão daquela pessoa ou se vai ser mais um na rua. Porque na empolgação é lindo, é pequenininho, “ai que amor”. Só que infelizmente o animal é um ser vivo e é como se fosse... na realidade não é nem infelizmente. Eu disse infelizmente pq a pessoa que adota pensa que tá pegando um brinquedinho pra dar pro filho de presente e na realidade não é isso. Na realidade é mais um membro da família que vai ter gastos. Vai ter vacinação, vai ter consulta veterinária, vai ter medicamentos, vai ter alimentação, entendeu? Então assim, tem muitas pessoas que verdadeiramente não tem condições de adotar. Teve uma senhora que veio pra adotar uns gatinhos nossos, senhora é modo de falar... era uma jovem até e ela tinha 4 crianças pequenas. Tava até difícil pras crianças pequenas dela, imagine pra manter um animal, com vacinação, com tudo... Então a gente olha muito isso. Eu não boto na mão de pessoas que não vai ter cuidado. Todas as minhas pastas de adoção eu fui na casa da pessoa, eu visitei, vi como é que era, como que ia poder cuidar e aí eu já entrego, sabe como? Assim olha: “a gente faz a campanha e testamos pra fiv/felv, aí agora é com tua responsabilidade vacinar.” E vermifugamos também todas as vezes. (Entrevista com protetora Lilianny realizada em 18/12/2025)

As ONGs e protetores levam em conta as condições do adotante para cumprir com essas práticas que são descritas como essenciais para o “cuidado” de cães e gatos. Osório e

Cunha (2018) abordam essa questão que de maneira geral é atravessada por questões econômicas:

Matos (2012) também indica uma resistência dos protetores em doar animais a indivíduos de classes baixas, ainda que não possam (mas tentem) averiguar a condição financeira e de residência dos adotantes no ato de adoção. A suspeição de que se trata de “vileiro”⁶² é suficiente para frear o processo de doação. Nesse sentido, a escolha de locais de classe média parece seguir a esquiva de adotantes de classes baixas. (Osório e Cunha, 2018, n.p)

Os “vileiros” são pessoas com baixo poder aquisitivo, que não são vistos pelos protetores como aptos a adotarem animais pela falta de condições de dar “uma vida melhor” aos animais adotados. A relutância em permitir a adoção de animais resgatados por classes mais baixas está diretamente ligada à ideia de uma maior possibilidade do animal ser abandonado novamente pela falta de recursos financeiros. Na feira, além das “normas” que são descritas no “contrato” de adoção, existe o questionário utilizado para a “entrevista pré-adoção”, uma característica que se alinha à seleção de tutores citada por Osório e Cunha (2018).

Ficha para adoção responsável e consciente 🐾🐾🐾

1. Qual seria o pet de interesse?
2. Qual seu nome?
3. Qual sua idade?
4. Qual sua profissão?
5. Há crianças na casa? Se sim, qual idades? há alérgicos?
6. Há animais na casa? Se sim, quantos? E qual espécie?
7. Seus animais são castrados? Caso não, por que?
8. Seus animais fazem acompanhamento veterinário? Qual sua clínica de confiança?
9. Já teve um animal de estimação no passado? Se sim, conte-nos brevemente o que aconteceu com ele.
10. Qual bairro você mora?
11. Casa ou apartamento? Próprio ou alugado?
12. Sua casa possui um cômodo onde o seu pet poderá ficar e se sentir seguro até sua total adaptação?
13. Existe alguma possibilidade de fuga? Brecha no portão?
14. Para adoção de gatos, sua casa/apto tem telas de proteção? Nas janelas, e locais onde possa ter saída?
OBS: Precisamos que nos mostre um vídeo do local onde o pet adotado irá ficar, e mostrando também a segurança da casa para que não haja fugas.
15. O tempo médio de vida de um pet é de 15 anos, está preparado para essa responsabilidade?
16. Concorde em receber visitas ou telefonemas solicitando notícias do animal adotado? Se compromete a enviar fotos e vídeos sempre que solicitado?

Imagem 13: Perguntas da entrevista para adoção
Fonte: Arquivo pessoal

As perguntas de número 4, 8, 10 e 11 indicam essa preocupação discutida com a condição financeira de manter o animal adotado, pois trazem questionamentos sobre acompanhamento veterinário, profissão e condições de moradia, elementos que criam parâmetros para o que consideram como “bem-estar” e “necessidade” do animal, ou seja,

delineiam um tipo específico de “cuidado”. Assim como descrito pelos meus interlocutores, a diferenciação entre quem pode ou não adotar se torna mais criteriosa no caso de gatos, que necessitam de ambientes telados para que seja evitada a fuga do animal. No caso de animais adotados nos moldes da feira etnografada e das feiras pesquisadas por Osório e Cunha (2018), observamos que existem requisitos mínimos a serem alcançados. De acordo com a experiência de Natália na ONG, dificilmente os animais são devolvidos após serem adotados. Entretanto, não é possível ter certeza de que as pessoas e famílias que os adotam cumprem com todas as obrigações ou até mesmo se continuam responsáveis pelos animais. A preocupação com a construção de um tipo específico de “cuidado” que é repassado ao adotante demonstra como a sensibilidade contemporânea com relação à vida desses animais busca promover um impacto nas noções de proteção e segurança, por meio de um procedimento criterioso que demanda do tutor uma “guarda responsável”.

A “formalização” da “adoção responsável” com a ONG que realizou a feira é feita através da assinatura do “contrato” de adoção animal. Esse documento especifica, por meio das 15 “cláusulas”, as responsabilidades adquiridas pelo tutor no momento da adoção e no período de adaptação do animal na nova residência. São descritos os deveres a serem cumpridos pelos responsáveis com relação ao acompanhamento no período pós adoção, as despesas implicadas caso ocorra a devolução do animal à ONG e ações legais a serem tomadas por parte dos doadores caso sejam identificados maus tratos. Embora sejam utilizados termos jurídicos, esse documento expressa um compromisso moral firmado no momento da adoção.

CLÁUSULA 1ª: Pelo presente o ADOTANTE, neste ato figurando como DEPOSITÁRIO, recebe o ANIMAL, objeto do presente CONTRATO, para guarda, pessoal e intransferível, declarando-se apto para assumir a guarda e a responsabilidade por manter o ANIMAL em perfeito estado de saúde, respondendo caso ocorra sua perda, roubo ou deterioração de sua saúde por desídia do ADOTANTE, em conformidade com o que prescreve o Código Civil brasileiro, em seus artigos 627 e 646.

CLÁUSULA 2ª: Para efetivação da adoção, declara o ADOTANTE, estar ciente de que o ANIMAL adotado foi resgatado das ruas, tendo sido mantido em abrigo, não tendo recebido qualquer treinamento, devendo a educação do ANIMAL ser realizada pelo ADOTANTE.

CLÁUSULA 3ª: No que diz respeito à adaptação ao novo lar, fica ciente o ADOTANTE que não é possível prever como o ANIMAL pode reagir, devendo o ADOTANTE tratar o ANIMAL com carinho e paciência, ficando ciente, ainda, que é impossível prever o tempo que levará para que o ANIMAL se adapte ao novo lar.

CLÁUSULA 4ª: Na hipótese de o ADOTANTE possuir filhos, fica ciente de que se compromete a administrar de forma responsável a adaptação entre o ANIMAL e a(s) criança(s), jamais castigando ou agredindo o ANIMAL.

CLÁUSULA 5ª: O ADOTANTE declara estar ciente de todos os cuidados necessários para assegurar a saúde e integridade física do ANIMAL, estando apto para mantê-lo, guardá-lo e vigiá-lo, assegurando a manutenção do ANIMAL em local seguro, cercado com muros altos e/ou grades, telas, portões bem fechados, evitando a possibilidade de fuga e, ainda, comprometendo-se a:

- a) manter atualizados telefone para contato e endereço onde se encontra o ANIMAL junto ao DOADOR/DEPOSITANTE;
- b) enviar, sempre que solicitado pelo DOADOR fotos e/ou vídeos do ANIMAL, bem como informações sobre o mesmo e cópia ou imagem da Carteirinha de Vacinação atualizada, para controle por parte do DOADOR/DEPOSITANTE;
- c) proporcionar boas condições de alojamento e alimentação, assim como espaço físico que possibilite ao ANIMAL exercer-se, não o deixando confinado em lugar fechado ou amarrado;
- d) preservar a saúde e integridade do ANIMAL, dando-lhe carinho e atenção, e submetê-lo a cuidados médico-veterinários sempre que necessário para este fim e para a realização das vacinas (ANEXO I), de acordo com o prescrito na Carteirinha de Vacinação fornecida pelo DOADOR;
- e) não transmitir a posse do ANIMAL a outrem sem o conhecimento e consentimento expresso e escrito do DOADOR;
- f) permitir o acesso do DOADOR ao local em que se encontra o ANIMAL para averiguar suas condições;
- g) manter constantemente no ANIMAL coleira identificada com um telefone para contato;
- h) em caso de fuga, comunicar imediatamente o acontecimento ao DOADOR e ajudar nas buscas pelo ANIMAL;
- i) cumprir toda a legislação vigente, federal, estadual e municipal, relativa à guarda de animais.

CLÁUSULA 6: Fica ciente o ADOTANTE que o ANIMAL adotado não se destina a reprodução e, na hipótese de o ANIMAL objeto do presente contrato não estar castrado, compromete-se o ADOTANTE a castrá-lo imediatamente, sob pena de perda da guarda do ANIMAL. Compromete-se, ainda, a realizar o pós-operatório adequadamente, seguindo todas as instruções e recomendações do médico-veterinário responsável.

CLÁUSULA 7ª: Na hipótese de adoção de filhotes, fica ciente o ADOTANTE de que deve providenciar a castração do ANIMAL tão logo o mesmo complete 6 meses de idade.

CLÁUSULA 8ª: Na hipótese de adoção de filhotes, fica ciente o ADOTANTE que não existe possibilidade de prever o porte exato do ANIMAL adulto, fato que deve ser assumido pelo ADOTANTE.

CLÁUSULA 9ª: Na hipótese de não ser mais capaz de manter o ANIMAL, obriga-se o ADOTANTE a contatar imediatamente o DOADOR, para definição da destinação a ser dada ao ANIMAL. Em nenhuma hipótese fica autorizado o ADOTANTE a doar ou se desfazer de qualquer forma do ANIMAL.

CLÁUSULA 10: Na hipótese de devolução do ANIMAL pelo ADOTANTE, este fica obrigado a reembolsar o DOADOR pelas despesas realizadas para o resgate do ANIMAL, em valor não inferior a 12% (doze por cento) do salário mínimo.

CLÁUSULA 11: Fica o ADOTANTE obrigado a concordar em receber a visita do DOADOR ou pessoa por ele indicada, para que este verifique as condições em que está sendo mantido o ANIMAL.

CLÁUSULA 12: Sendo constatada por parte do DOADOR qualquer situação que configure maus tratos ao ANIMAL (ANEXO II), bem como qualquer infração disposto nas Cláusulas do presente Contrato, perderá o ADOTANTE a guarda do ANIMAL, além de pagar ao DOADOR o valor equivalente a 100 (cem por cento) do salário mínimo vigente, valor que será revertido para a manutenção e tratamento do ANIMAL.

CLÁUSULA 13: Fica ciente o ADOTANTE que, na hipótese de maus tratos ao ANIMAL constatados por parte do DOADOR, será registrado Boletim de Ocorrência em sede policial, com fundamento na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, art. 32, ficando o ADOTANTE submetido às penalidades previstas na lei.

CLÁUSULA 14: Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

CLÁUSULA 15: Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução de eventuais pendências decorrentes do presente Contrato.

Imagens 14 e 15: Transcrição das “cláusulas” do “contrato” de adoção
Fonte: Arquivo pessoal

Logo na primeira “cláusula” me chamou a atenção a maneira como, dentro desse “contrato”, o animal que está sendo adotado é visto como um sujeito, ao mesmo tempo em que é descrito como objeto do “contrato”. Essa ambiguidade com relação ao animal de estimação demonstra como seu status não é fixo. Na verdade, esses animais transitam entre dois extremos, assim como discutem Osório e Cunha (2018):

As tensões que marcam os animais de estimação parecem relacionadas à sua própria ambiguidade: nem tão animais, nem tão humanos. Daí se desliza para que não sejam nem tão objetos, nem tão sujeitos [...] Essa tensão nunca é superada, pois uma forte característica do animal de estimação ocidental contemporâneo parece ser essa ambiguidade que lhe dá sua própria plasticidade e lhe permite ser ora um animal, ora uma pessoa (em geral um filho ou uma criança). (Osório e Cunha, 2018, s.p)

No decorrer do “contrato”, diversas “cláusulas” versam sobre a transferência de responsabilidade sobre o animal para o adotante, tanto no período de adaptação do animal à nova residência, quanto após completo o processo. Nessa relação com os animais que ocupam a posição de membros das famílias, a “responsabilidade” é evocada em diversos momentos: seja para validar a auto nomeação como “mãe de pet” (Moraes, 2023) ou para reconhecer qual é o “dono” ou “tutor” principal do animal, que será o responsável pelas dinâmicas cotidianas.

Ao descrever a rotina diária com Mia, a tutora Fabiana estabelece os “cuidados maiores” como aqueles que o responsável principal (nesse caso essa responsabilidade é dividida com o noivo) deve desempenhar:

P: E como é o seu dia-a-dia com ela?

R: A Mia é um Shih Tzu, então todos os dias a gente tem que acordar, pentear ela, limpar os olhinhos dela, limpar a orelhinha dela. Pelo menos duas vezes na semana eu escovo os dentinhos dela, tem que fazer lacinho nela todos os dias porque senão o pelo fica caindo no olho e isso pode irritar... e a noite a gente tira o lacinho pra não ficar tão tenso o “courinho” dela. Então a gente acorda e a primeira coisa que a gente faz é cuidar dela desse jeito aí ela já vai fazer o xixi, vai fazer as coisinhas dela, brinca um pouquinho, toma uma água... aí eu saio pra trabalhar, depois eu volto e dou a ração dela. A gente brinca com ela - ela brinca o tempo todo porque como ela é filhote o tempo todo ela tá brincando! Ela traz o ursinho pra gente jogar pra ela - e aí brinca com ela no final da tarde, brinca com ela à noite... e de noite é a jantinha dela. E de noite ela sabe o horário de dormir, vem pra caminha e dorme. Ela é super tranquila. E tem a rotina de passeio, que é mais fim de semana nem que seja aqui na rua, na praça, no shopping... qualquer lugar a gente leva ela.

P: E quem faz esse cuidado?

R: É dividido pra falar a verdade. O Jordan (noivo) ajuda bastante.

P: E seus outros familiares?

R: Não... é sempre eu ou o Jordan nisso de cuidados maiores (pentear, limpeza, alimentação). Aí brincar ela brinca com todo mundo. Raramente acontece de eu não estar em casa aí eu mando uma mensagem pra minha irmã e ela dá comida pra ela, mas normalmente é eu e ele. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

Essa apresentação das responsabilidades também apareceu na entrevista realizada com a protetora Liliany, que descreveu as principais instruções que são repassadas aos adotantes:

O primeiro passo é que ele vai ter que vacinar porque nós só vermifugamos. A gente já manda testado pra fiv/felv, então já sabe que ele não tem esse probleminha (nem leucemia e nem a aids felina). Então daí pra frente tem os cuidados com a vacinação e a gente fica acompanhando durante 3 meses pra ver se não vai ter nenhum b.o. Se for gato, a gente só deixa se for com casas que já estejam teladas ou que ela tenha responsabilidade ou um gatil, ou até mesmo gaiolão grande. Caso contrário a gente não adota, são os nossos critérios. E a gente fica enchendo o saco durante 3 meses pra ver se vai regredir alguma coisa. Se dentro de 3 meses der tudo certo e ele for muito bem cuidado pode ter certeza que ele já se apegou, já tem um amor imenso e aí não vai mais abandonar. [...] Eu tenho um aqui que é o Alecrim. Ele veio despedaçado com esporotricose. Ele tem 3 meses já em tratamento. O gato já fechou todas as feridas, tá lindo, maravilhoso, perfeito... porém consegui uma moça que queria adotar. Passei todas as informações, porque ele já estava imune da doença. Não tá totalmente curado porque ainda tá em tratamento porque são 6 meses. Quando eu fui ver a estrutura do lugar que ele ia ficar eu vi que não ia deixar o gato ir. Porque primeiro: a responsabilidade de dar o remedinho, a responsabilidade de ter o patezinho... Eu não sou rica, não tenho condições também. Mas as minhas rifas faz com que eu consiga dar o melhor pros meus bichos. Mesmo as pessoas me processando, falando que eu to vivendo do dinheiro dos gatos, eu sei que eu não to... Então é isso, entendeu? Passou de 3 meses tá apto, eu sei que não vai me devolver, sei que não preciso ir lá buscar. (Entrevista com protetora Liliany realizada em 18/12/2025)

A resposta da protetora Lilianny demonstra como o “cuidado” é transmitido como obrigações e responsabilidades, que andam juntos para a consolidação de uma “guarda responsável”, conforme entendido por protetores. No caso do gato “Alecrim”, adotar significava também concluir seu tratamento e “cuidar” para que não voltasse a ter acesso à rua. Os dados levantados na pesquisa demonstram como as possibilidades econômicas do adotante é um desdobramento de uma prática de “guarda responsável”, na medida em que telar a casa, comprar remédios para continuar com o tratamento do gato são ações que geram gastos.

As responsabilidades são também citadas pelos tutores, principalmente quando descrevem os principais “cuidados” com o animal e que fazem parte da rotina. A tutora Beatriz, por exemplo, falou que é a encarregada de “cuidar” de “Sani”, mas que por estar grávida está menos participativa no dia a dia. Esse período de gravidez influenciou na decisão de não adotar um novo animal na feira, já que além de não poder realizar as atividades de “cuidado” diário, existe também o problema de falta de espaço na atual residência. Essas ponderações expressam que decidir se tornar responsável por um animal envolve uma série de reflexões.

Durante a adoção é constantemente citada, seja no “contrato” ou nas conversas entre possíveis tutores com os voluntários, as responsabilidades que acompanham a aquisição do animal. A voluntária Natália descreveu que é informado aos adotantes a responsabilidade de fazer a castração de filhotes assim que completam 6 meses de idade. Ela me informou que quando os filhotes disponíveis para adoção estão abaixo de 5 meses não podem ainda ser castrados e por isso essa responsabilidade é passada para a pessoa que adota, que deve entrar em contato com a ONG, que auxilia o tutor a conseguir vaga para castração gratuita pela prefeitura. Além disso, é de responsabilidade do adotante estar em dia com a vacinação do animal adotado e mandar fotos e vídeos para a ONG como forma de acompanhamento da adaptação do animal. Entretanto, ambos voluntários com quem conversei ressaltaram a dificuldade desse comprometimento após realizada a adoção, pois muitos tutores não mandam as fotos de acompanhamento e nem entram em contato para realizar a castração do animal.

Na entrevista da tutora Fabiana também foram citadas algumas dessas dificuldades de manter regularidade com determinados “cuidados”. Mesmo assim, ela diz que compreende a importância desses “cuidados” e por isso já está planejando realizar a castração da filha. Esses dados do campo nos ajudam a observar como essas novas “responsabilidades” se dão na rotina com o animal:

P: E ela já é vacinada?

R: Desde quando ela chegou eu já fiz toda a vacinação dela, tanto que em março renova as vacinações e a gente vai vacinar ela de novo. Por mais que as questões financeiras não estejam tão boas, mas a prioridade é a saúde dela.

P: E no veterinário e petshop você leva regularmente?

R: A gente levou ela nas vacinações e depois ela teve um probleminha de otite, ela fez um tratamento e acompanhamento com o veterinário e agora novamente eu levei ela em uma veterinária porque logo eu quero castrar ela e eu quero fazer uns exames também. E já passamos pela consulta nessa veterinária e pedi pra ela ver de novo a orelhinha dela porque ela ta com um excesso de cera e deu de novo otite. Então voltamos o tratamento da otite dela. Ela tem até uma regularidade no veterinário, mas quando acontece alguma coisa também a gente leva.

E eu tenho uma colega que tem banho e tosa... às vezes eu cuido aqui dentro de casa, dou banho, as vezes toso porque eu acabei aprendendo pra poder economizar um pouquinho e às vezes eu chamo essa colega e levo ela pra fazer banho e tosa lá.

A gente tem também o plano da petlove, então querendo ou não a consulta sai menos caro. O plano é aceito em algumas clínicas e hospitais específicos. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

A pessoa responsável pelo animal que atua nos “cuidados” cotidianos geralmente é aquela que decidiu pela compra ou adoção. No contexto da “adoção responsável” mediada pela assinatura do “contrato” detalhado em “cláusulas”, podemos nos inspirar no texto de Camila Fernandes (2021) sobre as “casas de tomar conta” para refletir sobre as relações familiares construídas entre humanos e não humanos:

Para uma estimativa geral, a lista de espera por vagas em cada unidade de creches pode chegar a duzentas crianças por unidade. A lista é um documento que materializa a devolução da responsabilidade estatal do cuidado às famílias e, ao devolvê-la, o Estado se isenta de uma obrigação constituída na lei. A restituição da responsabilidade às pessoas que não conseguem as vagas será agenciada no tempo da “viração”, em muitos casos, nas casas de “tomar conta”, nos quais os ajustes e resistências serão diariamente produzidos. (Fernandes, 2021, p. 11)

Podemos discutir que se no caso das creches, a lista de espera é o documento que atesta essa transferência de responsabilidade, no caso dos animais de estimação podemos observar essa transferência de responsabilidade mediante “contrato”. Além dessa responsabilização dos tutores, as normas do “contrato” expressam também o julgamento moral que é produto das transformações na sensibilidade das relações entre humanos e animais, pois se atualmente o animal de estimação é visto como sujeito de uma vida moralmente valiosa, o responsável por esse animal deve “cuidar” integralmente dele. Existe a tentativa de fortalecer o viés jurídico da adoção responsável através dos termos utilizados, mas tudo é firmado sem a validação jurídica.

Além dessas “cláusulas”, o Anexo II referente ao “contrato” intitulado “Rol Exemplificativo de maus tratos a animais” me chamou a atenção. Mais do que estipular os deveres e responsabilidades do novo tutor, esse “contrato” possui também um caráter pedagógico sobre maus tratos aos animais. Observamos então como o dever e responsabilidade com relação aos animais não são óbvios ou objetivos: os tutores são ensinados sobre as ações corretas desse novo tipo de “cuidado”.

ANEXO II
ROL EXEMPLIFICATIVO DE MAUS TRATOS A ANIMAIS
Consideram-se maus tratos:

- deixar animais presos em correntes, impedindo sua mobilidade e socialização;
- praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;
- manter animal privado de água e alimentação;
- manter animal em local sem o devido abrigo de sol, chuva, calor ou frio;
- manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;
- deixar de proceder a vacinação, vermifugação e tratamento de parasitas externos (pulgas e carrapatos) periodicamente;
- obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;
- golpear, ferir ou mutilar qualquer órgão ou tecido;
- abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;
- abater, golpear, ferir, mutilar ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação;
- abater, golpear, ferir, mutilar animal cego, ferido, enfermo, fraco, extenuado;
- prender animais atrás dos veículos ou atados às caudas de outros;
- conduzir animais, por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer modo lhes produza sofrimento;
- transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e sem que o meio de condução em que estão encerrados esteja protegido por uma rede metálica ou idêntica, que impeça a saída de qualquer membro animal;
- encerrar em local animais em número tal que não lhes seja possível moverem-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento;
- ter animais encerrados juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;
- despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos a alimentação de outros;
- ministrar ensino a animais com maus tratos físicos;
- exercitar tiro ao alvo sobre quaisquer animais
- realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, rinhas, touradas e simulacros de rinhas ou touradas, mesmo em lugar privado.

Imagem 16: Transcrição do Anexo II do “contrato” de adoção
Fonte: Arquivo pessoal.

A voluntária da ONG Natália me informou que as informações mais específicas passadas para os tutores são voltadas aos felinos, principalmente sobre telar a residência para que o animal não tenha acesso à rua e a utilização de fonte de água e sachês na rotina. De maneira geral, é pedido que os adotantes providenciem ao animal um local coberto, para que

não fique exposto à chuvas, sol forte, etc. As demandas financeiras foram evidenciadas nas orientações e recomendações passadas para os adotantes da feira com relação às rações e medicamentos indicados (Imagem 17) e ao cumprimento do protocolo vacinal, especificado por meio de uma tabela que indica quais vacinas devem ser administradas e qual a regularidade de acordo com a idade do animal (imagem 18 e 19).

OBSERVAÇÕES
Ração para cães: Quatree supreme, Quatree life, Premier, Royal Canin, ou Golden.
Ração para gatos: Quatree supreme, Quatree life, Naturallis ou Cat Show (Purina).
Vermífugos: Vermivet, Drontal, Vetmax ou Endogard.
Vitamina: Macrogard (ou) Glicopan (ou) Nutrifull Dog, Nutrifull Cat.
➤ ACOMPANHA CARTEIRA DE VACINAS.

Imagem 17: Observações de rações e medicamentos indicados no “contrato” de adoção
Fonte: Arquivo pessoal

ANEXO I
VACINAÇÃO ANIMAL

Tabela de Vacinação para Cães		
Idade	Vacina	O que previne?
6 a 8 semanas	V8 ou V10	Cinomose, Hepatite infecciosa canina, Adenovírus canino tipo 2, coronavírus canino, Parainfluenza canina, Parvovírus canino e Leptospirose
12 semanas	V8 ou V10	Dose de reforço
	Gripe Canina	Adenovírus canino tipo 2, Parainfluenza canina e Bordetella bronchiseptica
	Giardiase	Indicada para animais que vivem em grupos como canis, criadores ou locais com muitos cães que vivem em ambientes mais úmidos.
16 semanas	V8 ou V10	Última dose de reforço
	Gripe Canina	Dose de reforço da vacina injetável, a intranasal é aplicada em dose única
	Giardiase	Dose de reforço
	Anti-rábica	Raiva

Depois do primeiro ano, o animal é vacinado anualmente com uma dose de cada vacina - V8 ou V10, Gripe Canina, Giárdia e Anti-rábica. A melhor maneira de organizar o calendário de imunização é fazendo todas as vacinas em uma mesma data que deve ser repetida anualmente.

Tabela de Vacinação para Gatos		
Idade	Vacina	O que previne?
6 a 8 semanas	Quádrupla Felina (1ª dose)	Auxiliar na prevenção das doenças causadas por vírus da Rinotraqueíte, Calicivirose, Panleucopenia felinas e por Chlamydia psittaci
12 semanas	Quádrupla Felina (2ª dose)	Dose de reforço
16 semanas	Quádrupla Felina (3ª dose)	Última dose de reforço
	Anti-rábica	Raiva
A partir de um ano o animal é vacinado anualmente com uma dose única de Vacina Quádrupla e uma dose de Vacina Anti-rábica.		

Imagem 18 e 19: Anexo I sobre vacinas para cães e gatos do “contrato” de adoção
Fonte: Arquivo pessoal

Todas essas obrigações e responsabilidades são atravessadas por fatores financeiros que influenciam nos gastos que serão feitos. A tutora Rosa entrevistada na feira de adoção me contou que tem um cachorro há 15 anos, que “cuida junto com a mãe”. Tenta sempre escolher o “melhor no mercado” para o animal, que segundo ela ajuda na saúde, pelagem, e deixa as fezes menos fedorentas. Nesse sentido, a fala da minha interlocutora está alinhada com a discussão proposta por Osório (2016) sobre a humanização de cães e gatos:

É interessante notar, ainda, as formas como tais criaturas são desanimalizadas para serem humanizadas: a castração controla impulsos sexuais incompatíveis com a visão ocidental de infância, ao mesmo tempo em que, em tese, controla impulsos agressivos e traços de comportamento do animal; roupas e acessórios são confeccionados imitando vestimentas humanas; produtos de higiene e beleza também; as excreções são reguladas para serem depositadas fora de casa ou em ambiente criado para isso (caixas de areia, tapetes higiênicos); a ração industrializada é nutricionalmente balanceada para que fezes e urina tenham determinado odor e consistência. (Osório, 2016, p. 63)

Para escolher a ração Rosa também leva em consideração o “gosto do animal”. Nessa decisão, a ração de confiança se tornou a Golden. Além da ração, também faz uso de patês na rotina de alimentação. Ela me informou que tem vontade de tentar “alimentação natural”, mas que é mais complicado por questões financeiras. Essa ligação entre a proposta de “alimentação natural” e possibilidade econômica é reforçada pela definição deste conceito disposta no site da Associação Brasileira das Empresas do Setor de Animais de Estimação (ABEMPET):

Alimento natural: derivado de ingredientes vegetais, animais ou minerais no seu estado natural, ou que tenha sido objeto de transformação física, tratamento térmico, processamento, purificação, extração, hidrólise, enzimólise, fermentação, mas que não tenham em sua composição elementos sintetizados quimicamente, exceto em quantidades inevitáveis pelas boas práticas de fabricação (definição AAFCO, 2014). Sobre a alimentação natural, a Abinpet reconhece que há benefícios. O principal deles é a alta biodisponibilidade, ou seja, uma maior quantidade de nutrientes pode ser absorvida e utilizada pelo organismo do animal. Por conta dessa maior absorção, o volume das fezes é reduzido. No entanto, há de se considerar o estilo de vida das pessoas. Atualmente, a alimentação precisa ser prática, pois poucos donos realmente dispõem do tempo e da atenção que a dieta natural exige. Para que a dieta natural funcione, o dono do animal precisa estudar muito e seguir à risca as instruções do médico veterinário, sem substituir ingredientes. Este, por sua vez, precisa ser um especialista no tema. (ABEMPET)

Os tutores Alef e Anderson disseram que usavam bastante a ração Golden e depois mudaram para Pedigree por pensarem que seria melhor. Entretanto, foram orientados pelos voluntários da feira a voltarem a utilizar a Golden. Disseram que sempre buscam a “melhor qualidade” e no caso da mudança para a Pedigree “não era nem uma questão de preço, pois tem valores bem parecidos”.

A partir dos dados levantados na etnografia da feira de adoção e nas entrevistas realizadas, observamos que de certa maneira responsabilização e gastos se misturam, se confundem e se tornam quase sinônimos; um problema que passa a ser da família, principalmente quando os animais ficam doentes (Werneck; Perrota, 2024). Compreende-se que a adoção de um animal envolve uma série de critérios a serem atendidos: determinada ração, preparação da residência, adaptação do animal, consultas veterinárias, protocolos vacinais, etc. Nessa relação de parentesco novas obrigações e responsabilidades são atribuídas aos tutores a partir de um modo específico de “cuidar” desses animais. Nesse sentido, se tornar um tutor significa aprender sobre os “cuidados” com o cão e gato que é membro da família.

Assim como já foi discutido, existe na adoção de cães e gatos um aspecto pedagógico. Diante disso, no próximo capítulo buscaremos entender como as práticas de “cuidado cotidiano”, “bem-estar” e “guarda responsável” também são executadas com uma série de novos gastos. Essa nova dinâmica fomenta o chamado mercado pet que também a alimenta, criando produtos e serviços colocados como imprescindíveis para o “cuidado” com o animal. Em meio a esse vai e vem, os adotantes aprendem quais produtos e serviços contribuem para o “cuidado” com o animal, ao mesmo tempo em que adotam uma postura reflexiva para decidir aqueles que serão incorporados em suas relações familiares.

Capítulo 3: “Com amor e carinho!”: A construção de imperativos morais para o consumo do mercado pet e sua influência nas práticas cotidianas da família multiespécie

Após discutirmos sobre o conceito de família e tratar das transformações morais sobre a valia da vida dos animais de estimação e a construção da noção de “cuidar” do animal que é parente por meio de uma pedagogia responsabilizadora voltada aos tutores, nos dirigimos à análise do mercado enquanto instituição social. A partir de aspectos não econômicos, como a sensibilização sobre as vidas animais e sua consideração como membro da família, são construídos imperativos morais para o consumo e a ideia de que os produtos e serviços são necessários. A justificativa para esse debate é a importância das relações de consumo na consolidação desse parentesco entre espécies, na medida em que as dinâmicas de alimentação, atenção à higiene e de lazer com o animal de estimação são momentos importantes nesse arranjo familiar em que são utilizados produtos comercializados pelo mercado pet. Em linhas gerais, podemos observar um embaralhamento entre comprar e cuidar.

A análise sobre o surgimento e aprimoramento de serviços e produtos voltados aos animais de estimação se torna então um elemento importante para compreender não só a expansão desse mercado, mas também para observar as novas formas das pessoas de “cuidar” e “mimar” o animal. A apresentação de Pessanha e Portilho (2008) sobre esse mercado expressa isso:

[...] Paralelamente, surgem novos produtos e serviços para animais de estimação, alguns dentro de um mercado de luxo cada vez mais profissionalizado e com altos gastos das empresas fornecedoras em propaganda: diversos tipos de ração e snacks, brinquedos, roupas, enfeites, jóias, acessórios, Spray calmante, protetor de unhas, desembaraçador de pêlos, produtos de beleza, higiene e “educação” do animal, consultas com veterinários e especialistas, vacinas e remédios, transporte, academia, treinador, passeador, hotel e serviços de seguro de saúde para animais. (Pessanha e Portilho, 2008, p. 3)

Ao serem considerados membros da família que possuem uma vida valiosa, os animais ganham atenção das empresas do setor que reforçam o discurso de parentalidade e enchem as lojas com produtos e serviços específicos para esses animais. Philippe Steiner (2006) apresenta a relação entre cultura e as movimentações mercantis:

[...] as representações culturais são decisivas quer para se rejeitar, quer para se aceitar que relações mercantis estejam presente no seio de relações íntimas (a morte, a primeira infância); ela mostra também como os domínios axiológicos e econômicos interagem. (Steiner, p. 44, 2006)

O mercado pet oferece uma diversidade de produtos aos tutores e seus animais de estimação, possibilitando a aquisição de alimentos, petiscos, produtos de higiene e utilitários. De acordo com cada marca ou qualidade, cada produto possui um valor atribuído. Assim como é apresentado por Abonizio e Baptistella (2016) o consumo dos itens que fazem parte do cotidiano da relação entre humanos e seus animais está envolvido também com noções morais sobre a qualidade do tratamento dirigido a esses animais:

Ao navegar pela internet, topamos com uma propaganda de um estabelecimento tipo Pet Shop que oferecia descontos para quem cadastrasse o e-mail. Para se cadastrar, bastava clicar no quadradinho que tinha por legenda: Sim, quero me cadastrar. Para se recusar e continuar navegando, era necessário clicar no quadradinho do lado direito que tinha por legenda: Não, meu pet não merece. A afirmação relacionada à segunda alternativa aparece quase como uma chantagem, pois confronta o tutor à premissa de que não se cadastrar significa não oferecer ao pet o tratamento, não apenas adequado, mas merecido.

Esta peça de publicidade coloca-nos diante de uma dimensão nem sempre explorada do relacionamento entre seres humanos e seus animais de companhia: o consumo. Seja como padrão de aquisição do animal, seja como forma de demonstração de cuidado, ele se estabelece nas relações e muitas vezes determina a percepção da qualidade do afeto oferecido aos chamados pets. (Abonizio e Baptistella, 2016, p. 1)

Sobre o mercado pet, não podemos esquecer que enquanto instituição econômica atua a partir do viés capitalista. O mercado pet brasileiro ocupa a terceira posição no mundo, assim como o Brasil possui a terceira maior população pet, com cerca de 150 a 160 milhões de animais de estimação. De acordo com informações disponíveis no site da Associação Brasileira de Empresas do Setor de Animais de Estimação (ABEMPET)²², o mercado pet brasileiro faturou R\$ 75,4 bilhões em 2024. No Rio de Janeiro teve um crescimento de 49% desde 2020.²³ Aliado a isso, a partir de dados disponibilizados pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET)²⁴ compreende-se que este mercado possui como principais segmentos: pet food (alimento e ingredientes), pet vet (medicamentos veterinários) e pet care (equipamentos, acessórios e produtos para higiene e beleza). Soma-se a esses segmentos serviços que podem ser adquiridos com facilidade: plano de saúde para pets, serviços de hospedagem, creche e pet sitter (que podem ser todos contratados a partir da plataforma “Dog Hero”, que funciona como um intermediário entre tutor e cuidador).

²² Disponível em: <https://abempet.org.br/informacoes-gerais-do-setor/>

²³ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/economia/2025/11/7157617-amor-que-nao-entra-em-crise-mercado-pet-cresce-49-no-rio-e-m-cinco-anos-e-soma-mais-de-22-mil-negocios-ativos.html>

²⁴ Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/animais-e-estimacao/2024/41a-ro-05-11-2024/release_3trimestre_abinpet_ipb_2024.pdf

Sendo todo mercado produto de uma dupla construção social (Bourdieu, 2005), observamos no mercado pet, a partir de seus discursos, propagandas e ações uma relação com o fenômeno da família multiespécie. Tal relação ressalta aspectos não econômicos desse setor, pois:

[...] E, no próprio campo econômico, a lógica do mercado nunca conseguiu suplantiar completamente os fatores não econômicos na produção ou no consumo (por exemplo, na economia da casa, os aspectos simbólicos, que permanecem muito importantes, podem ser explorados economicamente). As trocas nunca são completamente reduzidas a sua dimensão econômica, e, como lembrava Durkheim, os contratos têm sempre cláusulas não contratuais. (Bourdieu, 2005, p. 22)

Como veremos no decorrer deste capítulo o mercado pet comercializa uma diversidade de produtos que, além dos valores nutricionais e de composição trazem em suas embalagens as dicas de “cuidado”, fato que demonstra que a relação de alimentação dos animais de estimação não é somente utilitária. Nesse sentido, podemos nos perguntar: Como determinar o que é e o que não é necessário, fútil, dispensável ou indispensável? É possível? Esses animais domésticos estão muito longe de um estado de natureza, então como avaliar o que é indispensável e o que não é? Marshall Sahlins (2003) ao discutir sobre a relação entre produção e cultura, nos ajuda a compreender como o conceito de “necessidade” não é algo natural:

Mesmo em condições materiais muito semelhantes, as ordens e finalidades culturais podem ser muito diferentes. Porque as condições materiais, se indispensáveis, são potencialmente “objetivas” e “necessárias” de muitas maneiras diferentes, de acordo com a seleção cultural pelas quais se tornam “forças” efetivas. (Sahlins, 2003, p. 168)

Nesse sentido, a forma como nos relacionamos com os animais de estimação em nossa sociedade exerce influência nos produtos que são desenvolvidos e ofertados pelo mercado e vice-versa. Obviamente os animais precisam se alimentar, precisam estar limpos, de ambiente limpo, sem doenças. Mas como se alimentam? O que é limpo e que outras necessidades mais aparecem?

Algumas possíveis respostas para essas perguntas são dadas pelo mercado, na medida em que se empenha em tornar tais produtos necessários. Quando um animal é adotado, por exemplo, existe a lista de compra do que deve ser comprado: ração, brinquedos, coleira, vacinas. Dessa maneira, o mercado pet também constrói um sentido para “cuidar”, ser “responsável” pelo animal e constituir uma “guarda responsável”. As descrições serão tomadas como exemplo da forma pela qual esses conceitos são acionados para estabelecer a importância de produtos na relação com o animal que são incorporados na rotina cotidiana a

partir da reflexão do tutor. Observamos a porosidade da relação entre mercado e família multiespécie, pois moldam um ao outro dentro de uma lógica também apontada por Sahlins (2003):

[...] Assim, foi Marx quem ensinou que os homens nunca produzem absolutamente, isto é, como seres biológicos em um universo de necessidade física. Os homens produzem objetos para sujeitos *sociais* específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos *sociais*.

Nem mesmo o capitalismo, apesar de sua organização ostensiva por e para a vantagem pragmática, pode escapar dessa constituição cultural de uma práxis aparentemente objetiva.

[...] Essa determinação de valores de uso, um tipo específico de construção habitacional como um tipo específico de lar, representa um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos.

A produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. É uma intenção cultural. (Sahlins, 2003, p. 168-169)

As dinâmicas de consumo voltadas aos animais de estimação é um tema presente em muitos estudos das ciências sociais (Oliveira, 2006; Gaedtke, 2017, 2019; Pessanha e Portilho, 2008; Osório, 2019; Abonizio e Baptistella, 2016; Pessanha e Carvalho, 2014; Werneck e Perrota, 2024). Como aparato analítico serão mobilizados trabalhos do campo da sociologia (Bourdieu, 2005) e da sociologia econômica (Steiner, 2006; 2012; 2023; Zelizer, 2010) que nos ajudam compreender a relevância de aspectos não econômicos na consolidação do mercado pet. Pois, a forma com que nos relacionamos com os animais de estimação em nossa sociedade é capaz de influenciar os elementos que constituem as ações entre mercado e família multiespécie, na medida em que “economia e laços sociais se sustentam mutuamente e se complementam.” (Milanês, 2020, p. 5). Fazendo parte do ambiente íntimo familiar, os animais de estimação constituem “A vida próxima ao humano, cercado de objetos culturais, ração industrializada, medicina veterinária e afeto humano é que parecem constituir o verdadeiro habitat do animal de estimação” (Osório, 2016, p. 71)

O material empírico coletado será analisado de maneira qualitativa no decorrer do capítulo e servirá de base para pensar as ligações entre mercado e guarda responsável nas relações entre tutores e os animais familiares. Como veremos no decorrer deste capítulo, o mercado estabelece múltiplas opções de itens voltados aos animais de estimação para comercializá-los como necessários sob o ponto de vista do “cuidado”, estipulando o leque possibilidades para incorporá-los no cotidiano da família. Contudo, não podemos nos esquecer que a aquisição de determinado produto ou serviço depende de outros fatores particulares a cada família. O que é “necessário” para manter o “bem-estar” do animal não são dados objetivos. Se por um lado essas categorias são usadas pelo mercado para impor

seus produtos e serviços, por outro os tutores fazem escolhas orientadas pela sua compreensão moral da relação com o animal e pela disponibilidade de recursos. Famílias de todas as classes sociais decidem o grau de importância atribuído aos produtos que farão parte da construção cotidiana desse parentesco.

O caráter subjetivo sobre o que é “necessário” para zelar pelo “bem-estar” e pela “guarda responsável” do animal apresenta o aspecto moral do mercado pet, na medida em que define o “cuidado” correto com os animais de estimação, um elemento constitutivo do parentesco da família entre espécies. Trata-se de pensar as esferas da moral e do mercado como complementos, ao invés de exclusivos, pois assim como aponta Philippe Steiner (2023):

Franck Cochoy (2014), por sua vez, propôs a noção de *concerned markets* (mercados envolvidos) que ele constrói seguindo a sociologia pragmática da teoria ator-rede. O mercado envolvido se opõe ao par mercado interessado (teorizado pelos economistas) / mercado contestado (teorizado pelos sociólogos), ao apresentar o argumento de que o social – e consequentemente o moral – e o econômico não são algo separado, mas ambos são ingredientes necessários da esfera mercadológica. (Steiner, p. 12, 2023)

Pensando a partir de uma “construção social dos mercados” (Steiner, 2012) o objetivo neste capítulo é observar o funcionamento da relação entre mercado pet e a família multiespécie. Ou seja, é procurar compreender em que medida as descrições sobre “cuidado” apresentadas em embalagens e rótulos influenciam os membros da família multiespécie a adotarem tais práticas ou de adquirirem determinados produtos.

Indo no sentido proposto por Viviana Zelizer (2010), a intenção é pensar a dinâmica entre o *care* desse modelo de família e o mercado pet, tendo em vista a forma como se moldaram as relações com os animais que são parentes:

Contemporaneamente, pode-se, no entanto, verificar que tais características estão bastante visíveis: há *pet-shops* em cidades grandes e diminutas, cosmopolitas ou rurais, demonstrando a centralidade do animal de estimação e sua diferenciação de outros animais; há serviços de banho e tosa nos *pet-shops*, uma atividade que costumava ser efetuada em casa, pelo próprio dono de animal; há uma progressiva expansão de produtos (e, consequentemente, uma indústria) relacionados a animais de estimação, especialmente para cães e gatos, de rações para variados tamanhos e raças a idades e patologias, além de produtos de beleza e higiene, brinquedos, roupas, sorvetes, biscoitos e chocolates; há uma equivalente expansão nos serviços veterinários e seu desenvolvimento tecnológico. Esses são fatores econômicos, contudo o tempo e o dinheiro investidos em animais de estimação podem ser utilizados como uma medida da centralidade destes na vida cotidiana, embora em cada classe social os recursos disponíveis devam ser considerados desiguais. (Osório, 2016, p. 72)

Para Zelizer, “as relações de *care* incluem qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem estar daquela ou daquele que é seu objeto.” (Zelizer, 2010, p. 380). Tal definição é pertinente para pensar as relações entre humanos e seus animais de estimação na medida em que a construção das práticas de “cuidado” desse modelo de família envolve o empenho constante ao parente não humano.

Nesse sentido, os dados observados demonstram que o “cuidado” também é acionado nas embalagens e rótulos por meio da palavra “carinho” que se torna um tipo de apelo emocional implícito às famílias que visitam a loja. As empresas possuem estratégias similares para apresentarem as qualidades de seus produtos e como eles auxiliam no cuidado com o animal de estimação:

[...] A relevância dessa ideia também é reforçada pela observação de Cochoy de que essas tecnologias de marketing também desempenham um papel em elevar a temperatura na arena ao promover o produto, suas qualidades e os benefícios resultantes para o consumidor. (Steiner, p. 12, 2023)

Pessanha e Carvalho (2014) também atribuem importância a essas estratégias de marketing que induzem nos tutores uma determinada forma de consumo voltado aos animais de estimação, nos mais variados aspectos da vida: estética, alimentação, lazer, saúde, etc. Tomando como base a reflexão de Alexandre Werneck e Ana Paula Perrota (2024) realizada em um estudo sobre as despesas veterinárias, podemos pensar sobre como os tutores e membros da família multiespécie fazem um cálculo moral para tomar decisões com relação à saúde de seus animais de estimação :

A justificativa dessa despesa não vem sem um trabalho de valoração e ponderação e não se esgota em uma suposta obviedade de seu caráter incontornável. De um lado, o fato de o animal “ser da família”; de outro, o orçamento familiar; e, nessa combinação, a perspectiva de que animais não são humanos – enraizada há gerações, embora em atual relativização, especialmente nas chamadas camadas médias, mas não apenas. Isso faz com que os atores pensem o dinheiro ao mesmo tempo como um obstáculo para a valorização da existência – e, portanto, um ruído no tratamento da vida como algo sagrado (Abercrombie, 2020) – e como um índice dessa valorização, já que ele passa a comparecer nas justificativas como “prova de amor” ou “recurso de salvação”, expressando também o peso moral do dinheiro nas vidas das pessoas (Abercrombie, 2020; Wilkis, 2013; Zelizer, 2005). (Werneck; Perrota, p. 9, 2024)

Minha análise se afasta do contexto de possíveis mortes dos animais de estimação. Entretanto, essa reflexão nos leva a perceber que as ações em prol do que se considera a “saúde” e o “cuidado” dos animais se deslocam de um simples cálculo monetário para um cálculo moral. Por meio de suas embalagens as empresas do mercado pet sustentam a ideia de que ao comprar os tutores estão cuidando. A junção desses fatores – a moral, o mercado que

indica o que o tutor deve fazer, o desenvolvimento da medicina veterinária e os produtos e serviços disponíveis – possui influência na tomada de decisão dos tutores.

Levando em consideração que as relações de carinho e afeto pelo animal de estimação se constituem em meio à lógica de “guarda responsável”, obrigações e responsabilização do tutor pela vida do animal, podemos pensar que as escolhas de produtos não podem ser vistas como afetivamente ou moralmente neutras:

[...] É o caminho seguido por aqueles que, como Frank Cochoy (1999; 2003), acentuam o caráter “equipado” do consumidor quando ele vai às prateleiras de um supermercado: o comportamento do consumidor está equipado no sentido de que ele escolhe, intelectualmente, mas também muito concretamente, ao esticar a mão em direção ao produto disposto na prateleira, com base na sua embalagem, na publicidade, nas informações legais mencionadas etc. Essas relações devem resolver aquilo que a abordagem do economista supõe resolvido: a qualidade dos produtos e o desenrolar das interações no futuro. Deve-se então introduzir na relação de troca uma série de relações sociais que visam a avaliar ou então a fazer julgamentos sobre as coisas e as situações de maneira a poder entrar no registro da troca comercial. (Steiner, p. 114, 2012)

Diante da apresentação desse mercado, observamos o tamanho do setor pet no Brasil, que além de movimentar bilhões de reais impacta o cotidiano de famílias brasileiras ao construir o sentido correto de “cuidado” alinhado à noção de “guarda responsável” que é praticada na responsabilização pela vida do animal de estimação. Essas e outras noções são apropriadas pelo mercado para serem moldadas. Tomemos como exemplo as noções citadas no trecho do projeto de Lei 179/2023 sobre a família multiespécie: o que é uma “alimentação adequada”, um “abrigo salubre e higiênico” ou quais são os “danos psicológicos” que podem ser causados a um animal? Nada disso pode ser encarado como objetivo, na medida em que são noções interpretadas tanto pelo mercado que conceitualiza – e vende os produtos que concretizam essas noções – quanto pelos tutores que aceitam ou não as definições criadas.

A seguir, vamos observar como essas noções são desenvolvidas pelas empresas do mercado e como interferem no cotidiano da família multiespécie. Todo esse processo se torna possível na medida em que os próprios animais passam a ser vistos como consumidores.

3.1 Etnografia em um pet shop: Abertura mercadológica e animais de estimação como consumidores

Diante da perspectiva da construção social do mercado, é importante a análise dos produtos disponíveis nas lojas do setor pet para compreender a sua relevância no cotidiano da chamada família multiespécie, na medida em que as práticas de alimentação, higiene, atenção à saúde e lazer produzem parentesco. Além disso, as descrições presentes nas embalagens

desses produtos são essenciais para apreender o sentido de “cuidado” construídos pelas empresas e buscar compreender as diferenças e semelhanças com as práticas construídas pelos tutores. Nesse sentido, a presente seção tratará sobre os dados coletados a partir da etnografia de um pet shop e contará com a descrição do ambiente e dos produtos observados.

A loja pesquisada é de uma das maiores empresas do mercado pet brasileiro e fica localizada dentro de um Shopping Center, na zona Oeste do Rio de Janeiro. A unidade compõe a área externa do shopping e conta com dois andares, sendo o primeiro reservado aos itens de jardinagem e produtos para cães e gatos.

A etnografia dessa loja me levou também a pensar no shopping de maneira geral. Compreendo que o sucesso do mercado pet influenciou também na transformação de outros nichos de mercado, na medida em que ambientes que antes eram voltados apenas para os humanos passam a ser também local de lazer para os consumidores não humanos. Em Shoppings, a presença de animais de estimação não é vista como um problema. Seja pela presença de lojas específicas para esse público (como é o caso da loja para pets etnografada) ou diferentes lojas que lançam suas linhas para pet (Imagem 21), pela realização de feiras de adoção em seus espaços (como discutido neste trabalho) e de campanhas que visam ajudar a causa animal (Imagens 22 e 23) ou pela adoção da prática “petfriendly” de uma maneira geral (Imagem 20).



Imagem 20: Aviso de política “petfriendly” em loja dos Correios
Fonte: Arquivo pessoal.



Imagem 21: Produtos da linha pet O Boticário
Fonte: Arquivo pessoal.



Imagem 22: Campanha para pets West Shopping
Fonte: Arquivo pessoal



Imagem 23: Campanha para pets Santa Cruz Shopping
Fonte: Arquivo pessoal

É possível encontrar outros estabelecimentos que aderem ao discurso “petfriendly”, como é o caso da rede outback que em seu site destaca as unidades que permitem que os animais domésticos acompanhem os tutores²⁵ e supermercados que possuem carrinhos para pets.

²⁵ Disponível em: <https://www.outback.com.br/destaque/pet-friendly>



Imagens 24: Carrinho de supermercado “petfriendly”
Fonte: Arquivo pessoal

Também podemos citar o Projeto de Lei 4331/21 foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e “assegura a qualquer pessoa o direito de entrar com animal doméstico em estabelecimento aberto ao público e de uso coletivo”. Este fato demonstra a aceitação dos animais de estimação em ambientes como shoppings decorrente da abertura de mercado para os animais de companhia enquanto novos clientes e da necessidade de adaptação diante das leis. Nesse sentido, a prática de levar os animais de estimação a esses espaços faz parte da rotina de muitas famílias.

A primeira coisa que chamou a atenção enquanto andava pelo shopping no qual estava localizada a loja, foi a disponibilização de sacolas para coleta de fezes dos animais de estimação que são levados para passear.

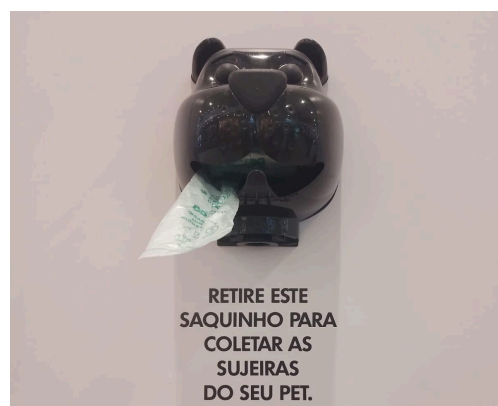


Imagem 25: Disponibilização gratuita de saquinhos para coleta
Fonte: Arquivo pessoal.

No shopping em que estava situada a loja, também havia um aviso sobre as regras com relação aos animais (imagem 26). Algumas similaridades são observadas, com relação à presença dos animais nas praças de alimentação. Essa delimitação da presença dos animais é comum nesses ambientes, assim como também foi observado no shopping em que ocorreu a feira de adoção (imagem 27).

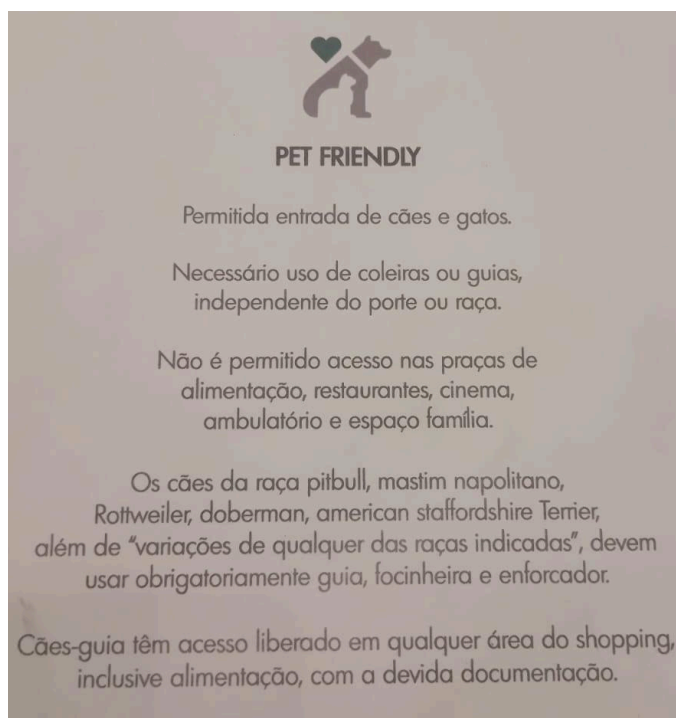


Imagem 26: Aviso do shopping
Fonte: Arquivo pessoal

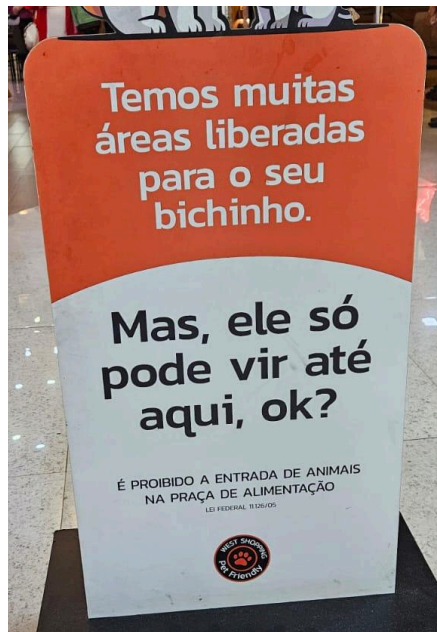


Imagem 27: Placa na praça de alimentação
Fonte: Arquivo pessoal

Outro tipo de aviso recorrente nos Shoppings Centers é aquele que proíbe ou apresenta condições sobre a circulação de determinadas raças. Para fazermos uma comparação entre placas, apresento a transcrição do aviso posicionado em frente à loja pet e uma transcrição da placa localizada na entrada de outro shopping também localizado na zona oeste do Rio de Janeiro.

Loja pet

Atenção Srs. Clientes

Recomendamos aos clientes que fazem suas compras acompanhados de seus cães, que os tragam portando coleira guia. Segundo lei estadual n. 4.808/06, em seu art. 18, “- Os atos danosos cometidos por animais são de inteira responsabilidade de seus responsáveis, devendo ser alojados em locais onde fiquem impedidos de fugir e agredir pessoas ou outros animais”.

Portanto, a loja se isenta das responsabilidades referentes a danos causados por animais de clientes, a outras pessoas ou a outros animais, em suas lojas.

Proprietários das raças American Staffordshire, Mastin Napolitano, Rottweiler e Pit bull: Segundo a lei n. 11531/03, regulamentada pelo decreto n. 48.533/04 a condução destes cães em locais de acesso público é obrigatória com uso de enforcador, guia curta e focinheira. A loja disponibiliza estes acessórios para uso dentro de suas instalações e conta com a sua colaboração para o cumprimento da lei.

Entrada Shopping

- 1.Recebemos gatos e cachorros de pequeno, médio e grande porte, exceto os considerados de guarda*, mesmo que estejam utilizando focinheira.
*Raças não permitidas: Akita, American Pit Bull Terrier, American Staffordshire Terrier, Boxer, Bull Terrier, Bullmastiff, Chow Chow, Dálmata, Doberman, Dogo Argentino, Dogue Alemão, Fila Brasileiro, Pastor-Alemão, Pastor Belga-Malinois, Rhodesian, Rottweiler e Sharpei;
- 2.Lembre-se de levar seu cão para fazer suas necessidades antes do passeio, mas se algum imprevisto acontecer, recolha a sujeira e informe ao fiscal de mall. E no caso de xixi, dirija-se a um dos nosso colaboradores e solicite que o mesmo acione a equipe de limpeza;
- 3.Mantenha seu cão na coleira com guia empunhada por um adolescente ou adulto;
- 4.A circulação de Pets é permitida nos corredores, praças de eventos, estacionamento e lojas*;
*Está a critério de cada loja permitir, ou não, a entrada de Pets no seu interior. As lojas que autorizarem a entrada estarão sinalizadas;
- 5.Lembramos que todos os pets deverão estar vacinados e saudáveis. O shopping poderá solicitar a carteirinha de vacinação para conferência.
- 6.Os pets não são permitidos nas praças de alimentação, restaurantes, clínicas, bancos e fraldários, exceto os cães-guias que poderão acessar livremente esses locais, conforme Lei Federal nº 11.126 de 27 de junho de 2005;
- 7.Não é permitido que os pets fiquem em cima de mesas, cadeiras ou bancos existentes nas áreas comuns do mall;
- 8.O tutor do pet responderá na forma da Lei pelos atos do seu animal. Ocorrendo danos a outros pets, pessoas ou ao espaço, o responsável deverá cumprir o devido ressarcimento, reservando-nos o direito de solicitar a retirada do animal e dos respectivos responsáveis do empreendimento.

Esses dois exemplos demonstram as diferentes posturas adotadas com relação ao acesso dos animais a esses ambientes. Essa comparação nos ajuda a observar como as mudanças nas leis e nas dinâmicas de convívio com os animais criam desafios aos estabelecimentos, na medida em que não há respostas prontas sobre o que fazer. Observamos então como o ambiente dos Shoppings se tornaram espaço de lazer e consumo não só de humanos, mas também de seus animais de estimação. Após apresentar esses elementos encontrados neste tipo de ambiente, sigo com a descrição etnográfica da loja para pets.

Logo ao chegar, notei uma cadela “caramelo” de médio porte chamada por todos de “Barata” que andava pela loja e era tratada com comentários brincalhões pelos funcionários. Um dos funcionários inclusive incentivou de maneira descontraída uma das clientes a adotar “Barata”. Outros dois animais pareciam estar descansando do dia quente na entrada da loja, deitados sob o ar condicionado perto das portas. Ambos de porte grande aparentavam ser machos, um de pelagem preta e outro de pelagem com tons de marrom claro e escuro. Ficaram a maior parte do tempo deitados, mas ocasionalmente adentraram no estabelecimento e fizeram alguns passeios pelos corredores. Por não possuírem coleiras, presumi que fossem animais sem tutores que ocupam a área externa do shopping.

A loja segue um padrão de separação dos produtos por corredores. No primeiro andar a principal separação observada foi entre os produtos de cães armazenados ao lado esquerdo da loja e os produtos de gato na ponta direita do estabelecimento. Logo ao entrar no estabelecimento, à direita, está localizada uma farmácia que exhibe os medicamentos de uso veterinário (antibióticos, antifúngicos, antiparasitários, etc) em prateleiras, similares a um balcão farmacêutico que encontramos em uma drogaria. A compra de remédios é intermediada por uma balconista que auxilia os clientes nas dúvidas sobre os produtos. Ademais, os itens expostos nos corredores do estabelecimento são de livre acesso pelos clientes, apresentam ampla variedade e são para fins diversos.

Ao tratarmos sobre o apelo moral existente entre mercado e família multiespécie, que passa pela consideração da vida animal como valiosa, que deve ter um consumo voltado para o seu “bem-estar” aproveito para destacar uma frase de autoria de Immanuel Kant exposta em uma das paredes do estabelecimento: “Podemos julgar o coração de um homem pela forma como ele trata os animais”.

Após essa breve descrição, para apresentar e refletir sobre a construção do valor atribuído aos animais de estimação em nossa sociedade, vale a pena descrevermos os produtos ofertados pelo mercado pet para estes animais de estimação, bem como para seus

tutores. Compreendo que os humanos também são alvo das empresas deste setor, na medida em que algumas embalagens focam em benefícios dos produtos para os tutores. Também podemos pensar em como que os momentos de brincadeiras dos animais são também dos humanos.

Os produtos disponibilizados na loja podem ser divididos em cinco grupos: higiene, alimentação, petiscos, brinquedos e utilitários (acessórios, comedouros, bebedouros, etc). Estes grupos englobam produtos desenvolvidos para atender cães e gatos, que variam de acordo com o objetivo pretendido e com a especificidade de cada espécie.

Nos produtos para alimentação uma prateleira inteira, ao lado da farmácia, expõe apenas rações de “alimentação especial” para cães e gatos, que são oferecidas pelas principais marcas deste setor econômico. Esses alimentos têm composições particulares que buscam atender o objetivo de tratar doenças específicas. As opções disponíveis (ração e sachês) variam entre aquelas voltadas para animais gestantes e para o tratamento de obesidade, diabetes, problemas renais, urinários, hepáticos, cardíacos e gastrointestinais. Existem ainda as opções hipoalergênicas.

Além das rações comuns, as opções de petiscos variam entre bifinhos, cookies, sticks, biscoitos, petisco cremoso, ossinhos, e petiscos desidratados (orelha e rótula de boi, carne desidratada) e até “bolo de aniversário”.

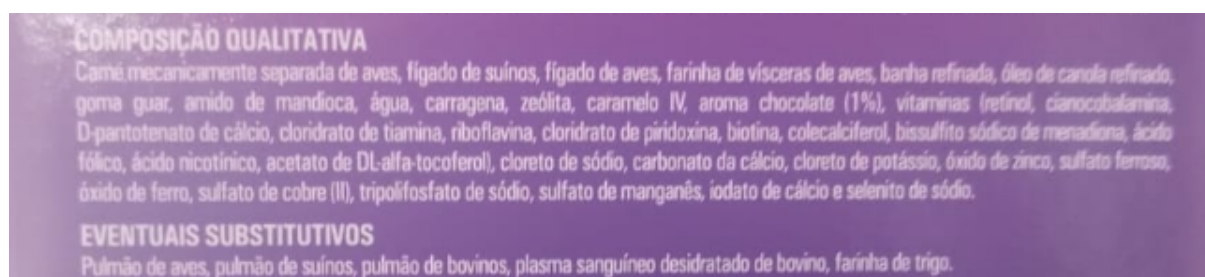


Imagem 28: Composição “bolo de aniversário” para pet
Fonte: Arquivo pessoal

Esse item me chamou atenção por ser vendido como um bolo de aniversário, que faz parte da comemoração de uma data especial, mas que possui em sua composição elementos que jamais seriam consumidos pelo público humano.

O grupo dos bens de alimentação para gatos, além dos já citados para alimentação especial, incluem as rações secas e as rações úmidas ou sachês. Dentre os petiscos para gatos foram encontrados as versões snack, bifinhos, biscoitinhos recheados e, principalmente, petiscos cremosos. Embora não seja um item utilizado para alimentação diária dos animais de estimação, esses produtos serão englobados pela categoria “alimentação” durante a análise.

Os objetivos apresentados nas embalagens dos petiscos são distintos das rações, pois não são da base alimentar diária. Entretanto, possuem descrições sobre o vínculo criado pela alimentação similares às rações e por isso serão colocados na mesma categoria.

No setor de higiene observei a oferta de tapetes higiênicos descartáveis ou laváveis, forração para canis. Boa parte do corredor é ocupada pelas onze marcas de tapetes higiênicos e suas especificidades (mais compactos, mais absorventes, sem vazamentos, voltados para filhotes). Seguindo no setor de higiene, encontrei shampoo e condicionador para pets. No mesmo corredor estão localizadas as faixas absorventes “para eles” e “para elas”.

Ao dobrar o corredor me deparei com itens que ainda se encaixam no grupo de higiene, sendo estes: máscara hidratante, desembaraçador, escova de dentes e gel dental, banho a seco, tira nó, álcool em gel para pets, “limpa carinha”, “limpa dobrinhas”, higienizador de patas, limpa orelhas, colônias, hidratante de focinhos, talco para cães, dedeiras descartáveis (para escovar os dentes), sabonetes anti-pulgas, perfume para pets, toalhas e lenços umedecidos, algodão impermeável para pets, luvas tira pelos, alicates de unhas, pentes variados (rastelo reto, de metal, escova dupla face, pente para *grooming*, desembaraçador profissional, lixa de unhas, e cortador de pelo (*deshedding tool*). Nos itens de higiene para gatos estão presentes shampoos e condicionadores, banho a seco, “cat escova” (para auto massagem e auto escovação).

Dentre os utilitários, um corredor inteiro é reservado para as opções de guias, coleiras, comedouros e bebedouros. As guias retráteis eram separadas pelo peso do animal, já as simples são separadas por tamanho. Existem também variações de preços entre os produtos de cada categoria. As opções de bebedouros vão dos simples (recipientes de plástico) aos automáticos e às fontes. De maneira similar, os comedouros podem ser simples ou suspensos que são descritos como “anti-formiga”.

Nesta classe de utilitários também compreendo os acessórios e outros produtos variados, tais como: camas, bandanas, elásticos para pelos, gravatas, meias, roupas, tattoo pet, “rabicó” pet e capa de chuva. Além destes, outros itens utilitários são: copo limpa patas, escova massageadora a vapor, protetor de banco, rasqueadeira, removedor de pelos (para roupas de humanos), roupa protetora e pós cirúrgica, colares elizabetanos. Além disso, encontrei também os chamados “educadores sanitários”.

Dentre os artigos para felinos, as opções se aproximam às existentes para os cães. No grupo dos utilitários encontrei coleira para gatos, “educadores” para gatos, refil para cama suspensa, rede de cadeira para gatos, camas e comedouros apresentado como com formato “anti-stress”, “anti bactéria” e “anti derrapante”. A classe dos itens “educadores” é

interessante para pensar a readequação dos hábitos dos animais para que possam conviver com os humanos., pois assim como descreve Jean Segata (2012b):

[...] latir, rosnar, urinar, mostrar as garras foram algumas das vantagens evolucionárias que permitiram que cães e gatos garantissem a sua alimentação ou protegessem o seu território e prole. Mas isso não combina com a decoração da sala de estar de nenhum apartamento [...] (Segata, 2012b, p. 207)

Se enquadram também nos utilitários as caixas de areia, “banheiras inteligentes”, tapete coletor de areia e as próprias areias higiênicas para gatos, que podem ser comum, premium ou super premium e podem ser encontradas nas formas areia, areia sílica, granulada e granulada de madeira.

No grupo de brinquedos para cães encontrei itens que podem ser classificados em: mordedores/roedores, mordedores + comedouros, bolinhas, pelúcias, brinquedos de borracha (frango e galinha) e frisbee. Apesar de serem poucos itens, cada classe desses brinquedos é ofertada em grande quantidade, com aparência diversificada. Dentre os mordedores, por exemplo, estavam expostas mais de 10 variações do item.

As diferenças entre os produtos para cães e gatos se encontram nos brinquedos. Enquanto para os cães boa parte do corredor de brinquedos é ocupado por mordedores e bolinhas, os brinquedos voltados para os felinos apresentam outros propósitos. (a principal separação observada foi que os brinquedos para cachorro são para morder e para felino são para arranhar/caçar). Dentre eles estão: bolas com guizo, bolinhas comuns, bichinhos com pluma (geralmente no formato de rato ou peixe), bolinha de papelão montável, rato de papelão, saquinho com catnip, varinha de pesca com ou sem catnip, arranhadores, arranhadores de papelão e arranhador com bolinha anti stress. No caso dos gatos, a oferta de brinquedos com catnip ou outras ervas é recorrente. Além desta versão, também encontrei a catnip²⁶ desidratada ou em spray..

A variedade de produtos expressa a importância que os humanos dão aos seus animais de estimação, ao mesmo tempo em que demonstra a mobilização das empresas deste setor para produzir e tornar seus produtos essenciais para intermediar as relações diárias de alimentação, higiene e lazer.

²⁶ Também conhecida como “erva do gato”, é uma planta (*Nepeta cataria*) que promove efeitos de relaxamento em gatos domésticos.

3.2 O que nos dizem as embalagens? Uma análise da construção do significado de “cuidado” nos produtos pet.

A análise dos rótulos e embalagens servirá para compreender como a ideia de “cuidado” é construída e quais sentidos esses produtos ganham dentro das relações da família multiespécie. Levando em consideração que as práticas cotidianas são meios de construção desse parentesco, essa etapa deste trabalho ajudará a identificar os aspectos fundamentais do conceito de família multiespécie.

Entre a definição dos conceitos de “cuidado” e “bem-estar” por parte das empresas e a decisão de consumir por parte do tutor existe todo aparato técnico e político voltado para o desenvolvimento de estratégias de marketing e para a construção de uma linha de diálogo com os consumidores. Assim como aponta o trabalho de Steiner (2012):

As transformações da relação comercial, sobretudo a imbricação do produto com o serviço pós-venda, e as tecnologias de acompanhamento e de mapeamento dos consumidores permitem às organizações comerciais manter todo um conjunto de laços com seus clientes. Esses dispositivos comerciais, evidentemente, fazem parte das relações sociais de nossas sociedades modernas, mas deve-se acrescentar a isso que as relações são instauradas pela lógica comercial de organizações que procuram por meio disso aumentar suas fatias de mercado e, se possível, aumentar seus ganhos. (Steiner, p. 115, 2012)

A partir desse mapeamento dos produtos disponibilizados na loja, podemos iniciar a análise dos rótulos e embalagens dos produtos descritos para compreender como os direcionamentos oferecidos pelas empresas do mercado pet influenciam na construção de dinâmicas cotidianas da família multiespécie, e conseqüentemente, na formação de um parentesco entre humanos e seus animais de estimação. As descrições dispostas nas embalagens destes produtos reforçam o que seria o “cuidado” correto e convencem sobre a necessidade dos itens na relação com o animal de estimação. Essa categoria é acionada para demonstrar a relevância do produto nas atividades cotidianas com o animal. O posicionamento do mercado e as relações econômicas dos tutores não se limitam a ações racionais, pois nem mesmo noções como “bem-estar” e “necessidades” podem ser interpretadas de maneira puramente objetiva. Essa perspectiva se alinha à Zelizer, pois:

[...] ao superar a oposição entre intimidade e economia, a análise dos mundos conectados de Zelizer nos oferece uma alternativa para pensar sobre a dinâmica da vida social, não apenas pelo viés das instituições, das organizações, dos valores e da racionalidade, mas também a partir do enraizamento e da relação com os aspectos sociais, culturais e afetivos que permeiam a vida dos indivíduos. (Milanês, 2020, p. 2)

Primeiramente, os produtos de alimentação (seca, úmida e petiscos) trazem nas embalagens características de suas composições. Observei isso na quantidade de alimentos

que possuem nas embalagens descrições que dizem ter ingredientes naturais na fabricação e focam nessa informação. Embora não cite diretamente a palavra “cuidado”, esses produtos geralmente apresentam outros termos que remetem aos aspectos positivos para a saúde e a vida do animal de estimação, ou seja, reforçam a prática de uma guarda responsável. Nesse sentido, vemos a seguir três exemplos do foco na composição de cada produto que são associados com a saúde do animal e com a relação de carinho e cuidado.

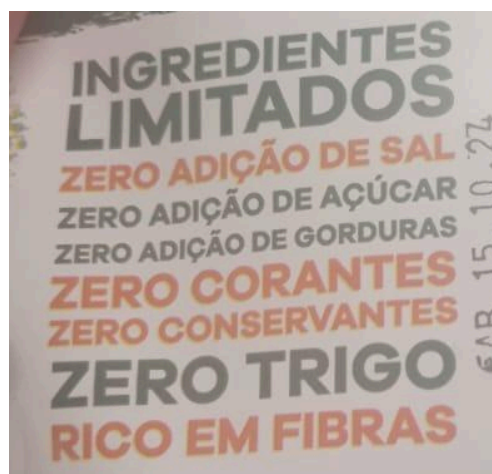


Imagem 29: Petisco cães 1
Fonte: Arquivo pessoal.

Esse petisco possui na composição Farinha de Aveia, Farinha de Arroz, Fécula de Mandioca, Ovo, Melaço, Farinha de Linhaça, Queijo em pó, Extrato de Leveduras, Azeite de Oliva, Lecitina de Soja Não Transgênica, Semente de Chia, Goma Xantana, Goma Guar, Alecrim, Açafrão da terra (Cúrcuma), Pimenta Preta. Além desse marketing voltado para a naturalidade da composição, a embalagem acompanha uma mensagem: “Para o seu melhor amigo, com amor e carinho”.

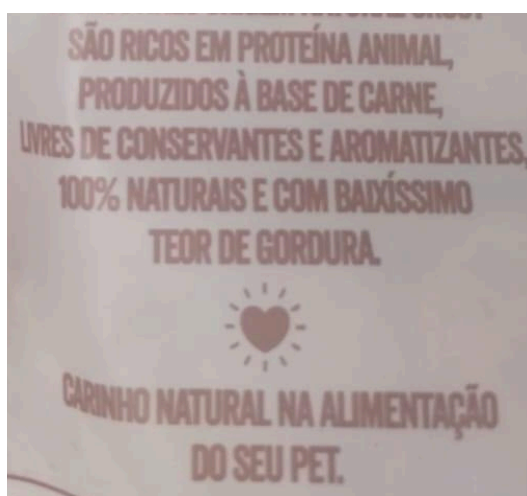


Imagem 30: Petisco cães 2

Este possui na composição carne mecanicamente separada de frango, pulmão de suíno, banana, maçã e mirtilo. Novamente, o carinho e cuidado com o animal está atrelado à qualidade do produto. E o mesmo ocorre com o seguinte sachê, que traz como benefícios: antioxidantes naturais, pele e pelos saudáveis, baixo sódio e anti-inflamatórios naturais:

Patê Cães: Preparada para o seu melhor amigo, com amor e carinho! Composição: peito de frango, moela de frango, abobrinha, chuchu, cenoura, batata, beterraba, brócolis, ervilhas, maçã, óleo de girassol, água, lecitina de soja não transgênica, aveia em flocos, semente de chia, semente de linhaça, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, algas, goma xantana, alecrim, açafraão da terra (cúrcuma), pimenta preta (piperina), Vitaminas (A, D3, E, K3, B1, B2, B6, B12, C, niacina, ácido pantotênico, ácido fólico, colina, biotina) e minerais (zinco, ferro, selênio, cobre, manganês, iodo). Eventuais substitutos: Lecitina de girassol.

Nestes produtos os sentimentos de carinho, cuidado e amor são retratados por parte das empresas que oferecem opções que são descritas pelas marcas como “mais saudáveis” e “naturais”, noções que aparecem constantemente em relação. Podemos dizer então que existem, nesses exemplos, uma duplicidade de convencimento. Nesse sentido, não se trata apenas de comprar comida, mas de comprar o que é vendido como “comida saudável e natural” e isso se torna o gesto de amor pelo animal:

Petisco cães 3: É um petisco crocante e delicioso que seu cão vai adorar! Ofereça diariamente como forma de agrado, recompensas e treinamento. Fortaleça a relação de amor entre você e seu cão dando a ele o que existe de melhor. Ele vai agradecer por ter um dono como você.

Petisco cães 4: Carne mecanicamente separada de frango, miúdos bovinos, miúdos suínos, farinha de carne e ossos, farinha de vísceras de aves, amido modificado, fécula de mandioca, hemoglobina, cloreto de sódio (sal comum), goma xantana, hidrolisado de fígado de frango, propileno glicol, sorbato de potássio, glicerina, ácido propiônico, extrato de alecrim, ácido cítrico, nitrito de sódio, aroma de maçã, aditivo prebiótico (mananoligossacarídeos, frutooligossacarídeos, galactoligossacarídeos e β -glucanos), cúrcuma e farinha de trigo.

Petisco cães 5: Carne mecanicamente separada de frango, miúdos bovinos, miúdos suínos, farinha de carne e ossos, farinha de vísceras de aves, amido modificado, fécula de mandioca, hemoglobina, cloreto de sódio (sal comum), goma xantana, hidrolisado de fígado de frango, propileno glicol, sorbato de potássio, glicerina, ácido propiônico, extrato de alecrim, ácido cítrico, aroma de frutas vermelhas, aditivo prebiótico (Mananoligossacarídeos), blueberry, cúrcuma, alecrim e farinha de trigo.

Petisco cães 6: Moído de cordeiro, farelo de arroz, farinha de cordeiro, amido modificado, fécula de mandioca, hemoglobina, cloreto de sódio (sal comum), goma xantana, hidrolisado de fígado de frango, propileno glicol, sorbato de potássio, glicerina, ácido propiônico, extrato de alecrim, ácido cítrico, aroma de fumaça, hidrolisado de salmão, linhaça e farinha de trigo.

Outro ponto interessante é perceber como valores éticos que influenciam no consumo também aparecem nos produtos para os animais. Além da alimentação natural, outro exemplo é o produto apresentado com o selo de galinhas *cage free*, ou seja, os ovos utilizados em sua composição provém de galinhas livres de gaiolas. Observamos nessas embalagens a ideia de um alimento que é considerado pelas empresas como “saudável” e “ético”.

Sobre isso, é interessante pensar que a crítica aos alimentos ultraprocessados e a crueldade com animais é levada para os produtos voltados para pets. Outro selo recorrente nos artigos de alimentação é o “SuperFoods”, apresentado como sinônimo de saúde:

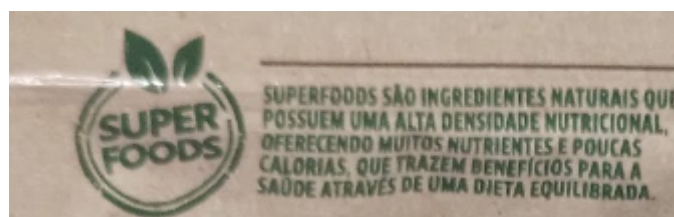


Imagem 31: Superfoods
Fonte: Arquivo pessoal

Essa descrição exposta no rótulo de um produto é corroborada pelo artigo de Ortelam et al. (2022), na medida em que:

[...] o conceito "superalimento" é considerado um termo de marketing claramente definido e usado para descrever alimentos ricos em nutrientes e ingredientes alimentares, ou para aqueles alimentos que são considerados bons para a saúde. (Jesus 2019 *apud* Ortelam et al. 2022, p.1128)

No caso de um dos sachês analisados, é colocado também o selo de “Proteína Certificada”:

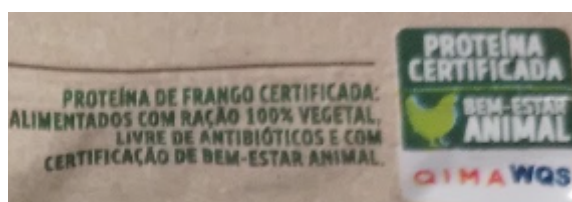


Imagem 32: Proteína certificada
Fonte: Arquivo pessoal

Ao pesquisar sobre essa certificação no site da organização apresentada no produto, é perceptível a vinculação deste tipo de certificação com noções de qualidade do produto, fator decisivo nas estratégias empresariais para impulsionar os itens da marca:

Garantir o bem-estar do rebanho através de um manejo adequado se tornou um modelo essencial na criação e no abate de animais. Por meio de práticas sustentáveis, os requisitos precisam atender a uma série de fatores, que vão da ética à melhoria da qualidade do produto, passando pelo respeito ao meio ambiente.

O consumidor final está cada vez mais bem-informado e exigente. Para a indústria do setor alimentício, apenas ter a certificação em Bem-estar Animal não é o suficiente para se alinhar com as perspectivas do cliente, é preciso conseguir se comunicar com clareza. O Selo de Bem-estar Animal QIMA/WQS cumpre o papel de fazer essa informação chegar não só ao usuário que pega o produto nas prateleiras, mas a todas as esferas do mercado.²⁷

O impacto dessas certificações e noções sobre o “bem-estar” animal em produtos encontrados em pet shops é interessante, na medida em que observamos como a construção de ideias de “práticas corretas” se torna determinante para a abertura de mercados.

²⁷ Disponível em: <https://wqs.com.br/food-certification/bem-estar-animal>

Compreendo que esses fatos são similares ao que é discutido por Graciela Froehlich (2019) em seu artigo sobre o processo de ambientalização na produção de carne, no que diz respeito às considerações éticas que produzem novas práticas de mercado:

A incorporação da crítica ambientalista pelas empresas e sua versão em medidas efetivas voltadas à reorganização da atividade produtiva, à implantação de sistemas de certificação orientados por princípios de sustentabilidade e, como desdobramento, em ações de marketing, se apresentam como uma fonte de legitimidade junto ao mercado e à sociedade. Essas dinâmicas de crítica e de contestação que atravessam a organização do processo de trabalho, os mercados e as relações com a natureza constituem-se como uma nova roupagem das complexas dinâmicas de ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2006) (Froehlich, 2019, p. 18)

O discurso de práticas corretas “ao agregar lucratividade material e simbólica aos discursos e às práticas “ambientalmente corretas” (Froehlich, 2019, p. 18) se tornam instrumentos desse mercado. Nesse sentido, observamos nos produtos do mercado pet junto às descrições dessas certificações, o apelo moral que o produto reafirma: “Naturalmente saudável (sem corantes, conservantes e aromatizantes), delicioso (preparado com frango desfiado, vegetais e grãos selecionados, com um molho irresistível) e nutritivo (rico em proteínas, vitaminas e aminoácidos essenciais).”

Sobre os “dilemas” da alimentação dos animais de estimação, podemos pensar a questão das rações vegetais discutida por Abonizio e Baptistella (2016b). Esse tipo de alimento pode ser tomado como exemplo dos questionamentos por parte do tutor, principalmente os vegetarianos e veganos. Assim como apresentam as autoras:

Diante disso, há um dilema entre as opções de comprar carne para outros animais, em espécie ou em forma de ração, ainda que o próprio sujeito não consuma, ou oferecer uma dieta vegana aos animais que tutela, obrigando-os a uma conduta moral que não faria parte de seu rol natural de escolhas. As soluções para esse dilema podem residir no mercado, de onde vemos emergir marcas rações vegetais para cães e gatos que se aproveitam desse paradoxo para veicular seu produto oferecendo a possibilidade de livrar o dono da culpa pela morte dos animais de criação utilizados na produção das rações comuns. (Abonizio e Baptistella, 2016b, p. 107)

O que mais nos importa nesse debate é como a moral atravessa os discursos do mercado pet, sejam em embalagens ou campanhas publicitárias. A construção de uma noção de “cuidado” por parte das empresas desse setor está constantemente vinculada ao “bem-estar” do animal ou ao “melhor produto”. Junto a isso, as convicções morais, políticas e econômicas do tutor também influenciam nas decisões tomadas em prol do animal:

Não muito diferente do que acontece com crianças que se alimentam mal, a culpa é de quem carrega a carteira e é – ou deveria ser – a autoridade na compra e na decisão de consumo dos menores tutelados. Com cães e gatos a situação se repete: é

o tutor o responsável pela alimentação adequada e deve, tanto quanto no caso dos humanos menores estimados, – consultar os especialistas, sejam eles, neste caso, os veterinários ou os fabricantes de ração. Além das rações especiais, vemos crescer a prática de cozinhar para os filhos e filhotes, ambos, crianças e bichos, devem ser alimentados por uma comida mais natural, caseira, sem conserva tendência que se que se manifesta através de “uma indústria de rápido florescimento de livros de receitas para cães e gatos”. (Kulik, 2009: 500) (Abonizio e Baptistella, 2016b, p. 116)

Ao mesmo tempo em que as empresas incorporam uma noção de “práticas corretas” ou de “bem-estar animal” elas produzem, por meio das descrições de seus produtos, sentidos e práticas a serem adotadas pelos tutores na criação de seus pets. Ao observarmos a variedade de itens voltados para esse convívio entre humano e animal e identificarmos a relação com o apelo moral destes produtos, compreendemos a importância do animal de estimação na contemporaneidade que participa das relações enquanto um sujeito.

Ao analisar o rótulo de uma ração para gatas gestantes, me chamou a atenção o fato de que a preocupação com o pet é abordada, pelas empresas, inclusive antes de seu nascimento. Nesse caso, o cuidado da mãe está diretamente ligado ao do filho e é expresso pela frase “Dê ao seu filhote um começo de vida saudável!!”. Essa ramificação de produtos (filhotes, adultos, gestantes, raças, temperamentos) demonstra o foco do mercado pet em abranger seus artigos para os mais variados contextos de atenção ao animal.

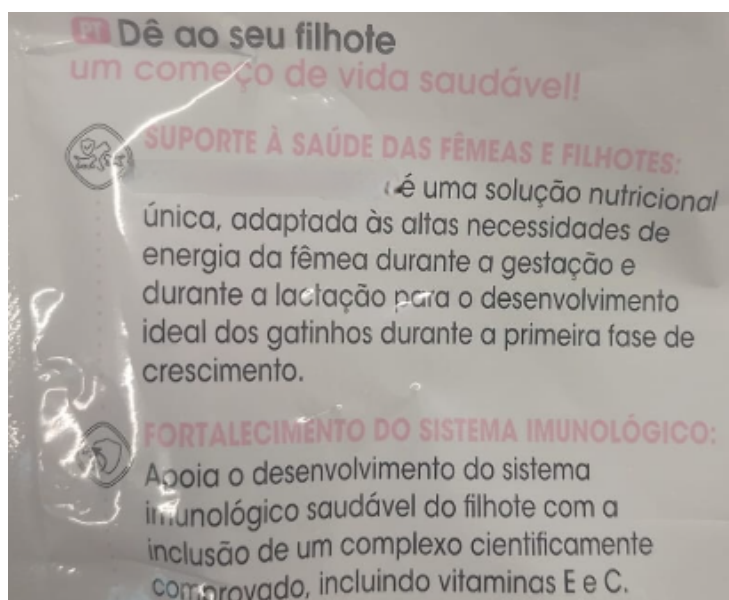


Imagem 33: Ração específica para gestantes
Fonte: Arquivo pessoal

Com relação às indicações sobre o “cuidado” com os animais de estimação dispostas nos rótulos, os produtos de alimentação que apresentam essa prática trazem as seguintes frases: “Ofereça ao seu cão para agradá-lo, como recompensa por alguma tarefa realizada ou

para demonstrar todo seu carinho. Deixe sempre água limpa e fresca no pote de seu cão.” e “leve com frequência ao veterinário”. Apesar de não ter relação direta com o produto, essas frases expressam o que seriam de acordo com o mercado as práticas corretas de um ponto de vista técnico ou profissional, no cuidado com os animais de estimação. Assim como aponta Bernardo Lewgoy (2016), observamos uma construção de discurso por parte das empresas desse setor, que ajuda a moldar um ideal de relação com o animal de estimação:

A retórica publicitária de rações é uma das esferas de maior pedomorfização dos cães, sendo comuns imagens de cães em situações íntimas, com alegres goldens retrievers - uma das raças prediletas da publicidade - brincando com crianças em verdes jardins de casas de famílias felizes. Nesta ótica, o *pet* ideal é o filhote de uma raça específica, adquirido em tenra idade, que serve para a felicidade e socialização dos filhos de famílias integradas e funcionais. Não raro a indústria da ração distribui folhetos sobre saúde e tipos de rações adequadas às diferentes idades dos animais, sempre sob a supervisão do veterinário - o novo médico da família - que frequentemente vende com exclusividade algumas marcas de rações Premium. (Lewgoy, 2016, p.225)

A importância atribuída à escolha da ração apareceu na fala de Fabiana, que destacou o auxílio de uma amiga veterinária na hora de escolher qual seria o alimento de Mia. Com isso, observa-se a construção de uma alimentação ideal: sem conservantes, com “alimentos mais naturais”, mesmo que seja um produto industrializado:

P: E como você escolheu a ração?

R: Eu tenho uma amiga veterinária e quando a Mia chegou eu achava que Pedigree e Dog Chow ainda era uma ração muito boa e aí eu conversando com essa minha amiga ela indicou outras que têm menos conservantes. E aí eu optei em pegar uma que é “salgado” o preço mas que dá pra gente comprar. [...] A gente optou por começar uma que é de alimentos mais naturais. Não é pra raça específica, porém os alimentos são mais naturais. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

A escolha dos produtos a serem agregados ao cotidiano da família é impactada, dentre muitos outros fatores, pelo gosto e personalidade de cada animal. Essa consideração é a maneira pela qual os tutores expressam a orientação de suas escolhas, já que é comum as pessoas se referirem aos gostos específicos de cada animal como direcionamento a quais rações, petiscos ou brinquedos devem ser comprados, assim como é discutido por Renata Toma (2021):

O reconhecimento de gostos e vontades próprios dos cães é comumente percebido em diversas situações. Não raro os donos compram ou cozinham os alimentos que eles parecem gostar mais de comer – há uma cachorra que, quando fica na casa da “avó”, recebe os flocos de ração embrulhados em pedaços de frango, e cães que são alimentados com carne de javali e cordeiro - e reconhecem as vontades do animal de passear, ficar no colo, tomar banho, brincar e subir na cama, dentre muitas outras. Essas características são válidas também na hora de escolher produtos. Se a estampa de um acessório reflete o gosto do dono ou a sua interpretação da

personalidade do animal, os objetos do dia a dia podem ser escolhidos por ele mesmo. Há humanos que interpretam o olhar fixo do cão para algum produto do pet shop como vontade de consumi-lo ou tê-lo, e partem da escolha do animal para decidir qual opção comprar. Já em 2010 era possível observar cachorros sendo consultados a respeito da cama que preferiam, com as alternativas postas no chão para que eles pudessem escolher. (Toma, 2021, p. 185)

O reconhecimento dos gostos individuais de cada animal apareceu também nas entrevistas realizadas, tanto com a protetora Liliany e com Fabiana:

P: Você tem uma lista de coisas que a pessoa precisa comprar ou ter pro animal?

R: Eu separo, porque tem os gatos que são metidos (esses que eu peguei de adoção que a dona faleceu) eles só comem a Golden e a Golden é muito cara. Aí tem o Duke que só gosta de comer a Dog Chow e já tem os outros que eu já resgatei da prefeitura que comem qualquer coisa... Então assim, são separados porque é de acordo com cada animal. Aí tem os poodle que são velhão, não tem mais dentes e tem que comer ração de filhote e mesmo comendo de filhote tem que acrescentar mais alguma coisa... Aí eu gosto muito de comprar fígado e cozinhar, bater tudo no liquidificador pra fazer meu próprio patê pra dar pra eles. Pra todo mundo! Dos gatos aos cães. E cenoura crua, que eles mordem e limpam os dentes todinhos. (Entrevista com protetora Liliany realizada em 18/12/2025)

P: Quais os principais produtos que você usa no dia-a-dia?

R: Ração, pasta de dente, o limpa lágrimas e o limpa orelhas. E a gente também comprou um creminho hidratante pra patinha dela que a gente passa uma ou duas vezes na semana. Algodãozinho também pra limpar, os produtinhos de banho dela, o perfuminho dela.

[...] A gente também achou um petisco natural, que ela acostumou a comer triturado por cima da ração. Tem cúrcuma, tem maracujá, tem um monte de coisas que é bom pra ela. E frutas normais. Ela ama melancia, melão, tudo fruta mais docinha e molhadinha ela gosta. Banana... Eu pesquisei na internet frutas que podem e que não podem. Tipo ela ama manga, mas tem que tomar cuidado essas frutas mais adocicadas que é o estilo de fruta que ela gosta pra futuramente não dar diabetes nela, então a gente controla. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

Por outro lado, também aparecem nos produtos frases diretamente voltadas às relações criadas entre humanos e animais, que são abordadas a partir de uma perspectiva de intimidade e companheirismo:

Petisco cães 7: Momentos de interação e cuidado podem se tornar ainda mais especiais! Com opções saudáveis, saborosas e crocantes, esta linha de biscoitos é a escolha ideal para você e o seu pet ficarem ainda mais conectados, seja na hora de brincar, nos treinos ou no aconchego de um fim de tarde. Feitos com ingredientes integrais, frutas e preparados com muito carinho, ainda oferece benefícios que auxiliam a saúde e o bem-estar de seu cão.

As descrições dos produtos alimentícios para gatos se aproximam do que foi encontrado nos itens para cães. Neles, o “cuidado” remete à saúde do animal:

Petisco gatos 1: São snacks saborosos que ajudam a cuidar do seu gato, contribuindo para um pelo macio e brilhante.

Em outros produtos as mensagens remetem à supervisão do animal e ao vínculo criado entre tutores e seus animais de estimação. “Cuidado” e “vínculo” andam juntos como duas dimensões da performatividade criada por estas embalagens:

Petisco gatos 2: Compartilhe momentos amorosos e divertidos com este delicioso petisco feito com carne de verdade que foi desenvolvido para fazer seu gato explorar diferentes formas, cores naturais e sabores. Além disso, contém proteínas e vitaminas para ajudar o seu gato a ter uma vida saudável e feliz. É hora da festa!

Petisco gatos 3: Foi desenvolvido para proporcionar ao seu grande amigo uma vida mais saborosa e divertida. Ofereça ao seu gato como uma deliciosa guloseima entre as refeições e também para lhe mostrar o seu afeto. É um alimento à base de carnes frescas, com fonte de taurina, ômega 3 e 6.

Petisco gatos 4: Servir diretamente da bisnaga ou em uma tigela ajuda a manter o vínculo forte entre o tutor e o seu gato.

Petisco gatos 5: É uma linha de petiscos naturais premium feitos com ingredientes nobres, selecionados e saudáveis, rico em proteína, com baixo nível de gordura e sem conservantes artificiais. Conheça e ofereça, o seu gato irá adorar! É a fina combinação de peito de frango e peixe de águas frias no formato de um lindo sushi, harmonizando sabor, maciez e requinte em um produto único.

Ingredientes: Carne de frango, carne de peixe, amido de batata, proteína de soja isolada, glicerina vegetal. [...] Supervisione sempre seu gato quando premiá-lo com esse produto.

Em certa medida, os alimentos para cães e gatos trazem também na embalagem o direcionamento de que toda mudança na alimentação dos animais deve ser feita de maneira gradual, além da recomendação de visitar o veterinário com regularidade.

Nesse sentido, o apelo moral presente nas frases dos itens de alimentação se diferencia das dispostas no rótulo de brinquedos que abordam o “cuidado” em outros sentidos:

Brinquedo cães 1: Produto exclusivo para animais domésticos; não deixe o brinquedo com seu animal sem supervisão; apropriar o produto a idade, tamanho e temperamento do seu animal; lembre-se, nenhum brinquedo é indestrutível; retire do seu animal ao ver sinais de deterioração; não permita que seu animal mastigue ou engula partes do produto; não permita que seu animal use um produto quebrado ou danificado; aconselhável higienizar em água corrente.

Brinquedo cães 2: Sua utilização deve ser supervisionada. Caso seja danificado ou alguma parte se solte durante a brincadeira, descontinue o uso e descarte em local adequado. Mantenha fora do alcance de crianças. Composição: 100% poliéster. Brinquedo não recomendado para cães de médio e grande porte.

Como podemos perceber, o “cuidado” neste caso aparece no sentido de adequar o brinquedo ao animal e estar atento durante o uso. Nesta categoria de produtos, os benefícios para a saúde também aparecem nas descrições, reiterando sua eficácia. No quesito de sua composição, aparecem recorrentemente a menção de que são produtos atóxicos e resistentes:

1UN - Uso Animal - 100% Vinil
Não Tóxico - Val. indeterminada

Imagem 34: Exemplo de descrição de brinquedo atóxico 1.
Fonte: Arquivo pessoal

- Produto Atóxico;
- Produto destinado para animais de estimação;
- Não indicado para crianças;
- Deve ser usado com a supervisão de um humano;
- Produto é feito de um material resistente, mas não indestrutível.

Imagem 35: Exemplo de descrição de brinquedo atóxico 2
Fonte: Arquivo pessoal

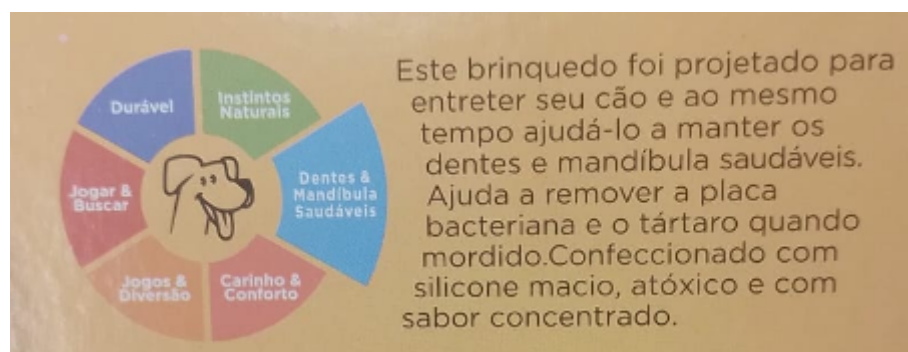


Imagem 36: Exemplo de descrição de brinquedo atóxico 3.
Fonte: Arquivo pessoal

Já nas questões de melhorias para a vida dos cães os mordedores apresentam descrições como: “auxilia na saúde bucal”, “alívio do estresse”, “estimula a mastigação”, “massageia a gengiva e previne tártaro”, “estimula brincadeira saudável”.

Brinquedo cães 3: Um brinquedo mastigável fantástico, com múltiplas texturas, excelente para massagear as gengivas, auxiliando na prevenção do tártaro. Perfeito para mastigar, jogar e buscar. Estimula a brincadeira saudável.

ATENÇÃO: Produto exclusivamente destinado para uso animal. Manter fora do alcance de crianças. Adequar ao tamanho e temperamento do cão. Supervisione o animal durante o uso, e substitua imediatamente o produto ao notar sinais de desgaste. Não permita que seu animal arranque ou engula partes do produto.

Brinquedo cães 4: Utilize sempre com supervisão e inspecione o brinquedo frequentemente. Substitua caso esteja muito danificado ou pequeno que possa ser engolido. Antes de adquirir esse brinquedo, verifique com o veterinário se o cão possui algum problema bucal e se ele recomenda ou restringe o uso deste tipo de produto mais rígido. Mantenha a saúde bucal do seu cão em dia e sempre com orientação e acompanhamento de um veterinário ou odonto-veterinário. A segurança do seu cão é sua responsabilidade. O objetivo do brinquedo é satisfazer a necessidade de destruição da forma mais segura possível.

Brinquedo cães 5: Ocupa o seu cão e desencoraja a mastigação destrutiva; Limpa os dentes e exercita os músculos da mandíbula; Textura de madeira real; Aromatizado com ingredientes não animais; Recomendado por veterinários.

Satisfação Cães mastigam por natureza! Deixam os cães felizes, são brinquedos duradouros e com sabor para mastigar, combatem o tédio e a ansiedade.

Foco: Mantém os cães ocupados por horas para ajudar a incentivar a mastigação adequada, em vez de destruir.

Saúde dental: Ajudar a mastigação e limpa os dentes, massageia a gengiva, refresca o hálito e exercita os músculos da mandíbula.

São brinquedos para mastigar e não devem ser comidos ou ingeridos. Nenhum brinquedo é indestrutível. Inspecione o brinquedo com frequência quanto a danos e remova ou substitua e estiver gasto ou quebrado. Este brinquedo para mastigar pode ser lavado à mão com água morna e sabão e depois enxaguado.

Para os gatos a maioria dos brinquedos vinham acompanhados da “Erva do gato” e eram descritos como voltados para o alívio de estresse e ansiedade do felino:

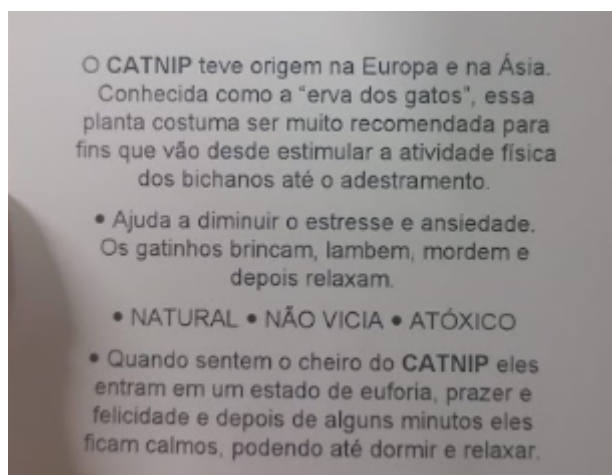


Imagem 37: Descrição brinquedo com catnip
Fonte: Arquivo pessoal

Outro exemplo de produtos voltados para gatos cita sobre estimular o ato de caçar do felino, que promove o “bem-estar” do animal:

Indicação

Gatos de todas as raças, tamanhos e idades

Objetivo

Proporcionar bem-estar físico, mental e emocional estimulando comportamentos relacionados à caça

Como brincar

Escolha um alimento seco que seu gato adore e encaixe no vão do corpo da lagartixa.

1º modo - Interativo

- ▶ Apresente a “presa” sempre com alimento ao seu felino e permita que ele interaja, brinque e coma o alimento várias vezes;
- ▶ Gradativamente realize movimentos suaves de fuga da lagartixa com as mãos, deixando que o gato se delicie ao final das atividades;
- ▶ Quando o felino estiver bem motivado arremesse as “presas” a curtas distâncias em um local seguro para que ele as capture e coma os alimentos.

2º modo - Ocupacional

- ▶ Distribua as lagartixas em locais visíveis e seguros que seu gato frequenta e acompanhe todos os comportamentos de caça até a finalização das “presas”. Pode-se utilizar os próprios grãos de ração caso você e seu felino queiram brincar diversas vezes ao dia.

Recomendações

Nunca ofereça o brinquedo sem alimentos;
 Monitore seu gato durante toda a brincadeira;
 Não permita que ele mastigue o brinquedo;
 Substitua o brinquedo caso esteja danificado;
 A segurança do seu gato é sua responsabilidade;
 Lembre-se que cada gato possui seu ritmo de atividade;
 Lave o brinquedo somente com água corrente e sabão neutro.

Pet feliz...
...é pet estimulado!

Exemplo da Vinci - Albert Einstein

Imagem 38: Brinquedo porta-petisco para gatos
Fonte: Arquivo pessoal.

No setor de higiene, a embalagem de uma escova de dentes apresentou a seguinte descrição:

Dicas para o bem-estar de seu pet: Mantenha o seu mascote e o ambiente onde ele fica sempre limpos. Leve-o sempre ao banho e tosa. Visite sempre um veterinário. Fique atento às datas de vacinação. Medicamentos, cosméticos, brinquedos e alimentos devem ser guardados separadamente. Objetos cortantes e pontiagudos devem ser mantidos fora do alcance de seu pet e crianças. Indicado para todos os pets cuja anatomia bucal permita a limpeza com esse tipo de escova.

Já a embalagem de uma roupa cirúrgica apresentava junto às instruções de uso as atenções necessárias sobre o produto:

Indicações: Uso animal em cirurgias abdominais de cães fêmeas e machos, esterilização de fêmeas, mastectomias, tratamentos contra estresse, problemas de pele e para evitar lambeduras e mordidas, conforme orientação veterinária. Instruções de uso Vista a roupa começando pelas patas da frente do pet, em seguida feche o velcro atrás do pescoço para facilitar a colocação das patas de trás e o fechamento do zíper. Caso seja um cão macho, a roupa protetora possui uma abertura opcional para que o órgão genital fique exposto. Importante: Retire a roupa do seu pet diariamente para certificar que esteja confortável, sempre seca e adequada ao tamanho dele. A Roupa Protetora nunca deve ser utilizada por longos períodos, sem necessidade e sem orientação veterinária. Atenção: este modelo não deve ser utilizado em gatos.

De maneira similar aos brinquedos, o copo limpador de patas para cães e gatos também chama atenção para que o uso seja feito com supervisão e não permita que o animal utilize um produto quebrado ou danificado. A embalagem desse produto também chama atenção para que o item seja apropriado para a idade, tamanho e temperamento do animal.

O rótulo de uma areia para gatos indica o objetivo de seu produto a partir da descrição dos “sinais de alerta” da saúde do animal e como ele ajuda a resolver:

A mudança do comportamento habitual dos gatos é um sinal de que algo pode estar fora do padrão. É nesse momento que devemos ficar ALERTAS com a saúde do nosso felino, e para auxiliar a detecção de um possível problema renal.

Já o rótulo de um tapete coletor de areia para gatos apresenta descrições de formas de cuidado com o felino: “Mantenha sempre água limpa e fresca. Tenha um tempo de qualidade com ele e leve sempre ao veterinário.”

De maneira geral, os itens destinados à higiene e ao banho de cães e gatos como shampoos e condicionadores, por exemplo, vêm acompanhados de descrições de como o produto permite um “banho agradável” ao animal, além de ajudar na “manutenção da saúde do animal (pelo, bucal, etc). É o caso, por exemplo, deste shampoo:

Foi especialmente desenvolvido para oferecer carinho e proteção durante o banho do seu gato. Com aloe vera, rico em emolientes, que promove hidratação dos pelos. Contém também Óleo de Coco, um potente condicionador natural, que associado ao D-Pantenol reduz o frizz e mantém a pelagem com brilho e maciez.

Uma marca específica, que possui produtos com diversos propósitos (areia higienica, tapete higiênico, shampoo e condicionador, eliminador de odores, lenços umedecidos, acessórios para higiene) me chamou a atenção por dispor em suas embalagens, com frequência, a seguinte mensagem:

Escolher um pet não é só sobre ter um amigo fiel. É também ser escolhido por ele. É o cuidado de todos os dias com dedicação e carinho, sem pedir nada em troca. É ter mais do que um amigo, é saber que a família cresceu e que a alegria e o companheirismo vieram com ele. É ensinar, aprender e cuidar.

Ainda dentre os itens de higiene, o kit para coleta de fezes dos animais é apresentado em opções que beneficiam o meio ambiente, tais como: biodegradáveis ou ecogreen. Novamente trazendo as certificações como atrativo do produto. Com relação às mensagens de cuidado para este produto aparecem novamente a supervisão ao acesso de crianças e animais de estimação, por ser um item sufocante plástico.

Já com relação aos itens utilitários, a fonte de água chama a atenção para o consumo de água dos animais de estimação e defende que o produto auxilia na manutenção da saúde e da hidratação do animal.

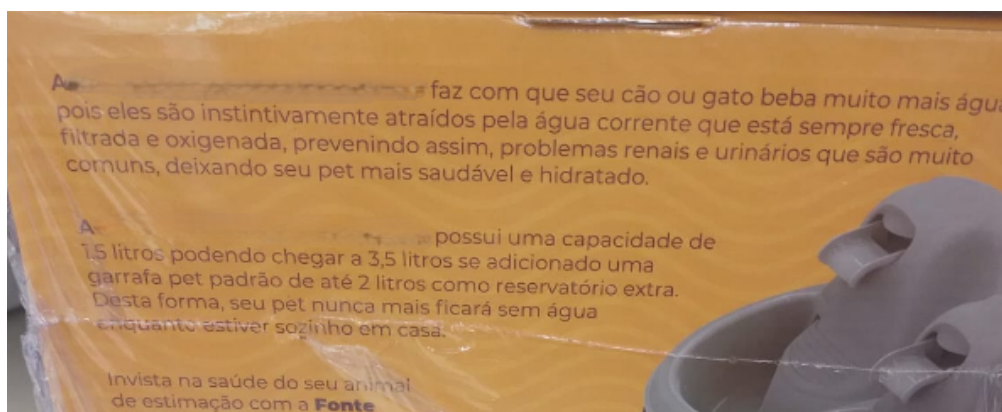


Imagem 39: Caixa de uma fonte de água
Fonte: Arquivo pessoal

Ainda na classe de utilitários, os produtos “educadores” são instrumentos de adequação do animal à convivência com humanos. Mesmo sem ter tido ajuda profissional a tutora Fabiana me contou que ensinou alguns truques e realizou alguns treinamentos com Mia:

P: E até hoje você sentiu a necessidade de adestramento ou de utilizar produtos educadores?

R: Desde quando ela veio eu tentei de certa forma adestrar da melhor forma possível. Então por exemplo: eu ensinei onde fazer xixi, onde ela pode fazer cocôzinho. Eu comprei esses negócios de “não pode”, “pode” também pra adestrar. Ela aprendeu a deitar, sentar, rolar... Se eu falo “não!” Ela não faz, se eu falo pra ela ficar, ela fica. Mas já pensamos também em pegar um adestrador profissional, só que por questões financeiras a gente acabou não fazendo. Mas desde que ela chegou eu já comecei a ensinar o que pode, o que não pode... do meu jeitinho mas eu consegui.

P: E dentro de casa ela circula livremente?

R: O único lugar que ela não entra é no banheiro, a gente limita, temos um portãozinho no banheiro pra ela não entrar. Ela pode andar na casa inteira, mas desde quando ela veio eu queria tirar a ansiedade dela com a gente. E vendo o vídeo eu peguei a dica de que era bom limitar os espaços dela quando ela chegou. Então às vezes eu deixava ela limitada num espaço e soltava pra ela entender que tá tudo bem a gente não estar do lado dela o tempo todo pra ela não causar essa ansiedade. E deu certo porque ela não tem ansiedade da separação

[...] E questão de subir na cama ela não consegue porque é muito pequenininha e a minha cama é muito alta (mas eu coloco ela na cama quando quer) e na sala, no sofá eu não deixo mas tem um motivo: pra preservar a coluna dela pro futuro. Então eu não deixo ela ficar subindo e descendo de lugares altos. (Entrevista com tutora Fabiana realizada em 12/01/2026)

Ao citar as preocupações com a possibilidade de ansiedade de separação, percebemos as similaridades entre humano e animal, pois como bem cita Segata “Hoje, eles são obesos, sofrem com o colesterol, o diabetes, a pressão alta, os problemas renais, e mais recentemente, com a ansiedade e a depressão.” (2012b, p. 207). Sobre isso, é interessante a abordagem de

Osório (2019) ao tratar sobre essa dinâmica de produção de similaridade entre produtos para humanos e para pets:

[...] Na esteira dos padrões de consumo humanos, o mercado pet parece criar a ficção de que nós e nossos animais podemos comer a mesma coisa quando o crescimento da indústria de rações aponta, exatamente, para o abandono da prática de alimentar cães e gatos com sobras das refeições humanas. (Osório, 2019, p. 58)

Por fim, apareceram também produtos que citam o “cuidado” com os animais, mas que também proporcionam praticidade e outras vantagens para os próprios humanos. O protetor de banco é anunciado com “Mantenha seu carro limpo, sem pelos, sem umidade e seu pet confortável”. Já uma outra opção de capa para estofamento de carro apresenta em sua embalagem descrições que nos permitem observar a existência de um “vai e vem” entre praticidade para os humanos e o cuidado com os animais em alguns produtos. E esse movimento existe porque são humanos e animais em relação:

Vai passear com os cães? Chega de bancos sujos, úmidos, rasgados e cheios de pelos. Além de proteger seu carro, seus pets vão ficar mais confortáveis e seguros. Com vão para passar cinto de segurança.
Vai para a praia? Com o protetor você pode levar as crianças para a praia, molhadas e cheias de areia, sem danificar ou sujar seu carro. Esqueceu a esteira? Use o protetor para deitar na praia.
Vai transportar volumes? Você pode transportar todo tipo de produtos no banco traseiro, ou no porta malas. Sem danificar, sujar ou molhar o estofamento ou o carpete do carro.

Outro exemplo deste “combo” entre praticidade para os humanos e “conforto” para os animais de estimação é a fralda que descreve como “resolvem o xixi fora do lugar e salvam a vida no período de cio. São anatômicas, super confortáveis, não assam, são hipoalergênicas e feitas com muito amor”. Em outras embalagens também aparece a mensagem “Saudável para seu pet, prático para você!”. Ainda neste tópico sobre praticidade para os tutores, um dos tapetes higiênicos laváveis analisados, por exemplo, apresenta os aspectos positivos para os humanos:

Até 80% mais econômico que os descartáveis. Sustentável, dupla camada absorvente, lavável à máquina, impermeável, aderente ao piso, retém até 1,6L de urina, resistente a rasgos, camada bacteriostática, sistema anti vazamento de parede, 4 pontos de fixação.

É interessante perceber que alguns bens poderiam ser classificados como fúteis para outras pessoas que possuem relações distintas com os pets, na medida em que não são necessários para a vida dos animais de estimação, mas que possuem um objetivo estético ou

que servem mais para facilitar o trabalho de “cuidado” dos tutores. Nesse quesito, observamos como a relação entre humanos e animais de estimação produzem novas necessidades que levam ao aumento de consumo dos produtos oferecidos pelo setor.

Após essa análise sobre o que embalagens nos dizem, voltemos para a classificação dos produtos e as considerações de seus atributos, de acordo com o que é descrito pelas empresas. Durante o processo de análise, as descrições foram consideradas dentro de categorias determinadas por mim. Nesse sentido, as categorias são: saúde, carinho (também foram consideradas as noções de vínculo e sentimento), qualidade, necessidade (também foram consideradas a ideia de instinto e comportamento), recompensa ou treinamento, estética, supervisão e recomendação de atendimento veterinário.

Dentre os produtos de alimentação, que incluem tanto as rações para refeições básicas diárias quanto os petiscos, descrições sobre saúde apareceram com maior frequência. Nestes produtos, dizeres sobre carinho/vínculo/sentimento também apareceram com regularidade. Outra categoria que apresenta relevância dentre os artigos de alimentação é a de “qualidade”, que remete constantemente à composição do produto. É interessante a combinação dessas categorias durante a descrição, por exemplo, a qualidade do produto pode estar correlacionada aos benefícios para a saúde do animal (“100% natural”, “orgânico”, etc). Com relação aos petiscos, apareceram a construção de sentido do produto a partir de treinamentos do animal dentro de uma lógica de recompensa. Tal dinâmica também está relacionada à modulação do instinto/comportamento do animal (adestramento), embora essa categoria não tenha aparecido com relevância dentre os itens de alimentação.

Já com relação aos brinquedos, as categorias que dominaram as descrições foram saúde e necessidade/instinto/comportamento. Novamente apareceram com frequência os ligamentos entre categorias, na medida em que determinado brinquedo ao ser utilizado para modular comportamentos e satisfazer necessidades específicas de cada espécie produz também benefícios à saúde do animal (bucal, psicológica, física).

Nos itens de higiene as categorias que superaram as outras foram carinho/vínculo/sentimento e supervisão. Todas apareceram em certa medida, exceto recompensa/treinamento. Os utilitários apresentaram as categorias de saúde, necessidade/instinto/comportamento, qualidade e praticidade como as mais recorrentes. O mais interessante dessa classe de produtos é que nela foram observados itens voltados mais às demandas de praticidades dos humanos, como o diferencial econômico, o fato de poder ser lavado em máquina ou de proteger os espaços dos pelos ou excrementos dos animais.

Assim como discutido, foi possível compreender que as prescrições de “cuidado” dos animais estão associadas ao modo de uso do produto ou às qualidades do mesmo. Além disso, foi recorrente embalagens que trazem dicas e explicam a importância de supervisionar os animais no momento das brincadeiras ou alimentação e incentivando a troca de água.

Independente da classe dos produtos (alimentação, higiene, lazer, etc) a palavra “cuidado” aparece com frequência. Ao interpretá-la enquanto uma categoria nativa, podemos observar a construção do sentido de “cuidado” pelas empresas. Os elementos que constroem essa noção de “cuidado” são expressos a partir de práticas com relação à saúde, à formação de vínculos e proporção de conforto ao animal.

Outros rótulos focam sobre a ideia de “bem-estar” dos animais de estimação e sobre o ato de incentivar as práticas de caça, principalmente de gatos, e de mordida, no caso dos cães. Nesse sentido, podemos pensar sobre essa dualidade: ao mesmo tempo em que são comercializados com a premissa de desenvolver os instintos “naturais” dos animais, esses produtos criam uma condição que os distancia da idealização dos “animais em seu estado de natureza”, tendo em vista que não necessitam de tais itens para sobreviver.

De maneira geral, tais frases e descrições de produtos criam, cada vez mais, a ideia de que a aquisição desses itens é fundamental para os animais de estimação - membros da família - e também para os tutores, como formas de cultivar e manter relações de “cuidado” e afeto. Vale ressaltar nessa dinâmica a existência da reflexividade dos indivíduos que decidem o que deve ou não ser utilizado no cuidado cotidiano com os pets.

Esses dados apresentam um aspecto moral do mercado pet, na medida em que o “cuidado” com os animais de estimação é um elemento constitutivo da família multiespécie. Esse “cuidado” também é acionado nas embalagens e rótulos por meio da palavra “carinho” que se torna um apelo emocional implícito às famílias que visitam a loja. A construção de um modelo de “cuidado carinhoso”, voltado para o “bem-estar” do animal está alinhado à prática de uma “guarda responsável” que é cumprida através do consumo.

Considerações finais

A construção do parentesco entre espécies e o reconhecimento do modelo de família multiespécie são fenômenos que reúnem elementos morais, políticos e econômicos. Estudos desenvolvidos no campo da antropologia das relações entre humanos e animais nos ajudam a analisar o encadeamento entre esses elementos, o que nos leva ao aprofundamento da compreensão sobre a participação de cães e gatos na vida social.

Ao serem reconhecidos como vidas moralmente valiosas, esses animais passaram a ser considerados na perspectiva jurídica e política, como sujeitos que devem ser protegidos. Casos de maus tratos, abandono e antigas políticas públicas como a chamada “carrocinha”, por exemplo, são hoje práticas inadmissíveis, moralmente e juridicamente condenadas. Todas essas transformações decorrem da mudança de sensibilidade com relação a esses animais, que se tornaram sujeitos e membros da família que devem ser protegidos.

No âmbito privado o novo status de cães e gatos também formulou mudanças, pois ao serem identificados e tratados como parentes, as relações entre humanos e seus animais ganham novos contornos. Pesquisas sobre outros modelos familiares humanos nos servem de base para refletir sobre o processo de constituição da família multiespécie, que propõe um parentesco por escolha. Os estudos sobre família e parentesco humano revelaram a construção do período da infância como central na consolidação da ideia da família como uma instituição na qual vínculos afetivos são priorizados. Nesse sentido, a família moderna é produto de uma série de processos sociais, como por exemplo, o aumento da expectativa de vida das crianças e a promoção de uma maior vigilância sobre o cuidado e criação designados a elas. Outro aspecto observado foi a parentalidade como fator que define juridicamente “o que é família”. Além disso, os estudos de parentesco também serviram de base para a discussão sobre o parentesco não biológico, um ponto de ruptura essencial para pensar a família entre espécies.

A partir desses elementos debatidos pelo referencial teórico utilizado foi possível comparar como eles auxiliam na reflexão sobre o arranjo familiar multiespécie. O aumento da expectativa de vida dos animais de estimação, propiciado pelo desenvolvimento da medicina veterinária, se apresenta como um elemento que permitiu o estreitamento de laços entre humanos e seus animais, que se tornaram também alvo de maior vigilância e cuidado. O elemento jurídico também reapareceu no debate sobre a família multiespécie na análise de trechos do projeto de lei 179/2023.

O ponto principal da reflexão sobre a família multiespécie aparece na discussão sobre parentesco não biológico. Ao proporem a sua configuração de parentesco, os membros desse modelo familiar rompem com as barreiras morais entre espécies. A discussão teórica e a pesquisa empírica apontaram para a construção de parâmetros para essa relação de parentesco. Adotar é visto por protetores e tutores como modo de aquisição ideal, na medida

em que existem “muitos animais precisando de uma família”. Prezar pelo “bem-estar” se torna uma obrigação que deve ser cumprida de acordo com as “necessidades” de cada animal.

De acordo com o que foi observado nas entrevistas realizadas e nas pesquisas de Osório (2011; 2013), a categoria “guarda responsável” define as obrigações e responsabilidades voltadas aos animais. Principalmente no contexto de adoção promovida por protetores e mediada por um “contrato”, essa categoria é central do ponto de vista dos doadores e por isso é reforçada nas “cláusulas contratuais”. Foi possível identificar um sentido pedagógico presente na adoção de animais através de documentos anexados ao “contrato” que explicam sobre a importância atribuída à vacinação e ensinam sobre o que é considerado maus tratos. Além disso, as entrevistas com os voluntários da ONG e com a protetora Liliany revelaram que durante a adoção são abordadas todas as obrigações e responsabilidades do futuro tutor.

Todas essas características demonstram que a maneira correta de “cuidar”, de manter o “bem-estar” do animal e de exercer uma “guarda responsável” não são conhecimentos objetivos. Essa brecha abre espaço para que o mercado pet, assim como outros grupos, construa sua própria interpretação sobre essas práticas. Nesse sentido, a análise dos rótulos demonstra a intenção das empresas do setor em reforçar sua perspectiva sobre o que essas categorias significam e qual a necessidade dos seus produtos para cumpri-los: quais itens são melhores, quais são essenciais e quais são as ações corretas para “cuidar” do animal. A decisão do que se torna parte do cotidiano é da própria família, que leva em consideração diversos fatores como: o gosto do animal, o preço a ser pago, a avaliação sobre a necessidade ou urgência de determinado produto e serviço, etc.

Essa relação entre produção de discurso das marcas e reflexividade do tutor é interessante para compreender os elementos que fazem parte do conceito de família multiespécie. A ideia do animal enquanto parte da família é reforçada inclusive pelas próprias empresas e é transformada em argumento para mudanças fiscais, vistas como necessárias para maior desenvolvimento do setor pet, assim como está descrito no site da Associação Brasileira de Empresas do Setor de Animais de Estimação (ABEMPET):

Atualmente, de acordo com dados da Abinpet e do IBGE, há estatisticamente 1,8 animal de estimação por residência no Brasil. Ou seja, não é exagero dizer que eles são parte das famílias. São integrantes dos nossos lares, e requerem produtos de qualidade, desde o alimento até os medicamentos, passando por produtos de higiene e acessórios de bem-estar, passeios, entre outros. No entanto, o alimento completo industrializado, por exemplo, é considerado um produto supérfluo – mesma

categoria das bebidas alcoólicas e cigarros no Brasil. Entendemos que, para aqueles que têm animais em casa – e somos muitos, como os números provam – é essencial que essa relação, repleta de carinho e amor incondicional – também seja contemplada por um carga fiscal mais justa. A média mundial de tributos do pet food é de cerca de 18%. No Brasil, ela fica na casa dos 50%. Infelizmente, a Reforma Tributária outorgada pelo Governo Federal em 2024 manteve o setor pet fora da isenção de 60% destinada a alguns setores da Economia. Essa isenção poderia alavancar a produção industrial para até 9 milhões de toneladas anuais em potencial, e aumento geral, levando em conta toda a oferta de produtos e serviços, de 210% na arrecadação de impostos. (Retirado do site da ABEMPET)

Embora nosso foco seja a moralidade presente no mercado pet, não podemos esquecer que enquanto um setor que rende bilhões dentro de um sistema capitalista, os argumentos e discursos produzidos em seus veículos de comunicação e produtos são ferramentas para a maximização de lucros.

Por outro lado, quando alcançam os consumidores os discursos sobre “cuidado” com o animal são transformados em práticas cotidianas que constituem vínculos afetivos. Em certo sentido, o ato de comprar contribui na construção desse vínculo na medida em que os itens utilizados na alimentação, higiene e lazer justificam-se como uma forma de “cuidado”. Podemos observar como que consumo e “cuidado” se misturam, em conformidade com a discussão de Daniel Miller (2002) que afirma que o ato de comprar é mais do que adquirir produtos:

[...] comprar é antes de mais nada um ato de amor, e por isso, em sua percepção do dia-a-dia as compras tornam-se um dos meios mais fundamentais para a construção de seus relacionamentos de amor e carinho na vida prática. Isso equivale a dizer que comprar não apenas reflete o amor, como também é um modo maior de ele se manifestar e reproduzir. É a isso que me refiro quando digo que comprar em supermercados costuma ser um ato de amor. Poderíamos usar outros termos que não “amor”. Carinho, preocupação, obrigações, responsabilidade e hábito desempenham seus papéis nesses relacionamentos. (Miller, 2002, p. 32)

Nesse sentido, a expressão dos sentimentos de amor, carinho, preocupação e responsabilidade pelo animal de estimação, que cumpriria os imperativos da “guarda responsável”, passam pelos produtos comprados e utilizados no dia a dia da família. Mas da mesma forma que o vínculo é anterior ao ato de comprar algo para o animal, a aquisição de produtos em si não é a demonstração de afeto, pois diariamente o vínculo afetivo é manifestado e reproduzido nas práticas de alimentar, higienizar e de maneira geral se responsabilizar pelo animal.

Assim como discutido no decorrer desta pesquisa, as relações de parentesco do arranjo familiar multiespécie se constituem em meio às transformações morais e políticas sobre a valia das vidas animais. A investigação sobre a relação entre humanos e seus animais

de estimação na família multiespécie revela como essas mudanças produziram novas compreensões sobre o “cuidado” com os animais e nos permite reconhecer a participação desses novos sujeitos na vida social. A complexidade desse debate não se esgota nesta pesquisa, na medida em que as mudanças do status moral de cães e gatos reverberam em todos os campos da vida social e abrem outras possibilidades investigativas.

Na vida privada e nas relações constituídas na família multiespécie, tutores são ensinados e cobrados a “agir com responsabilidade”. Podemos então refletir sobre como esse processo é levado à esfera pública, na medida em que espera-se que ações responsáveis sejam tomadas pelo Estado, que é pressionado a propor medidas que sejam capazes de lidar com os animais de estimação. Essas e outras questões devem ser investigadas pelas Ciências Sociais, pois como bem nos lembra Donna Haraway “a história dos humanos e dos não humanos está conectada em camadas de “história, biologia e de naturezas-culturas” (2021, p. 8).

Referências Bibliográficas

ABONIZIO, Juliana; BAPTISTELLA, Eveline dos Santos Teixeira. À MESA COM CÃES E GATOS: RAÇÃO VEGETAL E FRONTEIRAS INTERESPÉCIES. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 107-135, ago/dez, 2016B.

ABONIZIO, Juliana; BAPTISTELLA, Eveline dos Santos Teixeira. O papel do consumo na construção de relacionamentos entre humanos e pets, *Ponto Urbe* [Online], 19 | 2016. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3257> DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3257> .

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 2, 2004.

AGUIAR, Melanie de Souza; ALVES, Cássia Ferazza. A Família Multiespécie: Um Estudo sobre Casais sem Filhos e Tutores de Pets. *Pensando Famílias*, 25(2), dez. 2021, (19-30).

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BIEHL, João. Do incerto ao inacabado: Uma aproximação com a criação etnográfica. *Mana* 26 (3): 1-33, 2020.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política & Sociedade*. N° 6 – abril de 2005

CARMAN, María; BERROS, María Valeria. Ser o no ser un símio con derechos. *REVISTA DIREITO GV | SÃO PAULO | V. 14 N. 3 | 1139-1172 | SET-DEZ 2018*

DIGARD, J.-P. A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 205–223, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6898>

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 64 n. 3: e189648 | USP, 2021.

FONSECA, Cláudia. Lucro, cuidado e parentesco. Traçando os limites do “tráfico” de crianças. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 269-291, maio-ago. 2013.

FONSECA, Cláudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: ALTHOFF, Coleta Rinaldi; ELSÉN, Ingrid; NITSCHKE, Rosane Gonçalves (orgs). Pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-Livro, 2004

FROEHLICH, Graciela. Acerca de bois sustentáveis: Reflexões sobre a ambientalização da cadeia produtiva da carne. Desigualdade & Diversidade, 2019.2, n.17, p. 9-24.

GAEDTKE, Kênia Mara. Afeto e Cuidado nas Relações Entre Humanos e seus Animais de Estimação. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 24 N. 3, P. 84-99, SET.-DEZ. 2019.

GAEDTKE, Kênia Mara. Cães, gatos, mães e pet sitters: a relação entre humanos e animais de estimação e seus contrapontos. Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. 2017. - ISSN: 2358-5684

HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Trad. Pê Moreira. Revisão técnica e posfácio Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

LATOUR, Bruno. Crise. In: *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. Introdução. In: *Reagregando o social*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEWGOY, Bernardo. Crítica da ração impura: o repto naturalista na alimentação animal. In: PARENTES, VÍTIMAS, SUJEITOS: PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS. Ciméa Barbato Bevilacqua e Felipe Vander Velden (Organizadores) – Curitiba: Ed. UFPR ; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016.

LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. Animais de estimação e civilidade: A sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

MAHMOOD, Saba. Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. Etnográfica - fevereiro de 2019 23 (1): 135-175.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 367-397.

MAZON, M. da S. O melhor amigo do homem: Afetos e cachorros no Brasil em perspectiva sociológica. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 25, n. 49, 2021. DOI: 10.52780/res.14080.

MILANÊS, Renata Bezerra. Conectando intimidade e economia através das obras de Viviana Zelizer. Conversas & Controvérsias, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 1 -11, jul.-dez. 2020.

MILLER, Daniel. Atos de amor num supermercado. *In: A Teoria das Compras*. São Paulo: Nobel, 2002.

MORAES, I.P. “Mãe de pet” existe? O conflito moral acerca da maternidade de cães e gatos. Monografia – Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, Samantha Brasil Calmon de. Sobre Homens e Cães: Um Estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). IFCS//PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ORTELAM, A.; CAMARGO, R. B.; GAZIM, Z. C.; RAHAL, I. L.; LAGINESTRA, B. de. F. A.; SILVA, G. C. C.; JUNIOR, R. P. Superalimentos: fundamentação científica. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*. Umuarama. v. 26, n. 3, p. 1127-1148, set./dez. 2022.

OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. *Teoria e Sociedade*. nº 21.1 - janeiro-junho de 2013

OSÓRIO, Andréa; CUNHA, Mirila Greicy Bittencourt. D(O)AR E ABANDONAR: MODOS DE CIRCULAÇÃO DE ANIMAIS DE RUA. *In: A cidade, as crianças e os animais*. Vânia Alves Martins Chaigar, Cláudio Tarouco de Azevedo, Ivana Maria Nicola Lopes (Organizadores). – 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. *E-book*

OSÓRIO, Andréa. Guloseimas para Animais de Estimação: Comensalidade, Afeto e Antropomorfismo. *MEDIAÇÕES, LONDRINA*, V. 24 N. 3, P. 57-71, SET.-DEZ. 2019

OSÓRIO, Andréa. Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação. *In: PARENTES, VÍTIMAS, SUJEITOS: PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS*. Ciméa Barbato Bevilaqua e Felipe Vander Velden (Organizadores) – Curitiba: Ed. UFPR ; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016.

OSÓRIO, A. Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 51–75, 2011.

PERROTA, A.P. Animais domesticados e desastres: entre a preocupação sanitária e humanitária. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. vol. 37 nº 108. e3710811 2022b.

PERROTA, Ana Paula; HELENE, Diana. ENTRE A RUA E O PASTO, ENTRE O PAVÃO E A VACA: Relações humano-animais no nascimento do Urbanismo e do Paisagismo brasileiros. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 12, n. 1, pp. 26-51, 2024.

PERROTA, Ana Paula. Humanidade estendida: A construção dos animais como sujeito de direitos. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PERROTA, Ana Paula. O que está em jogo na luta antiespecista? *REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO* / No 15, dezembro 2022.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel; CARVALHO, Roberto Luís da Silva. FAMÍLIAS, ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E CONSUMO: UM ESTUDO DO MARKETING DIRIGIDO AOS PROPRIETÁRIOS DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. SIGNOS DO CONSUMO, SÃO PAULO – V.6, N.2, 2014. P. 187-203, DEZ. 2014

PESSANHA, Lavínia; PORTILHO, Fátima. Comportamentos e padrões de consumo familiar em torno dos “pets”. IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo. 2008

RINALDI, Alessandra; CRUZ RIFIOTIS, Fernanda; MARRE, Diana. A família é mais que “uma palavra”: considerações sobre arranjos contemporâneos de convivência. Civitas: revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 24, n. 1, p. e46967, 2024.

SAHLINS, Marshall. La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SCHNEIDER, David. Parentes + “A família. In: O parentesco americano: Uma exposição cultural. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016[1980].

SEGATA, Jean. Nós e os outros humanos, Os animais de estimação. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

SEGATA, Jean. Parecidos, o suficiente: Nós e os outros humanos, os animais de estimação. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.4, n.1, jan.-jun., p.207-234, 2012b.

STEINER, Philippe. A sociologia econômica da contestação moral. Sociologias, Porto Alegre, volume 25, 2023, e-soc125821pt, p. 1-28.

STEINER, Philippe. A sociologia econômica do mercado. In: A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

STEINER, Philippe. MERCADO, TRANSAÇÃO E LAÇOS SOCIAIS: A ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 111-120, jun. 2012

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOMA, Renata Harumi Cortez. Cães e humanos: Coexistência e relações interespecíficas. Revista Ñanduty, [S. l.], v. 9, n. 13, p. 178–199, 2021.

VICENTE, A.L.C. “Como vai se chamar?” Algumas reflexões sobre “nomes de gente”, “nomes de bicho” e burocracias. Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2024

VICENTE, A.L.C. Produzindo e reproduzindo: Parentesco e Nomeação. Ponto Urbe, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 2, p. e224811, 2024b.

WERNECK, Alexandre; PERROTA, Ana Paula. O preço da estimação: um estudo de despesas veterinárias como elementos de valorização da existência de animais de companhia. Revista Antropolítica, v. 56, n. 1, Niterói, e56596, 1. quadri., jan./abr., 2024

ZELIZER, Viviana. A economia do care. Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391, set.-dez. 2010.